



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Instabilidade democrática/política e a participação civil na Guiné-Bissau

Basílio Félix da Silva Injai

Mestrado em Estudos Africanos

Orientadora:

Doutora Clara Carvalho, Professora Associada,

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2022



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Instabilidade democrática/política e a participação civil na Guiné-Bissau

Basílio Félix da Silva Injai

Mestrado em Estudos Africanos

Orientadora:
Doutora Clara Carvalho, Professora Associada
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2022

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço a Deus por tudo que tem feito por mim, o ISCTE e a minha orientadora pela oportunidade de poder seguir essa aventura. Em segundo, agradeço a minha família pela força, apoios (moral, emocional e financeira) para concretização desse projecto. Agradeço em especial o meu irmão/pai Leontino José Teixeira por ter me tornado o que sou. Agradeço a minha esposa Vitorina Justado Souto Amado pela Compreensão e apoio. Por fim, não menos importante, agradeço a todos os amigos, colegas, professores e todos que colaboraram de forma directa e indirecta na materialização desse trabalho.

Resumo

O fim da guerra fria marcou novo sistema governativo principalmente para os países recém-independentes de jugo colonial. A viragem foi marcada pela liberalização económica que continha como sua bandeira principal “o sistema democrático”. A democracia em si não foi um sistema almejado e procurado pelos países como a Guiné-Bissau, ela foi resultado das constantes pressões dos parceiros internacionais, principalmente das áreas económicas. A Guiné-Bissau conquistou a sua independência do domínio de Portugal em 24 de Setembro de 1974. Desde a abertura democrática, a Guiné-Bissau vem-se deparando com constantes tensões políticas, que resultaram em vários golpes militares, quedas dos governos e assassinatos. Essa pesquisa visa descrever a democracia na Guiné-Bissau, a partir do conceito de Democracia Instável. A análise estende-se desde introdução da democracia, em 1991, até a data presente. O objetivo deste trabalho consiste na descrição dos arranjos sociopolítico que integram o modelo da democracia guineense. Essa descrição será feita através das análises dos elementos teóricos e empíricos que contribuem para a instituição do atual modelo da democracia na Guiné-Bissau. Este estudo procura responder às seguintes questões: quais são as implicações da vertente étnica no contexto político guineense? O nível de analfabetismo e as condições económicas contribuem para instabilidade e participação? E, por fim, qual o papel das instituições democráticas no sistema político guineense? Pretende-se, a partir dessas perguntas, compreender o modelo e o sistema democrático guineense.

Palavras-Chave:

Democracia Instável, Política, Participação Cívica, Etnicidade, Eleições.

Abstract

The end of the cold war marked a new government system, mainly for newly independent countries from colonial rule. The turning point was marked by economic liberalization that had “the democratic system” as its main banner. Democracy itself was not a system desired and sought by countries like Guinea-Bissau, it was the result of constant pressure from international partners, mainly from the economic areas. Guinea-Bissau gained its independence from Portugal on September 24, 1974.

Since its democratic opening, Guinea-Bissau has been facing constant political tensions, which resulted in several military coups, government overthrows, and assassinations. This research aims to describe democracy in Guinea-Bissau, based on the concept of Unstable Democracy. We propose to extend the analysis from the introduction of democracy in 1991 until the present date. The aim of this work is to describe the sociopolitical arrangements that make up the model of Guinean democracy. This description will be made through the analysis of the theoretical and empirical elements that contribute to the institution of the current model of democracy in Guinea-Bissau. This study seeks to answer the following questions: what are the implications of the ethnic aspect in the Guinean political context? Do illiteracy levels and economic conditions contribute to instability and participation? And, finally, what is the role of democratic institutions in the Guinean political system? It is intended, from these questions, to understand the model and the Guinean democratic system.

Keywords:

Unstable Democracy, politics, civic participation, ethnicity, elections.

Índice

Agradecimentos	Erro! Indicador não definido.
Resumo	ii
Palavras-Chave:	ii
Abstract	iii
Keywords	iii
Índice	iii
Índice de figuras	vii
Glossário de siglas	viii
INTRODUÇÃO	1
Enquadramento da pesquisa	1
Questões	1
Contexto	1
Objetivo	1
Hipóteses	2
Metodologia	2
1. DEBATE TEÓRICO	3
1.1. Democracia em Africa e os aspetos políticos/sociais que contribuem para sua estabilidade, instabilidade e participação social	5
1.2. Dimensão socioeconómica	8
1.3. Dimensão culturalista e não culturalista	10
1.4. Dimensão institucional e governativa	11
1.5. Democracia	13
Origem da democracia	13
2. HISTÓRIA POLÍTICA DA GUINÉ-BISSAU	14
2.1. Abertura democrática na Guiné-Bissau	16
2.2. ANP antes e pós democracia (liberal)	18
2.3. Formação dos partidos políticos na Guiné-Bissau	20

3. A PARTICIPAÇÃO CIVIL NA DEMOCRACIA GUINEENSE	22
3.1. Democracia, sociedade guineense e administração pública	22
3.2. A participação civil efetiva	25
3.3. A economia e a participação civil antes, durante e pós-eleição	27
3.4. Da sociedade civil (organizações sociais)	29
3.5. Democracia e/ou autoritarismo?	33
3.6. Partidos políticos, a instrumentalização étnica e a função pública	37
3.7. Estado frágil: uso de força VS Estado do direito	41
3.8. Partidos políticos: status quo e líderes	44
4. FUTURO DEMOCRATICO NA GUINE-BISSAU	47
4.1. Eleições e a CNE	47
4.2. A ineficiência do Estado e o sentimento étnico.....	51
4.3. Do poder Civil, Militar e a Sociedade Civil na democracia guineense	53
4.4. Os políticos ativos: técnicos versus populares.....	57
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
BIBLIOGRAFIA.....	61
ANEXO	69

Índice de figuras

Quadros:

Quadro. 1.	47
Quadro. 2	59
Quadro. 3	76
Quadro. 4	88

Glossário de siglas

ANP – Assembleia Nacional Popular

APU-PDGB - Assembleia do povo Unido - Partido Democrático da Guiné-Bissau

ARN – Autoridade Reguladora Nacional

BAD – Banco africano de desenvolvimento

BM – Banco Mundial

CdD – Crise da Democracia

CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CGC – Comité de Gestão de Crise

CMT – Comissão Multipartidária da Transição

CNBV – Comissão Nacional de Boa Vontade

CNCS – Conselho Nacional de comunicação social

CNE – Comissão Nacional de Eleição

CPLP – Comunidade dos países de língua portuguesa

DENARP – Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza

EU-SSR – União Europeia, Reforma no Sector de Segurança

FARP – Força armada revolucionária do povo

FLING – Frente de Libertação Nacional da Guiné

FMI – Fundo monetário internacional

CEMFA –Chefe de Estado Maior das Forças Armadas

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INE – Instituto Nacional de Estatística

JAAC – Juventude africano Amílcar Cabral

LGDH – Liga guineense de direitos humanos
 MADEM-G15 – Movimento de alternância democrática, grupo dos 15
 MIGUILAM – Movimento Mindjeris di Guiné Nô Lanta
 MING – Movimento para a Independência Nacional da Guiné
 MNSCPDD – Movimento Nacional da Sociedade Civil para Paz Desenvolvimento e Democracia
 MPD – Movimento Para a Democracia
 NU – Nações Unida
 OCDE – Comité de ajuda ao desenvolvimento
 OCS – Órgãos da Comunicação Social
 ODM – Objectivo de desenvolvimento de Milénio
 ONG – Organização não governamental
 ONU – Organização das Nacões Unida
 PAD – Pioneiros Abel Djassi
 PAE – Programa de ajustamento estrutural
 PAICV – Partido Africano para Independência de Cabo-Verde
 PAIGC - Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde
 PALOP – Países africano de língua oficial portuguesa
 PGR – Procurador-Geral da república
 PIDE – Partido de Inteligência de Estado
 PIB – Produto Interno Bruto
 PM – Primeiro Ministro
 PPM – Plataforma Política das Mulheres

PR – Presidente da república

PRS – Partido de Renovação Social

PSG – Partido Socialista da Guiné

RDN – Radiodifusão Nacional

RDP – Rádiodifusão de Portugal

RGB-Movimeto Bafatá – Resistência da Guiné-Bissau

REMSECAO – Rede de Paz e Segurança para as Mulheres no espaço da CEDEAO

REMUME – Rede das Mulheres Mediadoras

REPACAP – Repartição de Assuntos Cíveis e Acção Psicológica

RTP – Rádio e Televisão de Portugal

RSS – Reforma do Sector da Defesa e Segurança

SAB – Sector autónomo de Bissau

SINJOTECS – Sindicato de Jornalistas e Técnicos da Comunicação Social

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

TGB – Televisão da Guiné-Bissau

UA – União Africana

EU – União Europeia

UDEMU – União Democrática das Mulheres

UEMOA – União Económica e Monetária de África Ocidental

ULG – União para a Libertação da Guiné

INTRODUÇÃO

Enquadramento da pesquisa

Desde abertura democrática, a Guiné-Bissau vem se deparando com constantes tensões políticas, que resultaram em vários golpes militares, quedas dos governos e assassinatos. Essa pesquisa visa descrever a democracia na Guiné-Bissau, a partir do conceito de Democracia Instável. Propomos analisar desde introdução da democracia em 1991 até a data presente. O conceito de democracia instável refere-se, nesse trabalho, à tensão não moderada entre as forças políticas em competição (LIPSET, 2012). Partimos de pressuposto de que não há um jogo pacífico de poder. Há constantes disputas pelos diversos grupos, principalmente os políticos e os militares.

Questões

Neste estudo, pretende-se responder às seguintes questões: quais são as implicações da vertente étnica no contexto político guineense? O nível de analfabetismo e as condições económicas contribuem para instabilidade e participação? E, por fim, qual o papel das instituições democráticas no sistema político guineense? Pretende-se, a partir dessas perguntas, compreender o modelo e o sistema democrático guineense.

Contexto

A realidade política na Guiné-Bissau, desde a introdução da democracia, tem-se caracterizado por um cenário de grande instabilidade política e institucional. Pode-se inferir que a instabilidade governativa na Guiné-Bissau teve início logo após a independência, com o golpe militar de 1980. Portanto, o sistema democrático foi instituído dentro de um ambiente político e social instável. A falta de um sentimento nacional comum para a conciliação democrática é expressa pelos discursos e práticas políticas de fragmentação étnica, acrescidas pelos sucessivos golpes militares. A instituição da democracia, representada pelo sistema multipartidário, simplesmente implementou a expressão dos interesses pessoais dos políticos, a que se acrescenta a busca de apoio junto das suas comunidades étnicas, numa lógica de clientelismo, em detrimento da concórdia nacional. A questão provoca preocupação nacional, inclusive foi alvo de debate parlamentar no dia 15 de Julho de 2020. Neste trabalho pretende-se compreender como o sistema democrático guineense é influenciado pelas características sociais e culturais guineenses que enformam a atividade da elite política e militar.

Objetivo

O objetivo deste trabalho consiste na descrição dos arranjos sociopolíticos que integram o modelo da democracia guineense. Essa descrição será feita através das análises dos elementos

teóricos e empíricos que contribuem para a instituição do atual modelo da democracia na Guiné-Bissau.

Sendo assim, o nosso objectivo consiste em descrever elementos que corroboram à instabilidade democrática/política, entre os quais:

- 1- As implicações da instrumentalização étnica/religiosa e o peso da cultura no modelo político e democrático guineense.
- 2- O papel da FARP e das organizações da Sociedade Civil.
- 3- Por fim, a criação e funcionamento dos partidos políticos; o papel desempenhado pelos presidentes de república e funcionamento das instituições estatais.

Hipóteses

Se é verdade que a democracia representativa realça a importância que a sociedade tem ao eleger e controlar os seus representantes, como descreveu BOBBIO (1986. p. 20) a democracia parlamentar está-se a transformar cada vez mais num regime autocrático. Por isso, as contribuições futuras do nosso estudo podem auxiliar ao mapeamento dos determinados fatores que tornam prática democrática guineense instável.

Colocamos a hipótese da instabilidade democrática se basear nos entraves sociais provocados pela baixa condição económica, educacional e saúde. Estes fatores são agudizados pela manipulação do voto étnico e pelo clientelismo que trespassaram para o sistema político.

Metodologia

Esse estudo visa descrever a democracia guineense a partir das recolhas bibliográficas e constatações empíricas. A pesquisa será analítico-descritiva. Segundo GIL (2008, p. 26-27), as pesquisas desse tipo têm como objetivo primordial a descrição das características e a análise do fenómeno estudado. Ainda, privilegiaremos segundo BRESSER-PEREIRA (2011. p. 02) “o método... histórico-estruturalista, ao invés da abordagem personalista que enfatiza pessoas e lideranças ou então o método que supõe escolha racional”.

O método geral a ser utilizado será o indutivo, que parte do particular e postula generalizações. Nesse sentido, a generalização deve ser constatada a partir da observação de dados concretos, suficientemente confirmados dessa realidade. Os dados serão recolhidos a partir das bibliografias, documentos, sítio da CNE (Comissão Nacional de Eleições), revistas científicas, e constatações das atuações das elites políticas e a sociedade civil. A recolha desses dados consiste em mapear o funcionamento do sistema democrático guineense, desde eleições, procurando compreender os mecanismos usados para captação dos votos a partir de uma perspectiva étnica. Por fim, descrever os comportamentos políticos e civis após as eleições, ou seja, durante a governação.

A fundamentação baseia-se exclusivamente na experiência e não em objetivos pré-estabelecidos; somente após a observação é possível estabelecer comparações e relações entre os fatos observados (GIL, 2008, p. 28-29). Essa metodologia adota a observação, como procedimento indispensável, para atingir o conhecimento científico. A observação nesse caso relaciona-se com as constatações dos arranjos políticos, por exemplo: as coligações parlamentares, o descumprimento dos acordos de governação, as dissidências dos deputados, as imposições militares, as quedas dos governos, as intervenções dos movimentos da sociedade civil e a apatia civil. Existem barreiras no que diz respeito ao número das pesquisas. Nesse caso, iremos recorrer algumas dissertações ligadas diretamente ao nosso tema. Não restringiremos a pesquisa focando somente nos autores clássicos. É nosso desejo realizar uma pesquisa qualitativa, analisando diferentes obras. Nisso, iremos consultar diferentes autores. No que toca ao conceito da instabilidade democrática em termos gerais, o nosso foco será direcionado aos clássicos. Quanto à comprovação e análises dos dados debruçaremos nas dissertações dos mestrados, doutorados e publicações nas revistas da área. As atuações dos políticos irão fornecer-nos elementos empíricos para análise da instabilidade.

1. DEBATE TEÓRICO

A profusão recente de vários termos que se referem de forma mais ou menos correta o fenómeno aqui estudado, tais como instabilidade, retrocesso, colapso, recuo, desmantelamento, decadência, declínio, recessão, regressão, retração, erosão, crise, estagnação, deriva, desconsolidação, desdemocratização, autocratização, etc., demonstra claramente as dificuldades em delimitar as fronteiras do conceito sobre a instabilidade democrática, CASTALDO (2018. p. 10-12). Para DÍAS (2016. p. 29), um dos principais problemas teóricos do debate sobre erosão democrática é que diferentes termos têm sido empregues alternadamente e a definição da fronteira entre eles não tem sido sistemática. Isto faz com que conceitos como desconsolidação democrática ou retrocesso democrático sejam frequentemente utilizados, mas não de forma consistente, entre diferentes estudos. CASTALDO (2018. p. 10) considera que, do ponto de vista conceptual, a confusão em torno dos conceitos e termos utilizados é grande, e muitas vezes impede uma avaliação adequada dos resultados, tornando difícil a comparação entre diferentes estudos e uma compreensão do objeto de análise empírica.

Macpherson (1966: 1-2, 9) observou que democracia costumava ser um palavrão. Depois, em cinquenta anos, a democracia passou a ser uma coisa boa. Sua plena aceitação nas fileiras da respeitabilidade ficou evidente na época da Primeira Guerra Mundial, BRESSER-PEREIRA (2011. p. 06). ANDERSON (2015. p. 05), definiu a democracia como um regime político que produz governo a partir de eleições livres, justas e inclusivas. Por sua vez, entende a estabilidade democrática como a continuidade da existência dessas eleições. As guerras civis e

as disposições da lei marcial são entendidas como ruturas democráticas quando adiam indefinidamente essas eleições. Os golpes militares e paramilitares, bem como os golpes palacianos também são entendidos como colapso democrático. HELD (1987. p. 03), afirma que, muitas vezes, a história da democracia é confusa em parte, porque ela é ainda, em grande parte, uma história activa, porque as questões são muito complexas.

Para FAYEMI, (2009, p. 104), o corpo da teoria minimalista é extraído de vários pensadores, como Adam Przeworski, Joseph Schumpeter, Karl Popper, William Riker, e Russel Hardin. Todos eles compartilham mesmo ponto de vista, caracterizam a democracia como um sistema eleitoral. Przeworski (1999) define minimalismo democrático como “sistema em que partidos perdem eleição”. Schumpeter (1950) Defende que a democracia consiste na transferência de poder dos decisores para sujeitos eleitos através de competição regular (eleições). Os maximalistas, como Dahl, argumentam que sem garantia efectiva dos direitos civis, a eleição não constitui por si só à democracia. Deve incluir não apenas eleições, mas garantias razoavelmente amplas dos direitos civis como liberdade de expressão, manifestação etc., FAYEMI, (2009, p. 104). Geralmente esta competição deve ser pacífica e permitindo oportunidade de votar e ser votado DAHL (2015), mas sempre respeitando as regras impostas.

Para BRATTON (2002. p. 01) a primeira boa noticia, é que a democracia goza de larga base de suporte popular em África que passaram recentemente a transição eleitoral. FAYEMI, (2009, p. 105-106) afirma que (Claude Ake 1990, 2) vê a democracia como sistema sine qua non para o desenvolvimento da África, acredita que existe uma relação casual entre a democracia e desenvolvimento. (Nyong'o 1990, 360) compartilha essa ideia. Com efeito, Huntington (1994) chama atenção que essa é a terceira “onda” democratizante (em maior ou menor grau) nos diferentes continentes, as quais na África surtiram efeitos imediatos, BIJAGÓ (2017. p. 218).

De acordo com GOMES (2010. p. 11), na Guiné-Bissau, assim como noutros países africanos, a democracia surgiu como resultado da evolução do Estado e pelo condicionalismo internacional para ajuda financeira. Para BRESSER-PEREIRA (2011. p. 07-08), os países podem se tornar democráticos por imitação ou sob pressão externa, mas isso garantirá uma democracia instável; outros países podem continuar autoritários durante algum tempo; mas, a partir do momento em que a economia de um determinado país é coordenada pelo mercado em lugar de ser coordenada pelo Estado, que surja uma ampla classe média, sua democracia estará consolidada. O fraco poder aquisitivo, classe média politizada, analfabetismo, frágil sector privado etc. todos contribuem para a instabilidade democrática na Guiné-Bissau.

A democracia guineense, diferente de outras democracias consolidadas ou estáveis, nunca conseguiu se estabilizar durante todo trajeto. Após realização das primeiras eleições, a

democracia guineense incorporou e agudizou a instabilidade que existia, exemplo concreto é a quebra da regra de sucessão, decorrente da guerra civil de 1998. A realização da segunda eleição, os governantes eleitos também sofreram dessa má sorte. Dali até então, a instabilidade passou a conviver abraçada com a democracia. Numa simples aceção, o sistema democrático pode ser considerado como estável quando uma sociedade o considera como “únicas regras do jogo”. A democracia e o sistema democrático guineense são caracterizados por diferentes regras de jogos que vai se incorporando de acordo com interesses particulares e grupais, permeada por uma maior volatilidade. Para DÍAS (2016. p. 31), uma democracia não consolidada permanece uma democracia.¹ Pode ser uma democracia mais instável ou mais suscetível de ser revertida em regime autoritário, mas o seu carácter democrático mantém-se. Segundo VITULLO (2006 p. 352), no caso concreto da transição democrática, esta inicia com a aparição dos primeiros sintomas do processo que pode levar à extinção do regime autoritário e finaliza quando o regime democrático alcança uma constituição respeitada pela maioria da população e consegue instituições regulares no momento que os novos governantes eleitos conseguem exercer sua autoridade sobre os grupos que anteriormente detinham o controle do aparato estatal. Segundo GOMES (2010. p. 13), a democracia guineense, caracteriza-se por uma permanente intervenção militar na vida política, fragilidade das instituições públicas e uma incapacidade do poder político para mudar a situação. Para CASTALDO (2018. p. 17), as transições autoritárias, têm maior probabilidade de resultar em regimes políticos moderados e frágeis.

1.1. Democracia em Africa/Guiné e os aspetos políticos/sociais que contribuem para sua estabilidade, instabilidade e participação social

Nessa pesquisa, apontamos estudar a democracia guineense, abordando os desdobramentos político/institucional e social. Partimos de pressuposto que o sistema governativo elegido é a democracia. No entanto, como podemos definir sua instabilidade? Propusemos responder esta questão a partir das análises teóricas e empírica. Distinguimos seguintes abordagens: democracia e desenvolvimento económico de LIPSET (2012); democracia e aspetos culturalistas ou não culturalista de PRZEWORSKI (2003); e a poliarquia de DAHL (2015). Os aspetos serão analisados em consonância com os valores e atuação “democrática” na Guiné-Bissau: económicos (desenvolvimento, IDH, renda); culturalistas (escolarização; instrumentalização étnica e religiosa; história colonial etc.); resultados governativos (partidos e líderes; burocratização estatal; funcionamento dos militares, instituições e atuações da sociedade civil).

¹ - Días (2016. p. 30) “frequentemente são estudados processos de declínio democrático em regimes que não são claramente democráticos. Ou seja, não existe uma trajectória de um regime democrático que vê algumas das suas instituições basilares destruídas ou enfraquecidas, mas antes a manifestação de um regime não democrático. Mesmo que este seja um regime híbrido, algures na neblina entre a democracia e os regimes autoritários clássicos.”

Para ONG'AYO (2008. p. 02), o que ainda não foi explicado nas muitas análises que têm observado os eventos na África é o facto de que em quase todos os casos da instabilidade política na África, é evidente que o maior problema é a liderança. Nesse contexto, a África viu seus heróis de liberdade se transformar em ditadores. Autor acrescenta ainda que as fracas instituições estatais as constantes lutas pelo poder político, aliado as intervenções militar e interesse externos nos recursos, não abonam para estabelecimento e funcionamento do sistema democrático em África,

Segundo BRATTON & MATTES, (2000, p. 1-2), na realidade, a democracia é uma espécie frágil em toda África. Está longe de ficar claro que existe uma cultura política difundida para promover e defender eleições abertas, sem falar em outras instituições democráticas. As transições de regime na África geralmente resultaram de intensas lutas entre elites incumbentes e oposição, cujo interesse pelo enriquecimento próprio as vezes era mais palpável do que seu compromisso com a democracia. Até os líderes eleitos adulteram as regras constitucionais para prolongar o mandato ou afastar os rivais. Para ONG'AYO (2008. p. 02), a instabilidade política na África deve muito as causas internas, no entanto, a interpretação de factores internos e externos, especialmente os interesses geopolítico e económicos da comunidade internacional, desempenham um papel significativo em minar os próprios processos e instituições que se espera que alimentem a democracia e para incutir um senso de estabilidade.

Alguns autores afirmam que, a ideia de democratização do continente africano foi baseada numa perspectiva enviesada que a democracia significava o multipartidarismo e a realização de eleições multipartidárias, a gestão eficaz da economia e da ajuda externa, BARROS & RIVERA (2015. p. 607). Segundo FAYEMI, (2009, p. 102), Desde o início dos anos 90, a onda de democratização vem se espalhando cada vez mais pela África. A longa luta pela democracia esta começando mostrar resultados, pois o continente está superando um legado de autoritarismo e indiferença a cultura democrática. No entanto, essa tendência de democratização que tomou lugar em muitos Estados da África, paradoxalmente ainda não produziu o resultado esperado de transformação social, pois ainda continua a existir casos da guerra civil, genocídio, pobreza, corrupção, insegurança entre outros casos que ainda marcam caminho de muitos Estados. Para BRESSER-PEREIRA (2011. p. 27) muitos países fazem suas transições para a democracia enquanto a captura do Estado pelos interesses privados permanece crucial para as elites; a democracia resultante é, porém, instável.

Para alcance da democracia estável, nenhum dos grupos – governantes e governados – deve ser descartável. Caso contrário, o sistema se transforma em autoritarismo dos governantes sobre os governados.

Uma democracia estável requer tensão relativamente moderada entre as forças políticas em competição. E a moderação política é facilitada pela capacidade de um sistema de resolver questões polarizadoras chave antes que outras surjam. Quando se permite que as clivagens de religião e “barganha colectiva” se acumulem e cresçam como estimuladoras da hostilidade partidária, o sistema se enfraquece, LIPSET (2012. p. 235). A instabilidade política foi remota na Guiné-Bissau. Conheceu seu contorno mais violento com a luta de libertação e, agudizou drasticamente com a introdução da democracia. O'REGAN, & THOMPSON (2013. p. 01) acreditam que, “o motor da instabilidade na Guiné-Bissau é o chamado regime político de – o vencedor fica com tudo –”. GONÇALVES (2011. p. 64-76), afirma que, há pouco mais de trinta anos que a Guiné-Bissau atingiu a sua independência, mas nem por isso conseguiu a estabilidade política, social e económica, As razões prendem-se com um desfolhar de golpes, contragolpes, episódios manchados de sangue e violência. Portanto, a história política deste país, desde a sua independência, é marcada por uma constante instabilidade político-militar, incluindo raptos e a eliminação física de adversários, uma Guerra Civil e diversos Golpes de Estado e o desrespeito pelas práticas democráticas e pelos Direitos Humanos.

Para SANGREMAN et al (2019. p. 129), a construção do Estado foi, em larga medida, operada pela acumulação de factores de fragilidade e de distanciamento do tecido cidadão. A instabilidade permanente do país deve-se a problemas múltiplos, interligados e muitas vezes de natureza institucional, designadamente um quadro político frágil, um sector da segurança politicamente manipulado e o narcotráfico, tudo agravado pela instrumentalização emergente de distinções étnicas e, por vezes pela falta de isenção dos parceiros internacionais, O'REGAN, & THOMPSON (2013. p. 31). Para KEANE (2004. p. 01), a violência é o grande inimigo da democracia. O uso da violência, não no sentido de WEBER (2015), como represália política, contrasta brutalmente com a ideia do Estado de direito.

O'REGAN, & THOMPSON (2013. p. 02)² argumentam que, apesar de a situação na Guiné-Bissau ser muitas vezes encarada como um problema exclusivamente interno, a instabilidade do país insere-se num contexto de criminalidade transnacional que constitui uma ameaça para a segurança regional e internacional. No entanto, as divisões existentes não permitem estabilizar a situação por meios exclusivamente nacionais e tornam indispensável um acompanhamento permanente dos parceiros internacionais. CORREIA (2008. p. 85) acrescenta que, as questões do tráfico de droga e corrupção que se tem vivido, aliadas à sua situação de fragilidade exigem uma intervenção sustentável da comunidade internacional para evitar eventuais futuros conflitos e assegurar a transição para um Estado mais estável e propício ao desenvolvimento. Para SANGREMAN et al (2019. p. 24-25), a população guineense, parece ter

²- O'regan, & Thompson (2013. p. 01) “A Guiné-Bissau, hoje frequentemente designada como o narco-Estado do continente africano, transformou-se num pólo regional de instabilidade”.

desenvolvido habitação à instabilidade devido o acesso, com alguma facilidade a recursos alimentares de sobrevivência que lhe permite evitar conflitos sociais de maior violência, Julgam que tal resiliência tem tendência a deteriorar-se à medida que a energia (frigoríficos, televisão e telemóveis) e a melhoria do funcionamento das escolas alargam os horizontes de definição do padrão de vida a que as pessoas aspiram, tornando-as menos tolerantes quando faltam.

1.2. Dimensão socioeconómica

De acordo com PRZEWORSKI (2004. p. 387), Bresser (2002) argumenta que a democracia surgiu historicamente apenas quando e onde se consolidou o capitalismo. Demonstrando o papel desempenhado pela classe pobre (operários). BRESSER-PEREIRA (2011. p. 07), afirma que, a classe trabalhadora foi a força mais consistente pró-democracia. As classes altas dos proprietários de terra, que dependiam de uma ampla oferta de mão-de-obra barata, foram a força mais consistentemente antidemocrática. Para ANDERSON (2015. p. 05) as democracias estáveis são resultado de equilíbrio entre três grupos: rico, pobre e classe média. Para que perdure, esses três grupos devem ver a democracia como regime que maximiza seu potencial ganho. PRZEWORSKI (2004. p. 389), ao analisar a coexistência entre democracia e desenvolvimento capitalistas, chegou a conclusão que esse padrão emerge não porque as democracias sejam mais passíveis de se estabelecerem quando os países se tornam mais desenvolvidos, mas porque, se elas se estabelecerem, seja por que razão for, são mais passíveis de perdurar nos países desenvolvidos. LIPSET (2012. p. 210) comparando nível de desenvolvimento entre países, concluiu que “as variações são igualmente consistentes, de modo que a menor renda *per capita* de cada grupo encontra-se na categoria “menos democrático”, e a maior, na categoria “mais democrática”.

Nas democracias ricas, a probabilidade de que o regime volte a ser ditadura é praticamente zero, BRESSER-PEREIRA (2011. p. 28). Na Guiné-Bissau, segundo BARROS & RIVERA (2015. p. 604, 606), a situação das finanças públicas é precária, estando às taxas de inflação e o rácio das receitas públicas abaixo da média da UEMOA (que é de 17%). Segundo a revisão dos dados dos sectores sociais pelo BM (2009: 3), o PIB *per capita* foi estimado em \$180 em 2006. A economia sofre ainda as consequências do conflito de 1998-1999, que contraiu o PIB real em 28%. Durante o período de 2000-2005, a taxa média de crescimento real do PIB foi de 1%, com crescimentos negativos registados em 2001 e 2003. As despesas sociais (saúde e educação) mantiveram-se a níveis baixos, em comparação com as despesas sociais médias dos países da sub-região, ao mesmo tempo em que o fluxo da ajuda externa diminuiu, provocando a acumulação de atrasados internos e um enorme desequilíbrio fiscal. Ainda, o Estado continua incapaz de satisfazer as necessidades básicas da sua população e de combater

os níveis elevados de pobreza (absoluta 68,5% e extrema 22% em 2005) e a taxa de analfabetismo de 63%.

Em termos de ensino, indivíduos, comunidades, organizações, assumem as tarefas de criar e de regular o seu funcionamento, assumindo soluções em substituição ou em complemento do Estado. Criando escolas comunitárias, escolas populares e ensino privado, responsabilizando-se também pelo pagamento do salário total ou parcial ao professor, pela disponibilidade de residência para o professor e até pela abertura de estradas, BARRETO (2013. p. 06)³.

De acordo com BARROS & RIVERA (2015. p. 608), segundo o relatório de avaliação do DENARP (2009: 14-16), as ajudas orçamentais requeridas para a implementação da acção excederam largamente as promessas feitas aquando da Mesa Redonda. A soma recebida a título de ajuda orçamental representou cerca de 2,2 vezes mais das promessas tidas (ou seja 80,46 milhões de USD recebidos contra 37,20 milhões de USD prometidos). Antes da elaboração e implementação do DENARP, um relatório sobre os ODM na Guiné-Bissau de 2004 demonstrava que a ajuda para o desenvolvimento representava em 1994 79% do PIB do país. CORREIA (2008. p. 97), demonstrou que, a difícil situação socioeconómica do país, associada à sua posição geográfica, a falta de mecanismos institucionais jurídicos e judiciais e a sua fraqueza para prevenir e combater o tráfico de droga e outras formas transnacionais de crime organizado constituem sérios obstáculos à estabilidade política e ao desenvolvimento socioeconómico. De acordo com SANGREMAN et al (2019. p. 05), é difícil contrariar a evolução das políticas de ajuda ao desenvolvimento que os países, e instituições como o BAD, a União Europeia, o FMI e o BM preconizam e praticam, impondo opções económicas e sociais com uma ética que mistura o altruísmo da visão que todos devem ganhar e a prioridade de defesa dos seus interesses mesmo que tal signifique prejuízo para outros países. CORREIA (2008. p. 85) acrescenta ainda que, de modo a garantir a necessária estabilidade política e democrática, a mobilização de recursos externos deverá estar associada a profundas mudanças nas políticas e na governação, com o Estado a assumir o ownership do seu desenvolvimento.

Os dados económicos comprovam a trágica situação que tem vindo a contribuir para instabilidade. A Política Fiscal e Orçamental permitiu que as despesas governamentais nominais crescessem, entre 1977 e 1981, a uma taxa anual média de 19 %, enquanto as receitas cresciam a 14 % ao ano, segundo o FMI em 1984. Chegou-se a uma situação em que as receitas internas cobriam apenas 50 % das despesas correntes do governo e uma percentagem nula das despesas de investimento. No mesmo período, no Sector Financeiro, a Política Monetária permitiu que o

³ - "Todos os estudos relevantes indicam que a educação é, de longe, mais significativa do que renda ou ocupação." Lipset (2012. p. 212)

crédito ao governo crescesse em média 45 % ao ano, financiando o deficit fiscal e gerando inflação, que passou de 9,0 % em 1977, para 20 % em 1980 e 25 % em 1981. Segundo o FMI entre 1985 e 1988 de 18 empresas públicas, nove tiveram resultados negativos (Cicer, Folbi, EAGB, Guinave, Guinémetal, Fábrica Oxigénio, Soguipale Silo Diata), cinco sempre positivos (Dicol, CMV, Fábrica Espuma, Interloja e Hotel 24 de Setembro) e quatro tiveram positivo em 1985-86 e negativo em 1987-88 (Socotran, Blufo, Titina e Cerâmica Bafatá), SANGREMAN et al (2019. p. 47, 50). Segundo informações do Index Mundi (2018), a dívida pública guineense corresponde ao total de 46,3% do PIB registado em 2016. Em relação à dívida externa, especificamente, esta assume um comportamento ainda mais assustador, tendo alcançado a cifra de US\$ 1,095 bilhão em 2017, sendo que até Dezembro de 2010 a Guiné-Bissau tinha uma dívida externa no montante de US\$ 941,5 milhões (INDEX MUNDI, 2017). SANGREMAN et al (2019. p. 95-96-60). O relatório do FMI (2017) demonstrou que de 1996 a 2003, foi um espaço de tempo de retracção e precarização institucional na Guiné-Bissau: o PIB *per capita* caiu em média 1,3% por ano; a pobreza extrema foi em média de 53,9% e a inflação 14,7% por ano.

1.3. Dimensão culturalista e não culturalista

Montesquieu foi o primeiro a sustentar que cada forma de governo requer a presença de determinados padrões culturais para funcionar efectivamente. Rousseau deu um passo adiante dentro dessa concepção, ao argumentar que cada tipo específico de instituição democrática pode prosperar somente quando é compatível com os costumes de uma sociedade particular, PRZEWORSKI (2003. p. 10, 12). Para Mill certos padrões culturais são incompatíveis com a democracia. As pessoas podem achar repugnante a forma representativa de governo, ou podem desejá-la, mas serem avessos ou incapazes de preencher suas condições, ou podem carecer do preparo para exercê-la. Mas o autor fez uma ressalva, as pessoas podem não estar preparadas para a democracia, mas podem ser ensinadas a comportar-se como democratas.

Nessa visão, a democracia sobrevive porque é mais vantajosa para as forças políticas relevantes, pautando suas acções por puro interesse, obedecer ao veredicto das urnas do que fazer qualquer outra coisa. Os perdedores numa competição democrática podem ter incentivos no curto prazo para rebelar-se. No entanto, se existir uma possibilidade de ganhar as eleições futuras e os benefícios esperados destas vitórias forem grandes o suficiente, preferirão aceitar os veredictos das urnas, PRZEWORSKI (2003. p. 20). Na Guiné-Bissau, existem elementos da concepção cultural que entram em choque com os valores democrático, principalmente o quesito étnico e religioso onde a democracia encontra maior resistência devido as instrumentalizações que esses dois campos têm sofrido. Considerando a ênfase no protestantismo na responsabilidade individual promoveu a emergência de valores democráticos.

O catolicismo não é o pior inimigo da democracia: a taça fica com o islamismo e o confucionismo, PRZEWORSKI (2003. p. 26). Também merece mencionar a existência de grosso número de cidadãos animistas o que agravaria ainda mais o aspecto da cultura. Militares, culturalmente reconhecidos como libertadores tornaram-se empecilho para democracia. A classe política reconhece a democracia como meio para alcançar o poder, ao mesmo tempo, recusa os veredictos das urnas e regra de sucessão democrática.

O processo de incorporar os cidadãos numa identidade nacional é dificultado pela heterogeneidade étnica. No país existem quase trinta etnias e nenhuma delas tem alta prevalência entre a população. Os Balanta (26%), Papel (9,2%), Bijagós (2,1%), Manjaco (9,2%), e Mancanha (3,5%) são as etnias animistas mais significativas, representativas de quase 50% da população, enquanto Fulas (25 %) e os Mandinga são as principais etnias muçulmanas, FAVARATO (2018. p. 100). Por sua vez, SANGREMAN et al (2019. p. 05) observa que, a existência de tradições que têm ainda um peso significativo na sociedade e na sua evolução. Desde as chamadas práticas nefastas até usos e costumes sobre muitos aspetos da vida quotidiana na vida das famílias, tais tradições são vistas como obstáculo à modernização do país. Os padrões de mudanças culturais dependem muito do nível económico; por outras palavras, a dimensão política da cultura muda juntamente com o sistema económico, países mais pobres e Estados falhados estão primordialmente associados a pedidos de segurança, ao invés das pretensões de cidadania participativa, inclusiva, ou direitos do indivíduo. Entre essas populações, a religiosidade persiste fortemente⁴.

1.4. Dimensão institucional e governativa

Para ONG'AYO (2008. p. 03), a falta ou fraca existência de estruturas institucionais, capazes de garantir o funcionamento dos serviços essenciais continuam fracas devido a mecanização e a natureza predatória das elites na África. Essas tendências exacerbadas levam a guerra, violências eleitorais etc. BRATTON & MATTES (2000, p. 2) afirmam que, as forças armadas continuam a espreitar ameaçadoramente nos bastidores: cerca de meia dúzia das novas democracias na África sucumbiram à intervenção militar dentro de cinco anos de transição. A Guiné-Bissau teve infortúnio de cair nessa lista, guerra civil 1998. Durante o tumulto da transição, pouca atenção foi dada ao projecto político institucional. Emergindo de regime de partido único, pouco se poderia esperar que os cidadãos tivessem em mente um conjunto completo de regras democráticas ou tivessem um profundo apego a elas. A estabilidade política/democrática depende da forma como foi perspectivado.

⁴ - Favarato (2018. p. 99) "De acordo com a tese da secularização da segurança humana (Inglehart & Norris, 2011), discute-se a importância do capital simbólico fundamentado na religião como uma ferramenta usada pelos líderes da Guiné Bissau para legitimar a sua autoridade e ultrapassar o impasse da heterogeneidade étnica".

Politicamente, o país tem-se deparado com sucessivas interrupções de ciclos democráticos. Para GOMES (2010. p. 13), a ingerência dos militares na vida política, constitui estrangulamentos à consolidação da democracia, por outro lado, a ingerência do poder político nos Tribunais, tem contribuído para a não afirmação do Estado de Direito. Segundo SANGREMAN et al (2019. p. 59), o país não foi capaz de superar as consequências políticas, económicas e sociais geradas pelo conflito político-militar de 1998-1999. A profunda fragilidade das instituições do Estado, a permanente incerteza política e a sucessão de Governos de curta duração, resultaram na incapacidade de prosseguir, a médio e longo prazo, políticas de promoção da boa governação, de combate à pobreza. Para GONÇALVES (2011. p. 81), compreende-se desta forma que a luta pelo Poder está intimamente associada à visão Patrimonial neste pequeno país. Segundo BARROS & RIVERA (2015. p. 612), Roque (2007:109) entende que, apesar de a Guiné-Bissau não estar formalmente em guerra, também não goza inteiramente de um ambiente pacífico, a grande ameaça é o sector militar.

Para CASTALDO (2018. p. 16), o fortalecimento do executivo refere-se ao processo gradual através do qual os executivos eleitos adoptam mudanças institucionais legais com o objectivo de enfraquecer os controlos sobre o seu poder e impedir a capacidade da oposição de representar um desafio realista. O facto do actual presidente guineense (Sissoco) insistir em nomear os seus parceiros numa comissão para revisão constitucional corrobora essa ideia. Para ANDERSON (2015. p. 13) Quando o serviço público é politizada ou patrimonialista, a implementação das propostas do governo é atrasada ou imprecisa por pura incompetência ou práticas corruptas. Para CASTALDO (2018), a CdD tem haver com declínio da confiança pública no desempenho das instituições representativas e um desinteresse público na vida política (especialmente em três áreas: desilusão com políticos, com partidos políticos e com instituições políticas). De acordo com SANGREMAN et al (2019. p. 31), na Guiné-Bissau, quadro de incapacidade dos atores políticos eterniza-se e leva a que a instabilidade se instale, tornando-se banal, e a população vá vivendo e pensando cada vez mais a sua vida num ambiente de caos das instituições. Apesar do impacto mediático destas crises, são sistematicamente ignorados os factores que estão na sua origem, nomeadamente um sistema político caracterizado pela autoridade quase absoluta do poder executivo e um sector da segurança cada vez mais envolvido na vida política, O'REGAN, & THOMPSON (2013. p. 01)⁵.

⁵ - O'regan, & Thompson (2013. p. 01) "Ao mesmo tempo que os narcotraficantes se interessaram pela Guiné-Bissau pelas suas deficiências de supervisão e governação, o narcotráfico agravou drasticamente estas fraquezas geradoras de instabilidade e criou novos problemas".

1.5. Democracia

Origem da democracia

A democracia tem sido defendida com base na ideia de que ela atinge um ou mais dos seguintes valores: igualdade, liberdade, autodesenvolvimento moral, interesse comum e privado, utilidade social etc HELD (1987. p. 03). De todas as definições possíveis, não escapam sensivelmente povo e o governo, que são elementos recorrentes e primordiais da democracia.

Mas, para que possamos compreender melhor a democracia, seu significado, importância, percurso etc. convém recorrer primeiramente à antiguidade clássica, o surgimento da democracia. Mas vale lembrar, que a noção da igualdade proveniente da democracia ateniense e incorporada pela democracia clássica, tanto no um como no outro, a igualdade democrática depende de critérios e regras estabelecidas, o que configura na rejeição de um grupo de pessoas fora dos critérios estabelecidos. Vale ressaltar que abrangência do Estado na Grécia antiga é bastante diferente com o actual, no que diz respeito ao tamanho do espaço físico que compõe um Estado. Para os gregos, o único lugar imaginável da democracia era, naturalmente cidade-Estado, afirmou DAHL (2012. p. 1). Isso contrasta brutalmente com o que vivemos atualmente e, proporcionou a necessidade de ter a democracia representativa/liberal. Por outra razão, de acordo com BRESSER-PEREIRA (2011. p. 03), atualmente, a antiga democracia grega não pode ser considerada como uma verdadeira democracia, tendo em vista a exclusão das mulheres, dos estrangeiros e a existência de escravos⁶.

Para SCHUMPETER (1961) a designação da democracia como governo do povo acarreta algumas clarificações. Fez a mesma pergunta que o Dahl, quem é o povo na democracia? HELD (1987. p. 02) corroborou com esse questionamento e acrescentou outros, como por exemplo: Que tipo de participação se espera dele? As regras do “povo” devem ser obedecidas? Etc. No entanto, qualquer formula a ser usada, a democracia em qualquer lugar sempre exclui e excluirá alguma parcela da população, principalmente aqueles que são consideradas incapazes por não adquirirem certo grau de discernimento fixado por um conjunto de normas. Essas incapacidades ou regras a serem observadas podem ser sustentadas pelas crenças religiosas, sexo, idade, raça, situação económica, educação, psicológica etc. “a discriminação jamais poderá estar inteiramente ausente. Em nenhum país, por exemplo, não importa em que grau seja democrático, o direito de voto é estendido abaixo de certa idade. Se, todavia, procuramos descobrir o motivo dessa restrição, descobrimos também que ela se aplica a um número indefinido de indivíduos de idade superior.” SCHUMPETER (1961. P. 298). O conceito ateniense de cidadania implicava em tomar parte nas funções governativa, participando

⁶ - Dahl (2012. p. 37) "... o povo não é um corpo perfeitamente homogêneo com interesses idênticos; geralmente, ele se divide num elemento aristocrático ou oligárquico e num componente democrático ou popular- os poucos e os muitos- cada qual com interesses um tanto diversos."

directamente dos assuntos do Estado, HELD (1987. p. 16,17,21). Na primeira instância, a cultura política ateniense era uma cultura de homens adultos. Os homens com mais de 20 anos podiam se tornar cidadãos. A democracia antiga era dos patriarcas. Portanto, o conceito povo definido na construção da nação, não se adequa ao critério do povo no exercício democrático.

Atualmente, a democracia mudou de Cidade-Estado⁷ para Estado nacional e deu bênção as querelas no sentido positivo de problematizar os assuntos públicos. “Na grande escala do Estado nacional surgiram vários interesses e grupos de interesse. E esses grupos diversos não foram, de forma alguma, uma bênção sem mistura de maldição. Enquanto na antiga visão o faccionalismo e o conflito eram considerados destrutivos, na nova visão o conflito político passou a ser considerada uma parte normal, inevitável e até mesmo positiva da ordem democrática” DAHL (2012. p. 45). A democracia moderna nutriu das ideias teóricas da democracia ateniense, mas, não podemos confundir as visões teóricas com a sua prática. Platão⁸ defendia abertamente a guardiania como sendo sistema dos mais bem preparados para governar, HELD (1987. p. 27). Com a especialização dos trabalhos, a democracia moderna cedeu espaço à teoria platónica, exige dos governantes a sólida preparação. Ao que parece, a Guiné-Bissau vive a margem da exigência da contemporaneidade.

2. HISTÓRIA POLÍTICA DA GUINÉ-BISSAU

A segunda guerra mundial não terminou para os povos africanos, ela deu procedência a início de lutas para independência. A preocupação com direitos humanos veio a servir como instrumentos legítimos para fazer face ao colonialismo. Face à crescente proliferação de novos Estados africanos que exigiam de imediato o reconhecimento da sua independência, a Assembleia-Geral das NU (AGNU) em 14 de dezembro de 1960 promulgou a Resolução 1514 – Declaração sobre a Concessão da Independência aos Territórios e Povos Coloniais, também conhecida como a Carta Magna da Descolonização, GONÇALVES (2011. p. 63).

Guiné-Bissau proclamou independência unilateralmente em 24 de Setembro de 1973 pelo então Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) e foi reconhecida pelo Portugal em 24 de Setembro de 1974 – muito se tenha dito que o facto ocorreu em 10 de Setembro do mesmo ano – após acontecimento de 25 de Abril de 1974, conhecida por "**Revolução dos Cravos**", data que pós-fim ao regime salazarista, que de certa forma foi

⁷ - Dahl (2012. p. 22-23) Uma democracia deve também ser de tamanho modesto, não apenas para que todos os cidadãos possam se reunir em assembleia e assim agir como governantes da cidade, mas também para que todos os cidadãos se conheçam.

⁸ - Dahl (2012. p. 18) Estes incluem desde adversários moderados como , Aristóteles, que não gostava do poder que, a seu ver, a expansão da democracia necessariamente conferia aos pobres, até Platão, um oponente directo que condenava a democracia como o governo dos ineptos e defendia, em seu lugar, algo que nunca perdeu o seu fascínio: um sistema de governo pelos mais qualificados.

motivado pelas lutas de libertação das colónias. Cabral havia perspectivado essa maquinaria de libertação inversa, ao afirmar que, se a queda do fascismo em Portugal pode não conduzir ao fim do colonialismo português, estamos convencidos de que a liquidação do colonialismo provocará a destruição do fascismo em Portugal ROMÃO & GODOTTI 2012. p. 28).

Foi das primeiras colonizações portuguesas no mundo. "Ocupada em 1446 por Nuno Tristão – morto em chacina (possivelmente da tribo mandinga) –, e no ano seguinte por Álvaro Fernandes", MOTA (1946. P. 15,68). No ano de 1956, foi fundado no dia 19 de Setembro o PAIGC por Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Júlio Almeida, Elisée Turpin, Luís Cabral e Fernando Fortes. Além do PAIGC surgiram outros movimentos de libertação, FLING (Frente de Libertação Nacional da Guiné), de François Kankoila Mendy, a ULG (União para a Libertação da Guiné), de Benjamim Pinto Bull, e o PSG (Partido Socialista da Guiné), de Rafael Barbosa, que mais tarde filiou-se ao PAIGC por falta de estrutura e quadros, entre outros motivos (TEIXEIRA 2010. p. 15). Para QUEIROZ (2017. p. 136), no contexto das reivindicações independentistas na Guiné-Bissau, tem-se que em 1955 surgiu o Movimento para a Independência Nacional da Guiné (MING), que apresentou uma curta existência.

O dia 3 de Agosto de 1959 marcou na história guineense o acontecimento de massacre no cais de Pindjiquite, data essa, que acelerou a mobilização o povo para conquista da independência, desencadeando várias movimentações que culminaram na luta de libertação. No dia 23 de Janeiro de 1963 deu-se o início da luta, quando PAIGC lançou o seu primeiro ataque contra o quartel de Tite sobre comando de Quemo Mane, SILVA (1997. P. 47). Durante o período em que decorreu a luta de libertação, sentiu-se a união de todas as etnias guineense por uma causa considerada justa – a independência –. Em suma, por meios diferentes, a origem da consciência nacional guineense assenta-se na luta pela liberdade, e a língua crioula ajudou em unificar a população guineense, ver EMBALO (2004) e LOPES (2015).

O modelo nascido na Europa na construção da nação e nacionalismo foi amplamente incorporado por maioria dos Estados nacionais, acentuando a tónica no conjunto. Mas na África, esse modelo encontrou entraves, Para TEIXEIRA (2010. p. 3) “Os grupos étnicos ainda demonstram o seu peso político e elos de continuidade com suas identidades, reelaborando-as, de forma pacífica ou conflituante, de acordo com as circunstâncias históricas.” Ressurgiu a tendência de reforçar a unidade étnica em detrimento da união nacional. Essa tendência é reforçada pelos dois argumentos: primeiro, as disputas políticas, em que os políticos escolhem a divisão e apelo étnico nas eleições. O segundo argumento assenta-se na incapacidade do Estado responder as demandas de diferentes grupos sociais. A instrumentalização étnica, segundo TEIXEIRA (2008. p. 29) ficou conhecido como 'balantização' do poder, que consistia na atribuição dos cargos chave no governo, tendo como critério básico a afinidade étnica e

regional. Instalou-se no país, de acordo com Fernando Ká (2004), a 'unidade étnica' em detrimento da 'unidade nacional'. Assinalamos que a instrumentalização étnica resulta de interesse de um grupo ou uma personalidade desse grupo, essa atuação não é um privilégio de uma etnia, na política esse fenómeno ocorre em todas as etnias, principalmente as majoritárias. Atualmente ultrapassou o quesito étnico regional, incorporou os aspetos religiosos.

2.1. Abertura democrática na Guiné-Bissau

Citando Huntington (1996), QUEIROZ (2017, p. 11), “na década de 1990 os processos de democratização ao redor do mundo se aprofundaram significativamente, influenciados por eventos como o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e das Europas do Leste e Central e pela emergência do regime democrático em países da América Central e da África Subsahariana”.

A abertura democrática na Guiné-Bissau pode ser vista teoricamente em duas vertentes: primeiro, a necessidade de incluir a sociedade inteira na corrida ao poder – teoria interna –. Segundo, é o resultado decorrente do falhanço governamental e a constante pressão da comunidade internacional – teoria externa –. Para CARDOSO (1995, p. 262) “O Programa de ajustamento estrutural que começou a ser aplicado em 1987 vem assim reforçar via de desenvolvimento liberal⁹ que o governo, muito timidamente, começara a trilhar em 1983, abandonando assim os objetivos programáticos que inspiraram a luta pela independência e os primeiros anos da construção nacional.” A democracia foi sempre uma das bandeiras da liberalização económica que o regime capitalista advoga, tinha e tem no fundo o comércio global, que somente o regime democrático podia dar cobertura e permitir exigências externas sendo tomadas de igual modo, ou superior, as exigências internas. Para BOBBIO (1986) atualmente, a democracia e o liberalismo não são compatíveis desde que a democracia trouxe a baila os partidos de massa em que o produto é o Estado assistencial, sendo que o mesmo liberalismo apregoa pouca imiscuição do Estado.

Pode-se dizer, o que constrange o sistema democrático guineense deve-se ao facto de a democracia ser introduzida com a tímida exigência e participação da sociedade civil. A instauração da democracia é uma imposição externa em que a Guiné-Bissau aceitou exclusivamente para não perder os apoios, sendo a mesma um dos elementos principal para obtenção dos fundos. Portanto, a democracia não conseguiu aprofundar raiz porque não cresceu de baixo para cima. A elite política instituiu a democracia, mas continuou a sufocá-la reduzindo-a em ideias abstratas. Desta forma, a transição do regime autoritário para regime democrático não se efetivou cabalmente, principalmente na questão da regra de sucessão governativa. Ainda,

⁹ - Bobbio (1986, p. 113) “O liberalismo é, como teoria económica, fautor da economia de mercado; como teoria política, é fautor do estado que governe o menos possível”.

segundo QUEIROZ (2017. P. 2) “apesar da importância que a variável externa teve para impulsionar a democracia, o seu êxito dependia essencialmente de um conjunto de variáveis domésticas, que combinadas, resultavam na estabilidade política, económica e social desses países no momento da democratização.” A autora apresentou lista de alguns pré-requisitos internos considerados fundamentais para o processo da democratização e posteriormente a sua consolidação, dentre os quais, elencamos alguns:

- Alto nível de desenvolvimento económico; Distribuição de renda e/ou de riqueza relativamente igualitária(s); Existência de uma classe média forte; Altos níveis de alfabetização; Desenvolvimento de contestação política antes da expansão da participação política; Estruturas de autoridade democrática dentro dos grupos sociais, particularmente aqueles conectados à política; Baixos níveis de polarização política e extremismo; Líderes políticos compromissados com a democracia; Tradição de tolerância e compromisso; Ocupação por um poder estrangeiro pró-democrático; Tradição de respeito pela lei e direitos individuais; Homogeneidade étnica, religiosa e racial; Consenso dos valores políticos e sociais; Para GONÇALVES (2011. p. 79), salienta-se ainda a importação do modelo democrático, que não se encontra adaptado à realidade africana (diversidade étnica e patrimonialismo), o que resulta numa democracia defeituosa praticada pelos detentores de Poder guineenses. Mas, a democracia não é um processo estático, pelo contrário, é a sistemática incorporação de novas fórmulas que requer trabalho conjunto de diferentes quadrantes da sociedade.

Segundo CARDOSO (1995. p. 259) “A Guiné-Bissau, sendo um dos países mais pobres do mundo, tendo praticado ao longo dos primeiros quinze anos da sua independência uma política económica desastrosa, tendo tido um regime autoritário de partido único e tendo por diversas vezes violado os direitos elementares da pessoa humana, não podia escapar à regra. Também aqui estavam reunidas as condições internas e externas para se iniciar um processo de mudanças profundas a todos os níveis da sociedade, mormente nos domínios político e económico”. O sistema democrático não foi uma oferta de boa vontade dos governantes, foi uma antecipação do anarquismo¹⁰, além da obrigação de acompanhar com os ditames da comunidade internacional¹¹. Portanto, a abertura democrática guineense, impediu o anarquismo de vários sectores sociais, mas trouxe-o nos órgãos da soberania patrocinada pelos partidos e

¹⁰- Cardoso (1995. p. 264) “A diminuição do poder de compra e a consequente deterioração das condições de vida dos funcionários públicos conduziu a partir de 1991 a uma série de greves. Primeiro, foram os professores a reivindicar melhores salários e a melhoria das suas condições de trabalho. Mais tarde foi a vez do pessoal da saúde e das forças armadas”.

¹¹- Cardoso (1995. p. 265) “Resumindo, pode-se dizer que são as dificuldades económicas e financeiras que têm estado na origem das convulsões sociais. Muitos estão ávidos da mudança. E nesta conjuntura o adiamento sucessivo das eleições, nas quais muitos vêem uma saída para a crise actual, só tem contribuído para agravar as tensões sociais, fazendo o país correr o risco de escapar ao controle dos seus dirigentes políticos, incluindo os da oposição”.

militares. Após realização das primeiras eleições, o ex-PR, tentou continuar com o monopólio e controlo total das operações do Estado, a guerra de 1998 provou sua falha e implantou o anarquismo institucional e fragilidade democrático-participativa vivida até dias de hoje. Deve-se também levar em conta as dinâmicas sociais e governativa operada dentro desse território em tempos record e que não permitiu assentamento e cumprimento dos programas. Houve mudança de três regimes: primeiro, o fim do regime colonial; segundo, instituição do regime nacionalista revolucionária; terceiro, a introdução do regime democrático. Tendo os mesmos decorridos em dezasseis anos. Motivou a modificação constante em termos teóricos de atuação, mas a prática continuou sendo intacta pela dificuldade dos membros governativos adequarem-se aos preceitos dos regimes institucionalizados.

Vale a pena ressaltar que “a inflação de Guiné-Bissau chegou ao patamar de 64,8% em 1980. Destaca-se também que, em 1985, o valor do referido índice chegou a 112,7% no país.” QUEIROZ (2017. p. 157). Resultou em questionamento do Estado continuar a ser o único controlador dos bens e sistema económico do país, o que provocava não somente a retracção do desenvolvimento do país assim como agudiza a obtenção dos bens essenciais à população. A atuação das agências FMI e BM naquele período era de instituir a democracia, condicionando-a com ajuda externa com seguintes operações: Quanto + democrático = mais ajuda; quanto + ajuda = democracia. Essa tese não corresponde a realidade, observou que os países que recebiam mais ajuda externa não necessariamente se tornavam mais democráticos, assim como os países que recebiam menos ajuda externa não necessariamente se tornavam mais autoritários QUEIROZ (2017. p. 44). Cremos que o liberalismo por si só não cria democracia estável. A democracia, não conseguiu transformar ou acabar com os vícios criados durante o Estado do partido único. Prima pela confusão entre esfera estatal e privada, dando corpo a fragilização do Estado e democracia. A corrupção, nepotismo e impunidade são as bandeiras dessa fragilidade.

2.2. ANP antes e pós democracia (liberal)

Antes da abertura democrática, ocorrido no II Congresso extraordinário do PAIGC em 1991, o Comité Central do partido através das assembleias popular era responsável pela escolha dos deputados. Segundo QUEIROZ (2017. p. 153), “a Guiné-Bissau realizou quatro eleições legislativas no momento unipartidário, sendo elas nos anos de 1972, 1976, 1984 e 1989”. Durante esse mesmo encontro, os delegados decidiram suprimir o 4º ARTIGO da constituição promulgado pela ANP após o golpe de Estado de 1980. Na sua alínea n. 1 considerava, na República da Guiné-Bissau, o PAIGC é a única força política dirigente da sociedade e do Estado, a explicação para esse artigo da constituição pode ser encontrada no MARSHALL

(1967. p. 126)¹². Agora, a ilusão é que o poder se encontra na mão do povo, através dos seus representantes. ROUSSEAU (2002. p. 87), observou três vontades distintas dos deputados a qual consideramos a operacionalidade das suas funções na prática. Primeiro: a vontade própria do indivíduo; segundo: a vontade comum dos deputados que, atualmente, está relacionada a vontade do partido (líder) ou do PR; terceiro: a vontade do povo, onde os decisores consideram-se parte desse todo.

LIPSET (1961. p. 25) citando Bagehot (1958), este postulou dois tipos de nação na eleição de um bom parlamento, pretendemos ficar somente com o primeiro onde o autor afirmou o seguinte: "O primeiro, é a nação na qual a massa popular é inteligente e tem conforto. Onde não existe pobreza, onde há difusão educacional e a compreensão política é comum, é fácil para o povo eleger um bom legislativo". A falta desses requisitos é transversal na sociedade guineense, atinge até as elites políticas. Essa ideia foi postulada pelo BIJAGÓ (2017. p. 236), afirmando que o governo se constitui fundamentalmente de políticos com pouca experiência governativa, incluindo o próprio líder do governo. Esse despreparo não se restringe apenas ao governo, também se estende ao parlamento, onde a grande maioria dos deputados eleitos apresenta um fraco nível académico e da experiência política, o que se reflete negativamente nos debates, pois dificilmente conseguem acompanhar os trabalhos e/ou votar com razoável conhecimento do assunto. De ponto de vista da manutenção do poder, o executivo até se sente confortável em ter um parlamento cujos deputados apresentam deficit de compreensão das suas funções.

Em todas as legislaturas, deputados entraram em colisão com o próprio partido pelos motivos diversos, alegando uso do ARTIGO 82º paragrafo "1 - Nenhum deputado pode ser incomodado, perseguido, detido, julgado ou condenado pelos votos e opiniões que emitir no exercício do seu mandato." Assim, aproveita-se a vaga existente na lei para promover anarquia partidária, permitindo o deputado responder por si em detrimento do partido, defendendo os interesses próprios, o que origina as encenações apelidadas de "maioria deslocada" e que garante automaticamente a deslocação do direito da formação do governo, acompanhada de acusações de aliciamento e "compra" dos deputados factor elementar nessa deslocação. A fórmula instituída, não é nada mais do que procura da maioria para representação do grupo, com predominância em interesses particulares dos membros, é exactamente aquilo que BOBBIO (1986) creditou de chaga e não efeito benéfico, que constitui um dos aspetos degenerativos dos parlamentos, que deveriam ser corrigidos e não agravados.

¹²- Marshal (1967. p. 126) Eisenstadt, que trata da estratificação numa sociedade que, conquistou sua independência política ou passou por uma revolução importante, apresenta causas diferentes para a emergência de uma classe dominante. O sistema neste caso, com muita probabilidade será "monolítico". Os que retêm o poder tentam estabelecê-lo como o critério mais importante de estratificação ao qual os outros e recompensas deveriam estar subordinados.

O conseqüente divórcio entre símbolos e ações partidárias para todos os que integram as coligações, a necessidade de conchavos quanto ao preenchimento dos lugares públicos, e a obtenção de apoio parlamentar podem conduzir ao cinismo ou a atitudes semelhantes aqueles apegos imediatos a abstrações que, como argumenta Philip Selznick (1952), é uma fonte de irresponsabilidade, extremismo e manipulação das massas. Essas manifestações extremas aparecem, está claro, somente em alguns sistemas multipartidários e em situações de tensão, LIPSET (1961. p. 54-55). São factos recorrentes da instabilidade democrática guineense. As crises que inúmeras vezes resultaram na formação do governo juntando vários partidos, sendo que esses mesmos partidos foram responsáveis pela crise resultando não pela forma de governação, mas sim pela busca de espaço na governação para obtenção de parcelas de erário público. Geralmente, esses governos de coalizões cada membro reporta ao seu partido, enfraquecendo não somente o líder do governo, mas toda sociedade e as suas aspirações.

2.3. Formação dos partidos políticos na Guiné-Bissau

Os partidos são nitidamente a parte mais importante da estrutura representativa em sociedades democráticas complexas, LIPSET (1961. p. 23, 53). Ainda, os partidos são organizados visando à capacidade de assumir a responsabilidade total, interna e internacional, da condução dos negócios públicos. Em vários países, os partidos procuram recrutar para suas fileiras (líderes) cidadãos notáveis (intelectuais), ver DUVERGER (1957. p. 31). Na Guiné-Bissau, a lógica é inversa, são os partidos que transformam os cidadãos em notáveis, não no sentido de capacitação intelectual, mas em questões económicas¹³.

No caso das formações partidárias guineenses, a maioria é desprovida do programa que, segundo BRAGA (2012. p. 86) “Entre os elementos que fariam parte da composição de uma organização partidária, Michels ressalta a importância do programa. Para ele, este programa partidário deve enunciar os princípios norteadores das ações dos seus membros e seguidores”. As maiorias dos partidos guineenses têm na mira a comunidade nacional. Essa dificuldade de delinear os objetivos específicos e a ideologia nasce com as formações partidárias. É difícil diferenciar o interesse do partido com o interesse do líder ou dos dirigentes, ambos se encontram imbricados. Portanto, caso houver choques de interesses durante a atividade política, sobressai inevitavelmente interesse da oligarquia partidária em detrimento da massa, violando a virgindade do programa tornando-o letra morta. Dessa forma o partido torna o seu programa aos poucos em elemento teórico, enquanto na prática faz-se defesa dos seus líderes, submetendo os interesses sociais cada vez mais em último a ser considerado. Para MICHELS (1982. p. 234). “Num partido, os interesses das massas organizadas que o compõem estão longe de coincidirem

¹³ - Duverger (1957. p.15) “Em 1850, nenhum país do mundo (com exceção dos Estados Unidos de América) conhecia partidos políticos em sentido moderno da palavra”. (Tradução nossa).

com os da burocracia que o personifica”, um facto da democracia guineense. Ainda, a formação dos partidos resulta dos interesses pessoais e/ou de um coletivo restrito. Desses interesses resultou na formação de mais de quarenta partidos, os primeiros partidos foram criados na clandestinidade e outros no exílio, ver CARDOSO (1995)¹⁴ e LOPES (2015). As desavenças partidárias sempre motivaram dissidências e formação de novos partidos, facilitada pela recolha das assinaturas; garantia de emprego; espaço por excelência de corrupção e impunidade.

A própria sociedade é fonte insaciável de conflitos e interesses que requer estrutura organizativa com plenos poderes para impor normas e regras¹⁵. Nessa óptica, os partidos pegam boleia para fazer vincar as suas agendas, sendo que têm como missão, harmonizar os conflitos sociais, propor segmentos capazes de alcançar relativa estabilidade. São os mesmos que tentam a todo o custo agudizar os conflitos existentes e ainda invocam novas fontes de intolerância – étnica religiosa – para exacerbar ainda mais as divisões sociais. Por outro lado, os partidos além de chegar ao poder, tentam impor sobre a sociedade a sua ideologia. Pretendem fazer dos seus ideais o parâmetro de convivência. É nos partidos que se reformula o aparelho estatal, procurando elementos capazes de dar sustentabilidade aos seus interesses. Uma vez consolidadas as suas integrações nas instituições estatais, surge nova característica desses grupos, deixam de ser simples grupo oligárquico partidário, incorporam a característica da elite política e burocrática, ver BRAGA (2012. p. 85). Desta forma, surgem novos interesses no seio do grupo, relegando assim as características da coletividade que estiveram na essência da fundação. Ao mesmo tempo em que consolidam no aparelho estatal, tentam limitar a ascensão de novos membros aos cargos burocráticos do partido, para MICHELS (1982. p. 220), a política interna das organizações de partido seja hoje absolutamente conservadora, ou na iminência de sê-lo, este é um facto que sobressai nitidamente.

Ora, à medida que a organização cresce, a luta pelos grandes princípios se torna impossível. É um facto notório que, nos partidos democráticos atuais, os vastos conflitos de opiniões se desenrolam cada vez menos sobre o terreno das ideias e com as armas puras da teoria e se

¹⁴ - Cardoso (1995. p. 273, 274) Com efeito, tanto o Estado colonial, dominado durante muito tempo por um regime fascista, como o Estado repressivo da pós-independência impediram que as diferentes franjas da população se organizassem politicamente num espaço que estivesse fora do seu controle. Este facto, por sua vez, fez com que muitos partidos se tivessem constituído no exílio. Isto condiciona outra característica comum a vários partidos da oposição que é a sua falta de enraizamento. O enraizamento refere-se igualmente à base de apoio ou de recrutamento dos militantes. Importa referir que nenhum dos Partidos tem um carácter de classe claramente definido. Aliás, nenhum deles tem um programa baseado numa ideologia de classe claramente definida.

¹⁵ - Duverger (1957. P. 46-47) “Um partido não é uma comunidade, sim um conjunto de comunidades, uma reunião de pequenos grupos disseminados através do país (secções, comités, associações locais, etc.) ligados por instituições coordenadoras. O termo elemento de base designa células componentes do organismo do partido.” (tradução nossa)

degeneraram rapidamente em diatribes e ataques pessoais, MICHELS (1982. p. 220). Na explicação do autor, isso deve-se ao facto de que os partidos atualmente trabalham com exclusividade na angariação dos votos. No caso guineense, os partidos são exclusivamente eleitoralistas, provocando nos seus dirigentes discursos divisionistas, enxertando discórdias¹⁶. A proliferação dos partidos é um ato democrático, mas, fragiliza a democracia e a governabilidade. O crucial não está somente nas suas proliferações, mas sim, nos projetos e propostas. Alguns, não apresentam nada agregador para fortalecimento da democracia, ao contrário, contribuem para sua fragilização, pois somente numa série de crises generalizadas poderão conseguir alguns postos administrativos estatais.

3. A PARTICIPAÇÃO CIVIL NA DEMOCRACIA GUINEENSE

3.1. Democracia, sociedade guineense e administração pública

Uma das características da democracia é a liberdade de expressão e manifestação. Para DAHL (2015. p. 25, 26), é a contínua responsividade do governo. O autor sustenta que, para o governo, as preferências de seus cidadãos, devem ser dadas a todos a oportunidades plenas de: formular suas preferências; de expressá-las a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e coletiva; de ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, sem discriminações decorrentes do conteúdo ou da fonte da preferência. Como tudo é imperativo na Guiné, torna-se dificultoso os cidadãos aliarem suas preferências e, de forma individual, não cria eco e não é escutado. Por fim, as preferências dos cidadãos são levadas em conta somente nos atos eleitorais, é a eterna promessa que jamais foram satisfeitas.

Durante abertura democrática, nos programas de sensibilização radiofónicos ou com cartazes levadas ao cabo pela CNE, é dito aos cidadãos que na democracia; cada um que tiver dezoito anos ou mais deve recensear. Quanto à parte de fazer os cidadãos conhecerem seus direitos, como a de manifestação, foi deixada para trás. Embora conste na lei que a manifestação é ato legítimo e democrático, os governos usurpam esse direito, condicionando os atos de reuniões públicas quando esta afronta o governo, criam-se enormes dificuldades alegando

¹⁶ - Cardoso (1995. p. 275) “Uma das razões que tornou possível este estado de coisas foi o facto de que uma boa parte da oposição gravitava em torno de projectos de afirmação pessoal. A melhor prova disso são as sucessivas dissidências verificadas na Frente democrática social (FDS) de Rafael Barbosa. Nem Aristides Meneses, nem Victor Saúde Maria, nem Koumba Yala, Aliu Barri e Djibril Baldé aceitaram a supremacia do ex-presidente do PAIGC. O primeiro criou a FD (Frente democrática); o segundo ergueu o PUSD (Partido unido social-democrata) ; o terceiro constituiu o PRS (Partido da renovação social).”

3- *Idem* (1995. P. 273) “Com excepção da FLING que se constituiu já nos anos cinquenta e do Movimento BaFatá que se constituiu em 1986, a maioria dos Partidos legalizados nasceu após a queda do artigo 4 da Constituição de 1984 que aconteceu em 4 de Maio de 1991 ou mesmo após aprovação da Lei-quadro dos partidos políticos. Este facto tem implicações várias para a oposição guineense. Uma delas é a sua falta de maturidade, agravada de uma certa forma pela ausência de uma tradição política”

questões burocráticas e legislativas. A democracia como “poder de povo”, na Guiné-Bissau, nunca teve o respaldo da sociedade em se apresentar como elemento fulcral. Nas subversões de ordem, golpes e derrubes foram sempre motivadas pela classe política e com alto patrocínio das forças armadas. Eis aqui a cronologia dos golpes militar: 14 de Novembro de 1980; 7 de Junho de 1998; 14 de Setembro de 2003 e 12 de Abril de 2012, sem mencionar (02 de Março de 2009, assassinato do PR; 1 de Abril de 2010, prisão do PM; e 27 de Fevereiro de 2020, tomada de posse simbólico).

A sucessão dos dados apresentados reforça a ideia de THOMPSON (2002. P. 23), segundo o qual, “a forma mais importante de poder coercitivo é o poder militar”. Na Guiné-Bissau, a coerção é usada do Estado sobre Estado, portanto, a FARP tem sido usada para autoflagelar o próprio Estado, Para CARVALHO (2014. p. 78), “O assunto militares/Forças Armadas é sensível na sociedade guineense porque toda a história do país foi feita através da presença constante dos militares na vida pública, para o bem e para o mal, dependendo do prisma em que se esteja a fazer análise¹⁷”. A questão militar é suscetível de ser vista de inúmeras formas. Uma delas é a de que a Guiné-Bissau ainda não conheceu ao longo da sua história nenhum período de Governo militar de forma oficial. Embora desencadeando todos os incidentes que o país conheceu. Ao não assumirem não quer dizer que não tenham interferido nele, e mais, a elite castrense sempre partilhou o poder desde o monopartidário nos moldes de Partido-Estado. Ocuparam funções relevantes nos poderes legislativo e executivo como deputados, Ministros, PM e PR, CARVALHO (2014. p. 82). Em alguns casos, tentaram usurpar o poder civil¹⁸, mas é nos bastidores que os militares preferem esconder, mas controlando detentores de poder, impondo a manutenção dos seus status quo. Nos derrubes dos governos eleito, os PR jogaram papel decisivos, tomando por si essas responsabilidades.

As crises política guineense assemelham a descrição feita pela ARENDT (2012) no seu trabalho sobre origem do totalitarismo, onde afirmou que, o antissemitismo moderno crescia

¹⁷- Carvalho (2014. p. 78) O Movimento Reajustador, não foi mais senão um golpe de estado que alterou a ordem constitucional no país, “provocando assim a primeira grande ingerência dos militares nos assuntos do país” (Lopes, 2010, p.3). Este golpe teve como consequência a “destabilização da governação às constantes intencionalidades e inventivas de golpes de Estado”.

¹⁸- *Idem* (2014. p. 83) exemplo flagrante dos desmandos dos militares com o objectivo de capturar o poder foi a exigência feita por Seabra, após derrubar Yalá em 2003, movimentou-se no sentido de chegar à presidência da República, mas o seu sonho foi destruído pela forte oposição da comunidade internacional e, por fim, a hostilização de medidas que visavam a alteração do status quo, ficou patente a 18/04/2012 após golpe de Estado e aquando da entrevista do porta-voz do Comando Militar Daba Na Walna, este afirmou categoricamente que estava fora de qualquer cenário, o regresso de Carlos Gomes Júnior para a conclusão do processo eleitoral que se encontrava na fase final. No que toca à não submissão à lei civil, pode-se apontar o malogrado Ansumane Mané porque pouco depois das eleições presidenciais de 2000, foi afixada uma placa de “Co-Presidente” na porta do seu gabinete, passou a ignorar ou rejeitar medidas tomadas pelo novo governo civil (O’Reagon & Thompson, 2013, p.8).

enquanto declinava o nacionalismo tradicional. Do jeito semelhante, desde entrada do sistema democrático na Guiné-Bissau, o nacionalismo revolucionário perdeu espaço para partidos, etnias e individualidades. De forma repetida, pode ser constatada a minimização da questão nacional em detrimento dos grupos descritos, fragilizando a participação no verdadeiro sentido da palavra, tornando-o em simples aspetos cleptocrática. O facto é a passividade com que essa questão é tratada pela sociedade guineense, os mais explorados sentem certo tipo de interesse de participar na política não com intuito de expor aquilo que coroe o Estado, mas com esperança de um dia pertencer a seletor grupo que dispõe de condições económicas.

Tem vindo a ser notada constantes insistências em instituir regime totalitária, para efeito ARENDT (2012) demonstrou que as perseguições, repressões, negações dos direitos são alguns dos seus elementos e, a procura de instituir nova forma de orientação, criando bodes expiatórios. Recusam o carácter conflituoso da sociedade, uma vez que os outros são considerados sempre as ervas daninhas, procuram instituir novas orientações através das promessas de uma sociedade nova e perfeita, argumentos que consubstanciam puramente em falácias, isso porque a própria tentativa de uniformidade em termos filosóficos pressupõe a pluralidade.

A deficiência democrática guineense deve-se exclusivamente ao sistema montado e a própria inércia da sociedade, que insiste em lamentar sem reagir. Para KOHL (2011. p. 56) “Trajano Filho (2002, p. 154-157) descreve essa forma de representar a nação como o “ethos da koitadesa”, referindo-se aos guineenses como uma nação de “koitadis”. O termo crioulo koitadesa, derivado do português, traduz um sentimento de “pobreza”, “infelicidade” e “miséria”, ilustrando assim um modo de vida na resignação, pobreza de sofrimento.” CARVALHO (2014. p. 73) acrescenta que ainda que sejam os políticos os maiores culpados pela instabilidade do país, amiúde o povo é também chamado à responsabilidade. Carlos Sangreman diz, por exemplo, que os culpados são os guineenses como um todo, como povo, que se por um lado teve o bom senso de não se envolver em conflitos destruidores do país, por outro foi incapaz de ter a consciência coletiva que teve durante a luta para construir um país.

Com a rutura da administração colonial e implantação de uma administração autóctone, obrigou o recrutar de novos elementos. No entanto, A elite da luta recrutou os seus membros das camadas mais baixas da sociedade colonial, não passava, na sua maioria, do 5º ano do liceu, CARDOSO (2002. p. 15), devido a uma política educativa colonial restritiva e tardia. Com efeito, o primeiro estabelecimento de ensino secundário somente foi aberto em 1958, enquanto em Cabo-Verde o primeiro liceu foi inaugurado na Praia em 1860. Assim, a falta de quadros tecnicamente preparados após a independência, além de proporcionar uma nova elite política burocrática em grande escala – mesmo tendo baixos níveis escolares –, empobreceu ainda mais administração pública, e permitiu sua dominação sobre os aparelhos estatais. Essa elite, sabendo

das suas limitações, implantou sérios entraves a qualquer novo ingresso e consequentemente permitiram afluência da hereditariedade possibilitada pela hierarquização dos cargos.

E como se isso não bastasse para assegurar o disfuncionamento do aparelho do Estado, deixou-se instalar no seio das estruturas superiores do Estado um espírito do "deixa andar" que escondia por detrás a incompetência e uma certa confusão na interpretação dos princípios. A supremacia do Partido sobre o Estado, por exemplo, foi durante muito tempo mal interpretado. Isso levou à colocação de indivíduos sem preparação e conhecimentos técnicos adequados à frente de departamentos e empresas públicas. Por isso o fracasso burocrático foi total. Com efeito, o sistema político/democrático ainda continuou a enfrentar sérias dificuldades devido aos procedimentos resultantes do sistema implantado. A sociedade em si, continuou a encerrar democracia na perspectiva periódica, campanhas eleitorais.

3.2. A participação civil efetiva

Para DAHL (2015. p. 98) "uma grande dose de desigualdade não gera, no grupo prejudicado, reivindicação política por maior igualdade". Por falta de tudo, a participação civil não consegue exigir igualdade e, opta-se pelos apoios. Os poderes imprimidos, criador de desigualdade, servem de elemento de amordaçamento da sociedade. Qualquer forma de racionalidade pode ser decisivamente reprimida com os fatores económicos, a fórmula mais usada no aspeto guineense.

Após a queda do governo da IX legislatura, houve proliferação dos movimentos com todo o tipo de denominações. A sua maioria não contesta nem o regime, mas apoiam de forma condicional figuras políticas e partidos, atacam ferozmente os adversários. Se a democracia guineense encontra a deriva é tão-somente movida por três elementos: A questão económica, o analfabetismo e o fanatismo exagerado, desde: étnico, religioso, partidária, personalista, académica etc.¹⁹.

A descrença cívica nos políticos e partidos torna a participação na democracia nula. Os discursos são os mesmos e as figuras políticas são as mesmas. A procura pelo sustento diário torna-se imperativo. Ainda, existem duas formas imperativas que freiam qualquer ato de reivindicação na sociedade guineense: primeira forma de controlo funciona abstrata e psicológica, diria autoritarismo dissimulado: é o caso das ideologias implantadas na sociedade. Essas ideologias abrangem os costumes étnicos, religiosos e sociais, tem a ver com a não contestação dos parentes, não criticar abertamente o líder etc. É nesses aspetos que se concentram a maior forma de negação dos direitos democráticos. A população guineense

¹⁹ - Bobbio (1986. p. 38) "Se hoje existe uma ameaça à paz mundial, esta vem ainda uma vez do fanatismo, ou seja, da crença cega na própria verdade e na força capaz de impô-la."

desenvolveu ao longo do seu percurso laços afetivos, os vizinhos, amigos, colegas, todos são vistos como família. Aprende-se que não se deve contestar publicamente as pessoas de classe elencada, retirando-as, não resta ninguém para cobrar. A democracia tem vindo a experimentar contornos difíceis desde que os seus líderes (étnicos e religiosos) começaram a conviver com maior intensidade com os líderes políticos. Os processos das reivindicações democráticas tendem a ser mais complexas e profundas para os cidadãos do que simplesmente as ideologias étnicas, religiosas e sociais impregnadas desde infância. Para QUEIROZ (2017. P. 98) “Ao testarem o conjunto de países ex-comunistas entre 1991 e 2004, Fish e Kroenig (2006) descobriram que as sociedades mais diversas etnicamente são menos democráticas. Beissinger (2008) também afirma que a visão preponderante na Ciência Política é a de que a diversidade étnica se configura como uma barreira para a democracia. Como exemplos, ele cita Robert Dahl, que afirma que altos níveis de diversidade étnica diminuem a probabilidade do sucesso democrático, primordialmente em locais nos quais um grupo dominante tem a possibilidade de chegar ao poder”, embora não existisse um grupo étnico dominante, a instrumentalização étnica tem vindo a comportar como prática recorrente escolhida pelos políticos guineenses. A segunda forma de controlo está ligada ao mecanismo de controlo estatal – legitimidade weberiana – baseada no uso de violência.

Diria que é difícil fazer vincar a participação cívica efetiva – principalmente nas contestações ao regime – nos assuntos democráticos. Primeiramente, urge garantir a independência económica da população, facilitando assim, mais engajamento por parte civil. A participação cívica não deve ser vista somente nos grandes actos. Ainda, existem os casos de alguns cidadãos que participam durante as campanhas eleitorais com o intuito de tirar proveito económicos, este tipo de comportamento dá certa legitimação aos políticos, **compra de consciência**. No dizer de BRAGA (2012. p. 92) “o poder manifestar-se-ia numa relação de troca desigual, em que um actor ganha mais do que o outro”. Essa troca se manifesta nas épocas eleitorais em que a população recebe camisolas, arroz, dinheiro etc. em troca dos seus votos. Nessa troca desigual os políticos são disparadamente os beneficiários.

Para PATEMAN (1992. p. 10), nas teorias de democracia atuais um dado predominante é a ênfase colocada nos perigos inerentes à ampla participação popular. É necessário que as massas tenham consciência da importância e espaço da participação na democracia. Existe uma característica comportamental político dos cidadãos, os da baixa esfera socioeconómica têm desinteresse em participar das atividades política. Os mais abastados praticam a democracia com o fim económico. Os apoiantes, com mais ênfase, incentivam a classe política nos usos de atitudes antidemocráticas, pressupõem que, líderes em geral são detentores da verdade e deve-se a eles a cega obediência. Lembremos que no Contrato Social, ROUSSEAU (2002) mencionou que, para a participação político/democrática, a estabilidade económica é um requisito

necessário. Tal não significa necessariamente a igualdade em termos de recursos económicos, mas que a desfasagem económica não seja o elemento impeditivo. A sensação de liberdade efetiva da pessoa aumenta por sua participação na tomada de decisões, porque dá a ele um grau real de controlo sobre o curso de sua vida e sobre o meio em que vive, PATEMAN (1992. p. 39, 40). Portanto, a participação civil pode restaurar o equilíbrio de poder, democratizando a própria democracia. Se a participação é resultado de práticas recorrentes, “quanto mais o cidadão participa, mais ele se torna capacitado para fazê-lo”, parece-nos que os guineenses caminham para esse feito, mas de modo cambalhota, tacanho e oportunista.

3.3. A economia e a participação civil antes, durante e pós-eleição

Mesmo com as instabilidades, a taxa participativa nos atos eleitorais têm tido média superior a 80% Segundo os relatórios da CNE. Demonstra a convicção da população de que o voto é uma ação social que devem assumir e através dele podem eleger os seus representantes.

O IDH reflete diretamente no modo de vida da população. Em 2018 NU colocou a Guiné-Bissau na posição 177º, com a pontuação de 1,0 melhorando em 0,95% por ano em relação ao 2017, o relatório revela que mesmo com essa melhoria desde 2010, a Guiné-Bissau não acompanha o ritmo do crescimento dos outros países, ainda, revela que a sua população mais de 80% vive com menos de 2 dólares por dia²⁰ e, o mesmo país figura nos mais pobres do mundo. A taxa de analfabetismo é (de 63%) segundo Barros & Rivera (2015. p. 606). Os dados de NU do mesmo ano indicam que apesar de uma escolaridade prevista até 10,5 ano, guineenses passam apenas 3 anos na escola e soma a maior taxa de trabalho infantil da CPLP: 36,2% das crianças com idades entre 5 a 17 anos trabalham. No quesito saúde, foi revelado que, nos hospitais existem cerca de 10 camas por 10 mil habitantes, e 01 médico por 20 mil habitantes.

Entre 1980 e 2012, o país registou uma taxa média anémica de 0,4% de crescimento económico anual. Em 30 anos, o rendimento real per capita aumentou apenas 5%, de 158 dólares US\$ para 166 por ano. A mortalidade infantil permanece 40% superior à média africana subsaariana. A situação piorou desde golpe de Estado de 2012. A economia sofreu uma contração de 2,5% em 2012. A indústria vital de castanha de caju, que emprega 80% da força laboral, registou uma quebra de 50% da sua exportação, O'REGAN, & THOMPSON (2013. p. 03-04). "No período entre 1990 e 1998 a evolução do PIB foi igual a -3,4 %, ou seja, houve uma diminuição da riqueza produzida. Coerentemente entre 1991 e 2001 verificou-se que a pobreza absoluta passou de 49,0 % para 64,7 %, sendo que fora de Bissau representava 69,1 %

²⁰ - Mendes (2010, Pp. 67) “Os níveis de pobreza que hoje atingem a população guineense são bastante elevados, sendo que, mais de 80% da população vive com menos de dois dólares por dia (Handem & Rodrigues, 2009: 200-202; Rudebeck, 1997: 37)”.

da população (ONU 2004)", SANGREMAN et al (2008: p. 12). Em termos de infraestruturas foram heranças coloniais, em alguns casos degradou quase na sua totalidade. Ver quadro 01 sobre IDH.

Colocando a questão económica e democrática lado a lado na Guiné-Bissau para análise, recorremos a poliarquia de DAHL (2015: p. 105).

As pessoas que são excluídas geralmente não se comparam com os grupos mais favorecidos. Uma pessoa de um grupo de excluídos quase certamente comparará a situação presente de seu grupo com seu próprio passado, - ou mito do seu passado -, se o grupo acreditar que agora está melhor do que no passado, esta crença pode ser muito mais saliente e relevante do que o facto de alguns outros grupos estarem atualmente muito melhor. Finalmente, quando uma pessoa comparará si própria ou seu 'próprio' grupo específico com outros indivíduos ou grupos, ela provavelmente fará comparações com outros que são, socialmente falando, não distantes e sim muito próximos a ela.

Para DAHL (2012. p. 156), a consequência de transferir a democracia de Cidade-Estado para o Estado nacional tem os seus custos. Vimos que esse custo assenta nas limitações das oportunidades que outrora cidadãos tinham de participar plenamente de forma coletiva e sem limitações nos atos democráticos sem que as suas vozes fossem molestadas ou ignoradas pela minoria. Os ideais da plena democracia descrita pelo Rousseau (2002) no “Contrato Social” foram feridos e a participação foi atingida tanto ao nível de governo assim como nas reuniões ou comícios, ou seja, a participação transfigurou-se para algo meramente decorativa. Na maioria dos partidos, as decisões do líder têm mais peso do que a direção.

O idealismo de Marshall fez com que este apaixonadamente colocasse a Ciência da Economia a serviço de políticas para desvendar a natureza e o conteúdo dos problemas com os quais a política tem de lidar e para avaliar a eficácia de alternativas para a realização de determinados objetivos, MARSHALL (1967. p. 58). Na Guiné-Bissau, a desfasagem em termos económicos também é alicerçada pelas diferenças que existiram desde ponto do nascimento, interior X capital, escola X oportunismo político em que o sistema económico joga um papel preponderante tendo em conta a filiação, “privilégio hereditário”.

A discriminação na Guiné-Bissau dos nascidos na cidade sobre os de campo assenta em alguns casos sobre a dominação sanguínea que provoca hereditariedade promíscua nas instituições estatais, mas a maioria dos casos são legitimadas e autojustificado pelo alegado nível de educação, autorizado sob privilégio de conhecimento ou mérito, que no fundo é a forma de manutenção dos status quo das elites. Sendo o Estado responsável em institucionalizar essa dicotomia devido a falta de instituições escolares nas regiões rurais, os que tiveram são pauperrimamente instituídas ao nível de infraestrutura e superestrutura. Vimos que a

desigualdade é tão latente, ao ponto que o próprio Estado não concede a todos os cidadãos o direito fundamental “o registo”. Uma boa percentagem afirma ser guineense porque o mesmo o afirma em termos documentais são nulos. Nas épocas eleitorais, é comum encontrar tanto nas regiões urbanas assim como rurais, os cidadãos que apresentam para efeito de recenseamento sem uma única peça de identificação, são obrigados a apresentar duas testemunhas capazes de comprovar a sua nacionalidade de acordo com as regras do recenseamento. Também é comum encontrar grosso número dos cidadãos dos países vizinhos que embarcam na mesma estratégia.

“A ausência de democracia interna nos partidos minaria todo o sistema democrático” BRAGA (2012. p. 94). A democracia interna do partido seria característica sine qua non para democratização das instituições ou do próprio Estado. Quando se incorpora valores democráticos numa sociedade, automaticamente são refeitas várias práticas vigentes e muitos são reformulados a se aliar com o novo sistema. A democracia por sua vez introduz novos valores e conceitos de convivência dentre os quais, respeito à vida humana; liberdade de expressão e manifestação, etc. Ainda, a democracia encurta espaço entre os líderes e liderados e obriga os primeiros a terem sempre em conta as queixas, cobranças, contestações, inquietações etc. dos segundos. Portanto, não é um sistema que funciona categoricamente de cima para baixo, a influência é mútua. Caso uma parte deixar de cumprir com esses preceitos cria-se um sistema aparentemente democrático, como é o caso da Guiné-Bissau. Para PATEMAN (1992. p. 50). A participação política tem um aspeto educativo, faz compreender a dimensão dos efeitos positivos para toda comunidade, e, tem uma dimensão integradora na vida política, social, económica etc. da própria comunidade. Do mesmo modo que a participação na administração do interesse coletivo pela política local educa o indivíduo para a responsabilidade social, também a participação na administração do interesse coletivo favorece e desenvolve as qualidades que o indivíduo necessita para as atividades públicas. É falsa a democracia que exclui maior parcela da população de toda forma possível, e não apenas em termos do poder político, o que se tem é o fraco poder económico e educação que tem sérias implicações nas decisões dos cidadãos.

3.4. Da sociedade civil (organizações sociais)

Para BARROS & RIVERA (2015. p. 607), não é possível estudar o Estado sem estudar a sociedade, daí a necessidade de conhecer e compreender os vínculos não só que os opõem, mas também aquelas que os associam, relacionando-os com a interferência/influência. De acordo com BARRETO (2013. p. 03), o conceito de sociedade civil é polissémico, pois está relacionado com movimentos sociais e instituições que se localizam quer na esfera privada quer na pública. Além de servir como organização intermédia ente a sociedade e o Estado, a sociedade civil serve de resposta à incapacidade de um cidadão singular conseguir pressionar o

Estado a fim de provocar alguma mudança. Mas ao mesmo tempo em que estas organizações representam a sociedade, também representam interesses dos grupos e particulares. Por essa razão, os interesses gerais podem ser suplantados pelos particulares. Portanto, a definição de Sociedade Civil independente, revela-se na Guiné-Bissau em simples teoria, que não se adequa às práticas. O facto empírico é de que, toda sociedade civil conhecida foi atormentada por tendências à crueldade que contradizem abertamente seu potencial democrático, sua visão normativa de uma ordem social estruturada por valores como igualdade, solidariedade, não violência etc. (KEANE 2004. p. 43). Aprendemos que a sociedade antecedeu o Estado, portanto, não é o Estado que cria a sociedade, mas o contrário. “O primeiro que, tendo cercado um terreno, se lembrou de dizer: isto é meu, e encontrou pessoas bastante simples para o acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil” ROUSSEAU (2001. p. 91). Essa ideia remete-nos ao conceito de acumulação privada, para os filósofos naturalistas a fundação da sociedade está intrinsecamente ligada a obtenção da propriedade privada.

Na Guiné-Bissau, existe uma organização apelidada de Movimento Nacional da Sociedade Civil para Paz, Democracia e Desenvolvimento (MNSCPDD) que, basicamente responde por outras organizações civis apartidárias. Fundada em 1999 no decorrer da guerra civil nos dias 25 e 27 de Novembro de 1998. Nessa altura formou-se o MNSCPDD, estiveram presentes 149 pessoas representantes de um total de 132 organizações, RUDEBECK (2001. p. 21)²¹. O projeto da MNSCPDD nasceu de espontaneidade dos seus fundadores, mas com forte pressão duma sociedade que provava na pele as mazelas da guerra civil. O MNSCPDD reforçou a esperança dos guineenses que via na organização recém-fundada elemento capaz de propor diálogo e unificação do país. Mas, o embrião da sociedade civil guineense fecundou após independência, “Importa referir que, durante a vigência do regime de partido único, o PAIGC criou organizações que constituíam a sua base social de apoio: em 1974/1975 a Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC) e os Pioneiros Abel Djassi (PAD) e, em 1981, a União Democrática das Mulheres (UDEMU), com as quais o partido buscou consenso e articulação com a sociedade” CARVALHO (2014. p. 59). Para KOHL (2011) TEIXEIRA (2008) e CARVALHO (2014), os grupos de *mandjuandadi* e *djidius* foram primeiras organizações do cariz cívico e social guineense. Porém, as ações de delimitar o exercício do poder é recíproca entre os dois. O Estado lhe impõe limites das ações e, este por sua vez restringe a esfera do poder político através das ações coativas, ver DAHL (2012. p. 383).

²¹- Carvalho (2014. p. 62) “Em pleno decorrer da crise de 1998, criou-se o Movimento Nacional da Sociedade Civil para a Paz, Democracia e Desenvolvimento (MNSCPDD) reunindo organizações como “sindicatos, igrejas, organizações de jovens e mulheres (Cardoso, 2008, p.14)”. “Tal como este movimento também surgiu a Comissão Nacional de Boa Vontade (CNBV) presidida pelo então bispo de Bissau D. Settimio Ferrazzetta⁵² e, ainda, o Comité de Gestão de Crise (CGC) em Bubaque.”

O Estado guineense sempre tentou amordaçar o MNSCPDD, na maioria dos casos, tentando incorporá-la para efetuar a própria agenda²². Podemos tomar o caso dos grupos de Mandjuandadi que serviram desígnios do Estado durante longos anos, com a introdução da democracia, alguns migraram para os partidos ou estes criaram os próprios grupos. Mas o exemplo fiel dessa incorporação da sociedade civil no aparelho de Estado encontra-se nas festividades do Carnaval. Segundo KOHL (2011. Pp. 50-51) “O Estado unipartidário da pós-independência reorganizou o Carnaval como um evento competitivo sob seu domínio no fim dos anos 1970, politizando assim as festividades. De maneira interessante, o Carnaval – que é na verdade caracterizado por sua subversão, desordem, crítica e resistência – transmutou-se em um ritual da estrutura e da ordem. Assim, o Carnaval foi transformado em um instrumento de mobilização de massas e para comunicar agendas e slogans pelo Estado e seu partido”.

A sociedade civil é relegada para um segundo plano na maioria das análises sobre a erosão democrática. Por ser impotente perante os ataques às instituições democráticas, ou pela capacidade de ser cooptada pelos partidos e atores que protagonizam estes ataques, a sociedade civil independente já não é considerada como um entrave a retrocessos democráticos, DÍAS (2016. p. 31-34). Claramente se tem noção da imiscuição do partido com a sociedade civil desde nascimento dos dois. Os partidos não imiscuem somente com a organização da sociedade civil, tentam subverter assumindo o papel da organização a seu bel-prazer. BOBBIO (1987. p. 36) afirma que, os partidos têm um pé na sociedade e outra nas instituições. Uma vez encabeçando o governo, os partidos tentam capturar todas as vozes dissonantes as suas ações, impedindo as reivindicações²³. Do contrário, a Sociedade Civil transforma-se em braço do governo, abandonando o componente essencial da sua composição. Ainda, seria imprescindível que, o líder de qualquer agrupamento social, que não seja político e nem for dirigente de um partido. Existe clara mistura entre partidos e organizações civis na Guiné-Bissau. Para RUDEBECK (2001. p. 101) “A democratização deveria exigir que os indivíduos nas zonas rurais se organizassem horizontalmente a fim de se libertarem dos chefes tradicionais que por sua vez se encontram ligados ao estado e aos partidos políticos”.

²²- Carvalho (2014. p. 64) “Uma das situações concretas de ambiguidade na definição dos papéis que a cada um cabe foi relatada por João Quintino, ex-membro da Comissão Nacional de Eleições (CNE) entrevistado por Teixeira (2010, p.109), ao afirmar que “dizem que ONG’s devem apoiar a CNE na educação cívica, tudo bem, mas não há imparcialidade. Na legislativa de 28 de Novembro de 2000, no decorrer da campanha eleitoral, aceitamos o pedido feito pela ONG «ajuda de povo para povo» para apoiar o processo de sensibilização dos eleitores da região do Oio, Bissorã, mas depois constatou-se que a mesma estava fazendo nitidamente a campanha para o PRS.”

²³- Carvalho (2014. p. 61) “Deste modo, a sociedade reconheceu a necessidade de se organizar no sentido não só de preencher o vazio deixado pelo Estado, como também a fórmula mais eficaz de resolver os próprios problemas de dimensão micro ao macro. Pode-se assim verificar a existência de organizações de bairro, de zona, de tabanca e de região.”

A medida que disparam as demandas entre as classes sociais o Estado se vê na encruzilhada sobre que demanda satisfazer. Obviamente, os partidos aproveitam essa indefinição para fortificar os caos sociais como forma de expor a fragilidade e derrubar o partido no governo e, as organizações sociais e sindicatos servem de cobaias. O que faz com que "uma sociedade torna-se tanto mais ingovernável quanto mais aumentar as demandas da sociedade civil e não aumenta correspondentemente a capacidade das instituições de a elas responder" BOBBIO (1987. p.36).

De certa forma, atualmente, a Sociedade Civil está arraigada com relações materiais. BOBBIO (1987. p. 38) argumenta que Marx e Engels conectam a anatomia da Sociedade Civil na economia política. Não é menos verdade de que as relações humanas estão ligadas a relações económicas. Na Guiné-Bissau, o MNSCPDD que deveria servir de barómetro para o Estado, constitui no objeto de sequestro pela classe política. Portanto, não se pode refutar em hipótese nenhuma a definição dada pelo Marx e Gramsci. Marx chama de sociedade civil conjunto das relações económicas constitutivas de base material, Gramsci a chama de esfera na qual agem os aparatos ideológicos que buscam exercer a hegemonia e, através dela, obter o consenso, BOBBIO (1987. p. 40). O MNSCPDD precisa reformular suas atuações perante crescente desrespeito aos direitos civis. Para BARRETO (2013. p. 03), propunha-se a própria reconstituição da sociedade civil a partir dos novos movimentos sociais, das suas propostas, dos seus valores e das suas formas organizativas.

Apesar de todas as inconstâncias, as narrativas continuam a espelhar a democracia como regime político preferível, mesmo sendo um facto recorrente encontrar cidadãos guineenses a reclamar de corrupção, nepotismo, falta de satisfação de direitos básicos etc. Essas reivindicações são feitas mais em termos particulares, grupo de convivência etc. Geralmente é mais no sentido de exteriorizar os sentimentos das constatações negativas. Além de não se apoiar numa luta constante e aberta contra essas práticas, as reclamações não tomam forma de pressões e protestos claros contra a elite política. Essa luta parece ter efeito somente nos factos passados que logo perdem interesse social. Em suma, é a repetição de repúdios aos actos e não propriamente ao sistema. Atuações de MNSCPDD na IX legislatura parecia funcionar alienadamente a realidade do país. A crise decorreu durante quatro anos sem sequer ver um único dia esse órgão conclamar o povo para reivindicar o fim da crise. Os discursos proferidos pela organização destoavam com o tom de quem realmente procurava aproximar as partes. A organização procura ou guia suas intervenções de acordo com o assunto que lhes apetece. Quando é necessário acalmar ou incentivar a sociedade reivindicar os seus direitos, faziam-no através dos comunicados de imprensa. Quando o assunto é recriminar o oponente e apoiar a parte que lhes convém, se escuta conferência de imprensa.

Salientamos a prestação do MNSCPDD na assinatura do famoso acordo de Konacri. Inclusive tentou citar o nome do seu membro para assumir cargo de PM. Chegando ao ponto de ser confrontado pelo representante da organização religiosa participante da assinatura do acordo. Como se não bastasse, o presidente do MNSCPDD da época afirmou categoricamente que “não houve o acordo”. Na crise pós-eleitoral de 2019 a organização se mostrou totalmente incapaz e cooptada. Vimos claramente durante toda crise, uma sociedade civil apática a mercê dos líderes partidários, funcionando a reboque para agradar este ou aquele. Pode-se afirmar que essa atuação não surgiu num ato mágico da crise política da IX legislatura. A organização sempre funcionou em conluio com os partidos e a quem da expectativa das suas responsabilidades. As lutas começam com as candidaturas para os cargos dessa organização, os partidos funcionam como fomentos dos candidatos e que após a eleição presta conta ao seu senhorio.

3.5. Democracia e/ou autoritarismo?

A definição da democracia não significa necessariamente explicação do seu funcionamento em diferentes espaços e contextos. Portanto, quando se procura determinar um regime democrático, precisa constatar a aplicabilidade da teoria na prática. Democracias e/ou autoritarismo? Seria muito bom poder destrincar esses dois conceitos. Iremos tomar a forma de governar na Guiné-Bissau para elucidar a questão, do contrário seria embaraçoso explicar os inúmeros governos que os guineenses já experimentaram, muitos deles não nascem das normas constitucionais ou democráticas. Disso surgiram diferentes governos ao longo dos anos da democracia com diferentes epítetos, desde governo da unidade nacional, governo da maioria ou base parlamentar, governo da iniciativa/confiança do PR, etc. Abusando assim do autoritarismo, usado com base nas coerções fundamentadas pelas interpretações parciais das leis.

A base de vivência da sociedade guineense e que foi transplantada para política, alicerça-se no autoritarismo ideológico ou costumes, que favorece a base para o regime autoritário. O autoritarismo ideológico envolve a cultura os ideais da vivência e convivência e que influencia as práticas recorrentes transformando-o nos modos normativos, consideramos esses autoritarismos ideológicos segundo DAHL (2012. p. 401)²⁴ de subculturas. Essas práticas dividem-se em quatro grupos: **educação familiar**, onde se produz certo tipo de aceitação sem questionamento, uma espécie de autoridade biológica²⁵ que tem como aparato valores morais da família e o amor. WEBER (1999. p. 234) descreveu funcionamento do patriarcalismo tendo por

²⁴ Dahl (2012. p. 401) “Por conseguinte, na medida em que crescem a força e a singularidade das subculturas de um país, diminuem as chances da poliarquia. Tipicamente, as subculturas se formam em torno de diferenças étnicas, religiosas, raciais, linguísticas ou regionais, bem como da experiência histórica ou dos mitos ancestrais compartilhados... algumas subculturas fortes e distintas formaram -se, em certos países, primordialmente em torno do nexos do partido e da ideologia políticos.”

²⁵ Portela Júnior (2012. Pp. 15) “A forma como o senhor exerce o poder é, portanto, objecto de seu livre-arbítrio – o qual, no entanto, é circunscrito aos limites impostos pela tradição”.

fundo a piedade ou repressão, comparando a sua dominação com o sistema burocrático, afirmou que, seu germe encontra-se na autoridade do chefe. Além disso, ambas encontram seu apoio interior, na obediência a "normas" por parte dos submetidos ao poder. As criações burocráticas são racionais e baseiam-se nas legalidades, enquanto no patriarcalismo não exige nada mais do que a manutenção da tradição. **Educação escolar**, nesse campo, o autoritarismo parte de princípio de conhecimento científico, não permite o afrontamento. **A questão étnica**, o autoritarismo étnico parte de pressuposto de que iguais se completam, as normas culturais étnicas são obrigatórias, a premissa de que existe cadeia de comando que deve ser seguida. **Autoritarismo religioso**, Por exemplo, a ideia de Santo Agostinho de que, o verdadeiro cristão não deveria se concentrar nos problemas desta vida temporal, ver HELD (1987. p. 35), foi transversal na sociedade guineense, não afetando somente a comunidade cristã, as outras religiões comungam da mesma ideia, inclusive os animistas.

Mas existe método de melhorar esses costumes. Para TOCQUEVILLE (2004. p. 203, 254), há várias causas que podem concorrer para tomar os costumes de um povo menos rudes, dentre todas elas, a mais poderosa é a igualdade de condições. Ela e o abrandamento dos costumes são também fatos correlativos. A igualdade de condições não produz, de per si, a regularidade dos costumes; mas não se poderia duvidar que a facilite e o aumente. Isso não deve ser associado ao desrespeito. Na sua elaboração de tipos de poder, THOMPSON (2002. p. 24), ofereceu-nos a distinção que corrobora a nossa tese, “o quarto tipo de poder é cultural ou simbólico, que nasce na atividade de produção, transmissão e recepção do significado das formas simbólicas”. O respeito aos mais velhos é o elemento fulcral na educação guineense²⁶, são sábios, detentores do poder, provedor etc. essas características foram transponíveis para os líderes políticos²⁷.

A luta pela Presidência tem pautado grande parte da história da Guiné-Bissau e é uma característica estrutural do sistema político, no qual este órgão de soberania detém uma quantidade desproporcionada de poderes. O PR Nino Vieira, foi um líder autoritário, O'REGAN, & THOMPSON (2013. p. 10-11-14). Acrescentam que, à semelhança de Vieira, seu sucessor, Yalá abusou do seu mandato. Os seus apoiantes foram rapidamente nomeados para cargos em toda a administração, a nível local e nacional. Yalá demitia qualquer pessoa que dele discordasse, e exonerou importantes membros do seu governo e diversos juizes do STJ.

Na abertura democrática, houve uma transferência gradual do poder político, mas que não se traduziu, na realidade foi uma mera figuração ou simplesmente mudança de nome de

²⁶ - Portela Júnior (2012. p. 12) “Essa legitimidade pode, primordialmente, estar assentada em três princípios distintos, que Weber classifica como “racional”, “tradicional” e “carismático””.

²⁷ - Portela Júnior (2012. p. 12-13) “... a “gerontocracia” (dominação, dentro de uma associação, exercida pelos mais velhos, sendo eles os melhores conhecedores da tradição)”.

monopartidarismo para multipartidarismo. Essa permanência deve-se ao facto dos elementos de poder continuar a serem os mesmos, com uma mudança na ANP, mas que não alterou os poderes do PR, o curso da governação permaneceu confinado a mesma casa ou se quisermos exacerbar “a monocracia” que segundo SCHUMPETER (1961. P. 294 e 330),²⁸ é ingénuo pensar que o autocrata jamais deseja agir de acordo com os desejos ou ceder diante do povo, o método democrático de governo se transforma, por passos impercetíveis, em autocrático.²⁹ A nova revisão constitucional de 1991 não operou mudança substancial capaz de limitar o poder do PR que continuou sendo a figura principal com amplo domínio, se não vejamos algumas atribuições do poder constitucionalmente dado ao PR nos artigos 68º e 69º. Ver anexo.

O *modus operandis* comportamental e de governação continuaram o mesmo³⁰. A imiscuição do PR no governo não foi afetada, a participação cívica permaneceu no mesmo patamar enclausurado. Em suma, o autoritarismo vivido desde independência também não foi afetada na sua essência pelas práticas democráticas, pelo contrário, a ele foi acrescido os componentes interpretativos das leis³¹. Para SANGREMAN et al (2019. p. 138), A guerra (1998/99) surgiu porque o ditador eleito se recusou a ver ou a aceitar que os mecanismos informais de patrocínio, ou contratos intra-elite, tinham deixado de ser eficazes. Segundo O'REGAN, & THOMPSON (2013. p. 31-32), os presidentes têm cultivado o regime do “vencedor fica com tudo”: grande acesso aos dinheiros públicos usados em proveito político e pessoal, nomeações de apoiantes para cargos em todos os sectores e níveis oficiais, exoneração de procuradores para suspender investigações e dissolução de governos. BIJAGÓ (2017. p. 226) afirma que, não obstante, a transição para a democracia em qualquer país do continente não é garantida por simples processo eleitoral e exige mais que isso, sob pena de se valerem das eleições como um meio travestido para a manutenção e reprodução das práticas autoritárias. Muda-se a forma e mantém-se o conteúdo, BIJAGÓ (2017. p. 233).

²⁸ - Dahl (2012. p. 20) “alguém que busque apenas seus próprios interesses não pode ser um bom cidadão. No entanto, não pode haver um significado melhor de virtude num cidadão que este: que, nos assuntos públicos, ele sempre procure o bem da pólis”.

²⁹ - Dahl (2012. p. 37) “Na linha de Aristóteles, pode-se ainda acrescentar aos “poucos” e aos “muitos” um terceiro elemento social: um elemento monocrático ou monárquico, um líder que tente aumentar sua própria posição, status e poder”.

³⁰ - Bobbio (1986. P. 93) “No estado autocrático, o segredo de estado não é a excepção mas a regra: as grandes decisões políticas devem ser tomadas ao abrigo dos olhares indiscretos de qualquer tipo de público”.

³¹ - Bobbio (1986. P. 95) “o poder autocrático não apenas esconde para não fazer saber quem é e onde está, mas tende também a esconder suas reais intenções no momento em que suas decisões devem tornar-se públicas”.

Para afirmação do autoritarismo entra o componente militar, dito pelo DAHL (2012. P. 387), de "pretorianismo, dominação militar do executivo"³². Teve seu início no golpe de 1980, mas foi a guerra de 1998 que o deu uma característica marcante, o poder militar, recorrentemente usada na democracia. Numa das entrevistas dada durante guerra civil na rádio da "Junta Militar", o então líder do PRS, disse: "se o Ansumane não tivesse levantado contra o PR, eu mesmo o teria feito". É apresentação cabal da democracia nesse país. Essa subsistiu até dias de hoje, funcionando como elemento regulador e decisório do poder. Ou seja, não importam a quantidade de eleições feitas, os militares sempre foram os últimos a pronunciar e as suas decisões são vinculativas.

Os opositores do então partido no poder, usaram da mesma tática do seu antecessor, imitando-o em uso de força, imiscuir no governo, confinar o poder na mão do PR, configurando de que modo no autoritarismo e monocracia. Os aspetos do autoritarismo político guineense podem ser encontrados na explicação de DAHL (2012. p. 384), ao afirmar que, ao longo da história, as forças militares e policiais se engajaram ativamente na vida política; e mesmo quando essas foram controladas por civis, os líderes civis às vezes as utilizaram para instalar e sustentar um regime não democrático. Trata-se, de um caminho de mão dupla, vários regimes chegam a instituir a democracia, mas voltam ao autoritarismo. Quer dizer que a simples alternância de regime não gera, necessariamente, a democracia. Huntington (1994) é categórico nesse ponto quando explica que uma transição só termina quando a sociedade civil e os políticos tiverem êxito em controlar os militares, SANTY (2009. p. 25).

Durante o trajeto da história democrática guineense, fomos brindados pelos PR com algumas afirmações que apresentam o carácter dúbio que remete a subtração da democracia ao autoritarismo. Num dos comícios popular que antecedeu o início da guerra civil de 1998, o então PR, Vieira, afirmou que iria governar e até sua camisa irá governar – a camisa era metáfora para referir os seus colaboradores diretos –, Yala, num dos seus discursos, ameaçou que iria destituir ANP, promover as alterações constitucionais que lhe garantiria o mandato de nove anos que permitiria aos cidadãos compreender o que é a democracia, Embalo, institui uma comissão própria para revisão constitucional, ameaçou STJ de que iria se valer do método usado pelo Yala – esse método foi na sua fase mais aguda em prender os juízes do STJ –. Sinais que remetem a interpretação errada da democracia. Sem levar em conta as atuações de Vaz.

A guerra civil de 1998 aprofundou a querelas entre o poder civil e militar e levou definitivamente a instalação do regime político/democrático com véis militar. Dai em diante a insubordinação militar ao poder civil foi gritante. As chefias militares iniciaram a construção de

³²-Mendes (2010. p. 35) "Se a Guiné-Bissau continua a ter conflitos entre o poder político e militar é porque ainda não foram resolvidas as contradições de natureza étnica resultantes da guerra colonial".

uma camada aparte dos detentores do poder, gozando de altas regalias sociais, impedindo a execução do projeto da reforma nas forças de defesa e segurança o que com certeza iria sacudir o status quo que acumularam, Ver CARVALHO (2014). Em suma, é perfeitamente possível atribuir regime político guineense cunho de democracia militarista/autoritária. Vejamos a posição do país no “The Economist”, quadro 02.

Embora existam críticas sobre os critérios utilizados pela revista *the economist*, ela continua sendo um bom instrumento na medição e comparação dos regimes democráticos no mundo. A classificação geral dos países feita pela revista está dividida em quatro modelos governativos, iniciada pela gradação do melhor à pior e resultou em seguinte: 1) democracias plenas; 2) democracias imperfeitas; 3) regimes híbridos e 4) regimes autoritários. A Guiné-Bissau situa-se na última categoria, o que vem corroborar a nossa insistência em demonstrar o namoro da democracia guineense com o autoritarismo. Considerada como regime autocrático, tendo a figura do presidente acima de tudo. Acreditamos também que pode ser “regime híbrido”. O *The economist* a considerou de “regime autoritário”, a atribuição deve-se ao facto das constantes instabilidades que muitas das vezes marca rutura com o sistema democrático.

3.6. Partidos políticos, a instrumentalização étnica e a função pública

A instrumentalização política da etnia surgiu inicialmente no período de transição pós-conflito, em 1999, nas disputas entre o recém-eleito Yalá e o General Mané, e na postura assumida por ambos, O'REGAN, & THOMPSON (2013. p. 25). Acreditamos que a instrumentalização étnica começou a ganhar forma com a introdução da democracia, e consumou depois da guerra civil de 1998. Os políticos reconheceram o resultado das suas manipulações no sistema eleitoral. Passou a ser aspecto explorado constantemente.

As identidades regionais, étnicas e religiosas tendem a exacerbar-se, com a forte possibilidade de personificar-se em vez de se universalizar e, assentes em lideranças tidas como incontestáveis, advêm dos sentimentos particulares, calcados no pertencimento étnico, regional ou em afinidades pessoais, BIJAGÓ (2017. p. 226). A exploração étnica tem somente um único objetivo, a luta pelo poder pessoal. HELD (1987. p. 29), citando “A República” sobre animosidades provocadas pelo desejo de poder na democracia, descreve: “Este estado de coisas invariavelmente leva a intermináveis intrigas, estratégias e instabilidade política: uma política de desejo e ambição desmedida. Todos os envolvidos afirmam representar os interesses da comunidade, mas na verdade, representa a si mesmo e o desejo de conquistar o poder”.

Na Guiné-Bissau, os partidos na oposição dedicam suas ações em difamação, sabotagem e contrariar propostas do partido no poder. Uma oposição desleal chega ao poder com a mobilização nas ruas e recorrendo a grupos paramilitares, levando ao colapso do regime

democrático, CASTALDO (2018. p. 10-12). Para CARVALHO (2014, p. 53), comentando sobre a Guiné-Bissau, afirma que o enriquecimento do debate político e o aumento da qualidade da democracia, que deveriam ser função dos partidos, não se têm visto muito. O que se tem assistido é a comportamentos pouco abonatórios de alguns líderes e membros de alguns partidos que desacreditam a própria classe. Os políticos ou partidos influenciam a sociedade com propostas de que são melhores do que o então governo. Uma vez chegado ao governo, a primeira medida levada em conta foi sempre a demissões de todo aparato júnior, diretores, tesoureiros, financeiros, etc., do governo anterior³³. O movimento é repetitivo, o que não garante estabilidade governativa. Na democracia, a formação do governo resulta do partido ou emanções dos partidos vencedores de eleição legislativa, os derrubes é e será sempre o caminho a percorrer se não houver mudanças respeitando as normas democráticas e suas regras de sucessão. Segundo GOMES (2010. p. 09), é o que Bayart denomina de “politique du ventre”. Instaurando a ideia que qualquer pessoa tem capacidade para exercer cargos governativos seja qual for a sua preparação anterior, SANGREMAN et al (2019. p. 26).

GONÇALVES (2011. p. 81), referindo a Guiné-Bissau, afirma:

Esta visão Patrimonial do Poder conduz ao enriquecimento dos detentores do Poder, da sua família e das suas relações sociais. Os indivíduos são escolhidos para os mais diversos cargos com base nas suas relações sociais em vez das suas qualificações, pretendendo obter o máximo de rendimentos e privilégios, que posteriormente irá distribuir pela sua família e relações sociais, num ciclo vicioso.

No seguimento das eleições presidenciais, os vencedores reestruturaram totalmente ministérios, governos regionais e locais, o poder judicial e secções das Forças Armadas, O'REGAN, & THOMPSON (2013. p. 11). A prática dos PR, eleitos sempre foi de exercerem o cargo como se fossem chefes do executivo acabaram por estabilizar um modelo similar ao que seguem outros presidentes na sub-região, SANGREMAN et al (2019. p. 27).

Para LIPSET (2012. p. 217-218), se a saída do governo é vista como verdadeira perda para os principais grupos do poder, então estarão mais preparados para lançar mão de medidas mais drásticas com vistas a assegurar o cargo. O nível de riqueza influenciará o grau segundo o qual um dado país poderá desenvolver normas “universais” entre seus servidores públicos e políticos (baseada em performance sem favoritismo). Quanto mais pobre um país, maior ênfase

³³ - Portela Júnior (2012. p. 16) “no entanto – na dominação patrimonial em geral –, estão ausentes as normas e os regulamentos burocráticos; falta ao cargo fundamentado em relações puramente pessoais a ideia do dever objectivo. A posição do funcionário patrimonial, em oposição à do burocrata, é produto de sua relação puramente pessoal de submissão ao senhor. A fidelidade ao cargo por parte do funcionário patrimonial não é uma fidelidade do servidor perante tarefas objectivas, delimitadas por regras racionalmente estabelecidas, mas, sim, uma fidelidade de “criado”, o que constitui uma parte integrante de seu dever de piedade e fidelidade ao senhor”.

será dada no nepotismo. A fraqueza de normas universais reduz a oportunidade de desenvolver uma burocracia eficiente, condição para um estado democrático moderno. A classe constituída pelos quadros técnicos, burocratas, capazes de manter equilíbrio das instituições, de modo contrário, na Guiné-Bissau, passaram a ser figuras centrais dos jogos políticos. Tornaram em elites políticas, líderes partidários, empresários etc. com a volatilidade dos postos, esse tão esperado equilíbrio se dilui, desde momento em que se percebe a introdução de forma subjetiva – hoje não – da ideia de que para ser abastado economicamente é necessário fazer parte da governação. Parafraseando a fala do Bresser-Pereira para contexto guineense, o grupo dominante do poder resisti, recorrendo todas as formas de violência para manter o Estado sob seu controle político. Esse modo de atuação, segundo BRESSER-PEREIRA (2011. p. 11) demonstra que o Estado em questão, ainda não passou pela revolução capitalista.

Pelas inúmeras atuações ao longo da trajetória democrática, percebe-se que não existe ética política na Guiné-Bissau. Eis aqui alguns dos exemplos: Golpes de estado apoiado pelos políticos, perseguições, prisões e assassinatos dos opositores, derrube indiscriminado dos governos, roubo dos bens públicos cujos casos nunca foram julgados, desafio e ameaças à STJ, etc. são alguns dos casos que demonstram a falta da ética, e desrespeito as instituições e as leis. Nesse espaço, vive-se da exploração mais perversa da filosofia utilitarista do Bentham, dor e prazer, LIMA (2014. p. 33). A sociedade vive do primeiro e os políticos o segundo.

Não podemos comprovar tacitamente, também não podemos ignorar descuidadamente a existência de esquema de compra de cargos públicos nos partidos. O pagamento destes postos não é efetuado com o salário ou subsídio do agraciado. É com erário público que os mesmos sustentam os acordos particulares. Os pagamentos podem ser feitos através de doação ao partido ou para o líder do partido. Um esquema altamente corruptível e desastroso para os cofres públicos foi aceito e entranhada nos seios dos partidos, vistos pela sociedade com total naturalidade. Para ocupar os cargos o que conta é o favoritismo e a fidelidade entre o promovido e o promovedor. Entretanto, as eleições não servem somente de requisitos para escolha do PR e os deputados, servem também para novas nomeações.³⁴ Algumas nomeações resultam de coligação ou apoio. Ainda, existe claras promessas de cargos públicos ou empregos nos actos eleitorais, mesmo tendo sido acautelado e punível pela lei eleitoral no artigo 163º, ver anexo.

Convém sublinhar o espírito de negociação de cargos públicos incorporados pelos líderes político. As distribuições dos cargos públicos feita pelos partidos, não observam os

³⁴ - Weber (1999. p. 202) “Um funcionário nomeado mediante a eleição dos dominados, diante dos funcionários superiores na sequência das instâncias, ocupa sempre, em princípio, uma posição autónoma, pois esta não se deriva "de cima", mas sim "de baixo", ou pelo menos não lhe foi proporcionada pela instância superior da hierarquia oficial, mas sim pelos poderosos de seu partido, que também determinam sua futura carreira”.

critérios de capacidade, elas são observadas nos empenhos, nos apoios económicos, nos laços parentesco ou de amizade, ou ainda através de bajular. Essa utilização dos cargos públicos sem avaliação das capacidades é prejudicial para um país com escassos recursos económicos. Com pessoas activas nos partidos que não tinham nada a apresentar para a sua qualificação senão o facto de que eles tinham realizado um bom serviço ao seu partido, esse estado de coisas tem efeitos nocivos descomunais: corrupção e desperdício sem iguais, que só podiam ser suportados por um país com oportunidades económicas ainda ilimitadas, WEBER (2015. p. 108). A Guiné-Bissau não tem condição de continuar com modelo político que promove o uso de cargo público para satisfação dos egos pessoais, promovendo filiação partidária obrigatória.

É nas proximidades étnicas, que muitos partidos retiram suas forças, MENDES (2012. p. 65)³⁵. Durante as campanhas eleitorais, partidos e candidatos abdicam de apresentar suas propostas de governação, enveredam pela difamação, um facto constatado pelo CARDOSO (1995. p. 275)³⁶. Ademais, os discursos difamatórios, não abona em fortalecer a democracia.

A filiação partidária exerce tipos de influência que dividimos em dois: Primeiro, a influência direta do partido em qualquer tipo de escolha. Segundo tipo, diz respeito a influência do líder sobre os membros – não dirigentes –, esse vínculo é vertical. Para MAINWARING & TORCAL (2005. p. 250), referindo as maiorias das democracias industriais avançadas, os vínculos programáticos ou ideológicos estão na raiz dos vínculos estáveis entre eleitores e partidos. Consideram que na maioria das democracias pós 1978 esse vínculo é frágil. Na Guiné-Bissau, é justamente esse enraizamento dos vínculos ideológicos que caracteriza as escolhas dos eleitores. A obediência advém do sentimento de pertença entre os eleitores e partido com diferentes facetas: classe social, religião, etnia etc. Porém, não engloba toda estrutura partidária, principalmente os dirigentes, esta camada é guiada pelos interesses pessoais.

Um forte enraizamento partidário na sociedade ajuda a proporcionar a regularidade na competição eleitoral, porque a estabiliza, MAINWARING & TORCAL (2005. p. 254). A democracia guineense não consegue progredir por um motivo que é visto como benéfico para organizações partidárias, a ideologia. As confluências pós-eleitorais encontra o apoio nas massas, aqueles que compartilham da mesma ideologia. Ou seja, a progressão ideológica

³⁵ - Mendes (2010. p. 65) “Há políticos que se aproveitam de algumas etnias dominantes para fazerem valer as suas aspirações, comprometendo a legitimidade do Estado de Direito (Júnior, 2009: 35)”.

³⁶ - Cardoso (1995. p. 275) “durante toda a campanha houve poucas oportunidades para que estes expusessem os seus programas e talvez tenham atribuído pouca importância a este aspecto, o que por sua vez demonstrou não só um baixo nível da máquina de propaganda dos partidos, mas também uma certa falta de consideração para com o eleitorado que merecia ser devidamente informado dos programas e das políticas dos partidos. Estes preocuparam-se mais com como captar o maior número de votos possível, utilizando por vezes meios pouco dignificantes, como subornos de toda a ordem. ”

necessária que levou os partidos a se estabilizarem é o mesmo que é usado para abalar o sistema.

Quando se fala das campanhas eleitorais, em que o veículo de escolha é personalista, “populismo e a antipolítica são mais comuns” MAINWARING & TORCAL (2005. p. 269). Mesmo nas eleições legislativas em que os elementos da escolha e os escolhidos diferem dos círculos, o eleitor guineense insiste em considerar os líderes partidários como elementos a serem observados e a quem depositar o seu voto, o que conduz à personalização dos líderes. Vieira foi elevado à presidência como candidato independente devido à sua trajetória histórica, a qual influenciou um grande número de eleitores. Por seu turno, Na Biam conseguiu provocar a realização da segunda volta. Mas tomemos o seu caso como algo esporádico, pois tinha como elemento catalisador a figura de Yala. Este migrou com a maioria dos eleitores que tinham nele um elemento personalista. Transferindo os votos que outrora eram depositados no PRS.

3.7. Estado frágil: uso de força VS Estado do direito

Estado de direito, esta frase figura-se como das mais proferida pelos políticos guineenses. Isso se entende geralmente o Estado em que os poderes públicos são regulados por normas gerais (leis), salvo o direito do cidadão de recorrer a um juiz independente para fazer com que seja reconhecido e refutado o abuso ou excesso de poder, BOBBIO (1988, p. 18). A origem do Estado de Direito, porém, suscita controvérsias. Alguns entendem que surgiu com os movimentos políticos e ideias do liberalismo do século XIX, concretamente a partir da Revolução Francesa, como forma de delimitar os poderes do Monarca no Estado Absolutista. Para outros, a primeira formulação filosófica do Estado de Direito, encontra-se nos escritos de Immanuel Kant. Para ele, os princípios universalmente justos num Estado de Direito são: garantia da liberdade; garantia de igualdade jurídica como base de justiça social; garantia da Justiça igual para todos, são as três máximas de um Estado de direito, GOMES (2010. p. 06).

A fragilidade do Estado é o conceito analisado a partir dos desfazer das obrigações do Estado. No caso guineense, a fragilidade tem se agravando a instabilidade política (falta de cultura democrática) que consequentemente provoca crises, dando asas a métodos antidemocráticos. De acordo com SANGREMAN et al (2019. p. 129), o autoritarismo, a violência institucionalizada e o desrespeito pela provisão eficiente de serviços básicos, juntamente com políticas que agravam a exclusão e a discriminação, frequentemente resultam em violações dos direitos humanos e na perda progressiva de legitimidade do Estado. No entanto, as respostas da Guiné-Bissau a crises têm sido de curta duração, motivados pela própria crise e vulnerabilidades institucionais, resultando nos pedidos de novas eleições, sem, no entanto, provocar reformas genuínas, muitos dos responsáveis pelas crises mantêm-se ou até consolidaram a sua influência e posição, O'REGAN, & THOMPSON (2013. p. 01). O primado

da lei foi substituído pelo dos homens. A corrupção generalizada conduziu, em última instância, à Criminalidade no Estado, na medida em que agentes da AP, da estrutura económica, da judiciária e das forças de Segurança servem os seus interesses pessoais que paralelamente servem os interesses dos grupos criminosos, GONÇALVES (2011. p. 52).

Com frequentes sobressaltos e instabilidade política, a Guiné-Bissau viu o seu Estado sendo diminuído e rotulado de frágil, colapsado ou fraco é seguida frequentemente – muitas vezes implicitamente – pela convicção de que a heterogeneidade étnica e religiosa do país a impede que forme uma consciência e solidariedade nacional forte, KOHL (2011, p. 41). Para FERREIRA (2014. P. 26-27)³⁷ Robert Jackson (1998) salienta o facto de estes serem Estados reconhecidos internacionalmente como territórios soberanos, mas que são incapazes de garantir as condições internas de paz, ordem e boa governação. A mesma ideia de fragilidade como uma falha das estruturas do Estado é sublinhada nos princípios do Comité de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE para o envolvimento em contextos frágeis, mencionando o desrespeito pela redução da pobreza, desenvolvimento e salvaguardar a segurança e os direitos humanos das suas populações, SANGREMAN et al (2019. p. 130-132). Ainda afirmam, a pobreza extrema, a insegurança geral, as tensões étnicas e a pilhagem de recursos, num país permeável aos cartéis internacionais de droga e às redes de contrabando, deixaram o país perante uma ameaça existencial, como Estado, como nação (Ramos Horta 2013).

Uma das características na definição dos Estados falhados é a Instabilidade política e económica por vezes associada a forte contestação social, e a democracia defeituosa: resposta insatisfatória aos pedidos dos cidadãos; e uma das suas consequências é a destruição do tecido social GONÇALVES (2011. p. 36 a 38). A situação social extremamente gravosa em que vive a população guineense é um fator determinante para eclodir de conflitos violentos, justificando a sua classificação como Estado frágil, reconhecida em 2006 pelas próprias autoridades guineenses, CORREIA (2008. p. 87). Para FAVARATO (2018. p. 102), em termos de afeto, a avaliação do Estado e do governo apresenta aspetos negativos: pouco ou nada se espera do sistema político e a presença do governo tende a estar ligada aos interesses familiares. Segundo os guineenses, a estrutura política do país é ineficiente e incapaz de suprir as necessidades das pessoas, os funcionários estatais são corruptos. Os políticos são acusados de corrupção e de se servirem da sua posição em prol de interesses pessoais.

De acordo com GOMES (2010. p. 07), a Guiné-Bissau é um Estado de Não-Direito, porquanto não estão garantidos os direitos à vida, à integridade física dos cidadãos, à justiça, à

³⁷ - Ferreira (2014. P. 27) “O Estado frágil seria, assim, aquele que não consegue satisfazer as necessidades de segurança, saúde, educação, emprego, infraestruturas e outras que garantam condições aceitáveis de vida às suas populações, seja por fraqueza e incapacidade das suas estruturas estatais, seja por falta de vontade política das suas estruturas de governação.”

liberdade e à segurança, senão pela Constituição. Desde a guerra civil, a impunidade foi institucionalizada e tornou-se norma no funcionamento regular de instituições públicas e privadas com clara inércia do sistema legal, órgãos de fiscalização, SANGREMAN et al (2019. p. 139). A impunidade, sendo a mãe de todas outras aberrações, veio juntamente com o pacote da independência, onde os líderes funcionam na pele dos tribunais libando amigos e condenado os adversários.

A aderência à democracia por si só revela a exclusão de uso de força. No entanto, a participação cívica no processo democrático requer antes de tudo a 'liberdade'. Sabe-se que a nossa existência na sociedade está sujeita a normas e regras, dito de outro modo, leis naturais e ordinárias. Para ARENDT (2014. p. 188-189) “Em sua forma mais simples, a dificuldade pode ser resumida como a contradição entre nossa consciência e nossos princípios morais, que nos dizem que somos livres e, portanto, responsáveis, e a nossa experiência quotidiana no mundo, na qual nos orientamos em conformidade com o princípio da causalidade”. Os dois princípios 'a lei natural e a ordinária' podem entrar em choque, o que é aceito pelas normas de usos e costumes, podem ser rejeitadas veementemente pelas leis ordinárias, em alguns casos, as leis ordinárias é vista como forma de restringir a liberdade concedida pela lei natural. Se pensarmos, nos casos políticos na Guiné-Bissau, é evocado constantemente o cumprimento das leis para impedir as marchas públicas. Usurpando assim, um dos direitos concedida e garantida pela constituição. O sistema eleitoral, tal como instituído pela lei, cria inúmeros obstáculos para participação. Ela impõe aos indivíduos que pretendem se candidatar determinadas exigências, tais: idade, histórico judicial, etc., em certa medida, a universalidade da liberdade está condicionada aos critérios elaborados.

O derrube dos governos e PR eleitos na Guiné-Bissau, além de interpretação constitucional reforça-se nas justificativas económicas. Isso se deve a falta de dialogo constante entre os governos e seus parceiros sociais, os sindicatos, - altamente politizados. Essa desfasagem torna-se num terreno fértil sequencialmente explorado pelos políticos para provocar mal-estar entre os governantes e governados. É outro elemento da fragilização da democracia, uma vez que os governos eleitos não conseguem terminar os seus mandatos. Para FERREIRA (2014. P. 27), o falhanço do Estado é identificado, neste caso, com um falhanço de governação.

De acordo com PATEMAN (1992. p. 36-37) o contrato social como uma elaboração da ideia de que as leis, e não os homens devem governar. Pois a lei "emergiu" do processo participatório. Essa afirmação é válida quando a lei não funciona no sentido figurativo. Na Guiné-Bissau, a lei funciona abertamente de modo diferente entre as camadas sociais. Aos políticos, a lei protege e, aos cidadãos comuns a lei pune. A interpretação das leis conseguiu minar com a democracia, moldando-a para interesse pessoal ou do grupo, principalmente nas

quedas e formações de novos governos, desrespeitando a vontade popular exercida nas urnas, interpretando as leis em conformidade com o interesse do PR e do seu círculo pessoal. Ainda para PATEMAN (1992. p. 46), uma constituição democrática sem o apoio de instituições minuciosamente democráticas, restrita ao governo central não apenas deixa de proporcionar liberdade política como frequentemente cria um espírito exatamente contrário. Focalizaria os quatro órgãos do Estado guineense o Governo – falta de pagamento de salários, delapidação dos bens públicos, etc; PR – derrube dos governos, incumprimento da constituição; os Tribunais – A demora e altos custos dos processos, perseguição dos opositores etc; ANP – fechamento durante uma legislatura, orquestração de derrubes dos governos, distanciamento dos representados etc. Todos esses órgãos citados funcionaram e funcionam durante todo o trajeto democrático guineense a revelia da constituição.

3.8. Partidos políticos: status quo e líderes

As figuras que atingiram um determinado grau de status tendem a incorporar uma personalidade diferenciada que marca o reconhecimento, sendo que o status não é nada de que desempenho de um papel, consciente ou inconscientemente, de acordo com a posição social. Geralmente, o status implica reconhecimento de alguns indivíduos socialmente. Na Guiné-Bissau, a maioria dos cidadãos que gozam de status o adquiriu através da política. Referimos a política activa e, principalmente os líderes partidários. Usa-se do status adquirido primeiramente para sequestrar o partido a que pertence e posteriormente manipular a opinião pública com constante tom acusatória sobre os adversários. Toda organização política precisa de estrutura hierárquica, que pode alicerçar ou dar origem a status³⁸. Nos partidos, presidente ou secretário-geral é a figura principal dessa organização, também é um dos responsáveis pela distribuição do poder³⁹. Toda administração precisa, de alguma forma, da dominação, que certos poderes de mando se encontrem nas mãos de alguém, WEBER (1999. p. 193). O poder dos líderes guineenses tem mais a ver com a manutenção dos seus status, maximizando a influência sobre o partido, sendo sempre figuras narcisistas. Essa figura governa e organiza partido impondo obediência que para Weber WEBER (1999) seus motivos fortes são: medo e esperança.

Como ideia e prática, nos registos históricos a hierarquia é a regra, e a democracia, a exceção. Na prática, portanto, a hierarquia é o rival mais temível da democracia, DAHL (2012. p. 77-78). A guardiania não difere em grande escala do modelo adotado pelos partidos

³⁸ - Marshall (1967 p. 64). “Na sociedade feudal, o status era a marca distintiva de classe e a medida de desigualdade”.

³⁹ - Weber (1999. p. 175) “Toda ordem jurídica (não só a “estatal”), por sua configuração, influencia directamente a distribuição do poder dentro da comunidade em questão, tanto do poder económico quanto de qualquer outro”.

guineenses. A escolha dos governantes baseia-se numa categorização hierárquica e, na guardiania guineense, ela é mais em termos hierárquico e histórico e não em qualificação técnica. Os dois partem do mesmo princípio, dos mais altos da pirâmide para os mais baixos. Disso resulta um novo grupo dentro da organização segundo MICHELS (1982).⁴⁰ O que se verifica, os partidos são refúgios familiares, e de afecto. Além de deixarem de ser representante do povo, os partidos tornam-se refém da sua direcção, isso quando o líder fundador ter em mãos desde sua formação, o controlo do partido, ver BRAGA (2012. p. 85-86)⁴¹.

Líder carismático para WEBER (1999. p.325) advém das condições naturais, são pessoas relativamente simples que provaram seu valor nos momentos cruciais. Os seus carismas advém dos seus dons, físicos e espirituais, provando que são portadores de alguma capacidade especial. O carisma faz dos líderes muitas das vezes mais importantes do que a organização pertencente. É o caso dos ex-PR, Yala e Vieira. O carisma de Yala, resultante da sua demagogia retórica ultrapassava a dimensão partidária. O carisma do Vieira, proveniente da sua trajetória histórica e façanhas na luta de libertação o fez ser uma das figuras mais admiradas⁴².

O partido delega todo seu poder e devoção ao líder, tornando-o senhor a ser obedecido, em alguns casos, ultrapassando o próprio estatuto que rege essa formação partidária. Com a cega obediência, baseado no pressuposto de que o líder merece respeito e obediência, todos os actos e decisões do líder configuram-se para os liderados como legítimos, o que contrasta com a poliarquia do DAHL (2012 p. 396). Ainda, esse domínio do líder não se restringe somente no controlo dos homens, ele abrange os bens materiais e administrativos do partido, isso nos leva de encontro com o conceito de patrimonialismo de Weber (1999). O patrimonialismo, não é nada mais do que a dominação baseada no critério de legitimidade e a usurpação dos bens públicos para privado. Esse é a forma de governar vigente na Guiné-Bissau, principalmente os PR e líderes, onde deliberadamente imiscuem em todo quadro administrativo do partido ou país, tratando-o como assunto pessoal, confundindo a esfera privada e oficial⁴³. Para Weber (1999),

⁴⁰ - Michels (1982. p. 225) "... Gaetano Mosca: ele proclama que uma ordem social não é possível sem uma classe política, isto é, sem uma classe politicamente dominante, uma classe de minoria".

⁴¹ - Braga (2012. p. 85-86) O segundo factor diz respeito aos efeitos de incentivos selectivos, como o status, os benefícios financeiros e outros a que os líderes partidários teriam acesso por meio de suas acções e políticas. Quanto maiores esses recursos selectivos mais rapidamente acabariam por levar ao aburguesamento dos líderes dos partidos socialistas, o que, por sua vez, afectaria os processos decisórios do aparato partidário, cada vez mais controlados por uma elite oligárquica.

⁴² - Marshall (1967. p. 126) "há uma dimensão do "status social" na estratificação oriunda de uma combinação de prestígio na hierarquia política, de estima individual originaria de serviços excepcionais e de uma desigualdade institucionalizada de rendas".

⁴³ - Weber (1999. p. 253) "Ao cargo patrimonial falta, sobretudo a distinção burocrática entre a esfera "privada" e a "oficial". Pois também a administração política é tratada como assunto puramente pessoal do senhor, e a propriedade e o exercício de seu poder político, como parte integrante de seu património pessoal. A forma em que ele exerce o poder é, portanto, objecto de seu livre-arbítrio".

esse controlo do líder sobre o quadro administrativo, não é limitado somente pela obediência ou conceito de legitimidade, há outros dois meios de interesses pessoais: "a recompensa material e a honraria social". Os próprios líderes partidários têm enorme dificuldade em introjectar os valores democráticos, aliás, uma boa parte dos partidos centra-se na figura do seu líder, desprovidos de uma base social expressiva; a relação intrapartidárias resume-se ao cumprimento escrupuloso do que o líder decide. O facto de o líder exercer um absolutismo democrático e encontrar ressonância na relativa obediência por parte dos militantes é de algum modo revelador de uma relação causal em que os demais membros do partido efetuam um cálculo em relação a perdas e ganhos caso desafiem o líder. Geralmente, preferem o silêncio ao embate, sob pena de sanções e até expulsão do partido. Ao gerar esse clima da ditadura de consenso, silenciam-se as vozes dos demais membros do partido, BIJAGÓ (2017. p. 237).

Os líderes partidários tentam a todo o custo monopolizar o partido à seu favor, justificando o uso legítimo das normas. Uma das formas que nos dão fielmente esses dados são as constantemente alterações dos estatutos nos congressos. Ademais, existem partidos com sedes na residência do líder. Dessa forma, o líder e o partido se confundem. Ainda existem partidos sem sedes, cujas suas sedes se encontram na pasta do líder e aparecem no cenário político somente nos momentos eleitorais. Muitos desses **"partidos têm donos"**.

WEBER (2015) brindou-nos com duas simples distinção sobre alguém que pode fazer da política como sua vocação: "viver para a política ou viver da política." Interessa-nos a segunda distinção. Não é difícil encontrar na Guiné-Bissau pessoas que vivem da política. A moda é a formação dos partidos e, muito deles carecem de membros, sede e recursos. Aguardam qualquer fricção existente para tomarem parte apoiando um dos lados. Na verdade, o grosso dos líderes não exercem outra função ou profissão, são políticos profissionais não no sentido do WEBER (2015), mas, por pelegarem o tempo inteiro por um cargo político para servir os próprios interesses. Não obstante, a constante instabilidade governativa, consegue dar sustento e vida a esses partidos e seus líderes praticantes da política no sentido económico.

Na sub-organização surgem os elementos técnicos, os tecnocratas do partido, elementos de burocracia. Na Guiné-Bissau, alguns nascem pela carência de especialistas nos partidos, o que leva progressivamente a consolidação desse grupo⁴⁴. Outros nascem do desejo restrito de alguns elementos capazes de influenciar tomadas de decisões no partido, com tempo, esse grupo consolida suas posições e não permitem reforma dentro do próprio partido. A sua perenidade

⁴⁴ - Michels (1982. p. 234). a principal causa dos fenómenos oligárquicos que se manifestam no seio dos partidos democráticos consiste no facto de que os chefes são tecnicamente indispensáveis. O processo, que começou graças à diferenciação das funções do partido, foi concluído com ajuda de um conjunto de qualidades que os chefes adquiriram pelo facto de terem-se separado da massa, não tardando os chefes profissionais em tornarem-se chefes estáveis e inamovíveis.

não permite o partido absorver os fundamentos da sua criação, a democracia, pelo contrário, reforça a centralização do poder. O partido deixa de ser organização das massas, para se transformar no veículo da oligarquia, usando e abusando dos poderes legítimos e ilegítimos.

MICHELS (1982. p. 219), afirma “A organização política conduz ao poder. Mas o poder é conservado o tempo todo”. No caso guineense, a conservação do poder é dividida depois da introdução da democracia por dois grupos: os militares e as oligarquias partidárias. No caso do segundo, basta olhar a rotatividade dos indivíduos que sistemicamente ocupam cargos dos ministros, diretores, candidatos ao deputado etc. O país já conheceu enorme número dos governos com restritos ou, melhor dizendo, com os mesmos governantes de sempre. A perenidade desses indivíduos nos aparelhos do Estado é mantida pelas oligarquias partidárias. A desvinculação ou substituição desses indivíduos é sempre foco de instabilidade e é a motivação constante das quedas dos governos e a remodelação de todo aparato estatal. Esse facto não ocorre pelo simples capricho de alguns dirigentes e membros de organização burocrática do partido, os interesses económicos pessoais de muitos pais de família estão intimamente ligados à permanência no exercício do cargo, eles agarram afincadamente no derrube dos adversários assim como na preservação dos postos. Percebe-se que os partidos guineenses deixaram de ser um meio para o desenvolvimento e se transformou num fim individual ou dos grupos. Para grosso número da população, as mudanças que almejam e os leva a engajar ferozmente nas lutas política, não passa de simples desejo do primado patrimonialista com tendência a deteriorar.

4. FUTURO DEMOCRATICO NA GUINE-BISSAU

4.1. Eleições e a CNE

A legitimação propriamente do jogo democrático dá-se com realização das eleições livres, justas e transparente. Assim um Estado pode ser considerado transmissor de um dos valores mais importante da democracia. Durante o processo da transição de Estado do partido único para multipartidarismo, “em Agosto de 1992, criou-se a Comissão Multipartidária da Transição (CMT), em que um dos resultados, foi a criação da Comissão Nacional de Eleições (CNE) em Janeiro de 1993” LOPES (2010. p. 10).

Se olharmos a lei eleitoral N.12/2013 Capitulo artigo 1, ver anexo, nota-se que a partida a CNE não foi garantida total independência, pelo facto de funcionar junto da ANP, um órgão controverso. O facto dos postos da CNE ser preenchido pelos juízes veda os profissionais de outras áreas. Ver em anexo artigo 2.0 da composição dos órgãos da CNE

Assinatura do código de conduta durante eleições naturalizou-se na Guiné-Bissau. Objetivo, fazer os políticos comprometerem-se em pelo menos aceitar os resultados eleitorais, abster de discurso inflamatório ou de acusações etc. Mas não é o que acontece na prática. Como

podemos observar no relatório da EU 2008 (p. 5), “A campanha eleitoral começou discretamente e sem tensões, mas, nos seus últimos dias, registou-se uma lamentável troca de acusações difamatórias e insultos numa clara violação dos códigos de conduta.” Embora existam esforços, na tentativa de criar ambientes de diálogos, respeito às regras democráticas etc. de forma deliberada encontram obstáculos impostos pelos políticos.

A violação da lei eleitoral foi ainda mais gritante nas eleições de 2019, com a violação dos artigos 43º e 47º. Ver anexo.

Esses dois artigos foram violados flagrantemente. Sendo que, os partidos, candidatos e inclusive o ex-PR (JOMAV), ambos apresentaram cartões dos eleitores, afirmando portar mais de uma identidade. Não houve julgamento e punição de acordo com o ARTIGO 43.º e, se for realmente acusação infundada, também não foi julgada de acordo com ARTIGO 47.º. Ou seja, os órgãos judiciais não cumpriram as suas atribuições.

Após a realização das primeiras eleições em 1994, com o apuramento dos resultados finais da legislativa, o PAIGC conseguiu arrecadar 37,92%, e permitiu-lhe conquistar 62 deputados, e os partidos da oposição em geral obteve 62,08%, correspondendo 38 cadeiras. Isso se deve pela dispersão dos votos, a falta de união entre os 11 partidos que concorria contra o PAIGC. As cadeiras conquistadas pela oposição e o facto de Yala provocar segunda volta da corrida presidencial, apontava o desejo de mudança, satisfeita na segunda vaga de eleições.

Depois das primeiras eleições, o país mergulhou profundamente em crises cíclicas. Parece-nos que realizações das eleições têm vindo a provocar efeito contrario a democracia. As crises iniciam com contestação dos resultados que depois desloca para ANP. Cada grupo tenta provar a maioria, levando em conta ARTIGO 68º alínea g: Nomear e exonerar o PM, tendo em conta os resultados eleitorais e ouvidas as forças políticas representadas na ANP. Como é de conhecimento geral, a vulnerabilidade perpassa o país inteiro em que os deputados/as não são imunes. Faz-se constantemente menção desse artigo supra conjugado com ARTIGO 69º alínea b: Demitir o governo, nos termos do n.º 2 do artigo 104º da Constituição, para derrubar os governos pelo simples interesse dos grupos ou pela discórdia entre o PR e PM. A motivação que conduz à agudização das crises consiste em o PR invocar a constituição para demissão dos governos, mas ao mesmo tempo tentar à revelia formar e dar posse ao próprio governo. Essa violação da constituição ao bel-prazer é recorrentemente usada.

A questão da votação. Não podemos exagerar, fazer parecer que os eleitores se valem somente dos elementos étnicos na hora de exercer o voto. Existe outros condicionantes a ser levados em conta. Alguns como: a filiação partidária, interesses pessoais, afinidades sociopolíticas, o regionalismo, personalismo, interesses económicos, etc. Nesse último reside a

recompensa pós-eleitoral. Por outro lado, não podemos ignorar por completo o peso da afinidade étnica na captação dos votos. Olhemos os dados dos candidatos nas segundas voltas das eleições presidenciais. Quadro 03.

As eleições na Guiné-Bissau, não se carecteriza exclusivamente para a população votante em análise das propostas e programas de governação apresentadas (quando tiver) pelos partidos e candidatos. Ela vai muito além desse quesito, e muita das vezes, o baixo nível económico e educacional contribuem directamente nos apoios prestados, principalmente, nas campanhas eleitorais. Mas, nos actos da votação, a cor partidária, quesito técnico e propostas de governação são substituídos ferrozmente pela proximidade étnica, religiosa, laços de parentescos e pertencimento regional. Não queremos afirmar que esse é modelo de votação elegido por todos os eleitores, mas sem dúvida, esse elemento tem funcionado como elemento fulcral e determinate nas eleições. Logo nas primeiras eleições, realizadas no ano de 1994 já se mostrava a correlação com o voto étnico.

Se antes não podemos exagerar as questões étnicas, agora com mais dose fornecidos pelos candidatos nas eleições de 2019, a correlação com os votos étnicos subiu de patamar. Quando fomos confrontados com dois candidatos na segunda volta, o apelo a sentimento étnico foi auxiliado pela redução drástica de escolha. Tornou-se facilmente explorá-lo e fazê-lo vir a tona na votação. Pegamos algumas regiões para usar como amostra da volatilidade eleitoral reforçada pelo etnicismo e regionalismo.

Os dados falam por si, mas importa assinalar que as percentagens têm pesos diferentes devido ao número de eleitores. Na região de Bafatá, povoado maioritariamente pela etnia Mandinga e Fula, geralmente praticantes de religião islâmica, Embalo obteve de forma retumbante os 69,20% dos votos, enquanto seu opositor obteve os 30,80%. O mesmo efeito tem ocorrido na região de Gabú, proveniência do Embalo, onde este obteve os 67,49% dos votos e, Simões Pereira retirou 32,51% dos votos. Na região de Biombo, povoado pelos Papeis, povo animista, mas que se auto-intitula de cristãos, Simões Pereira obteve 61,50% dos votos, enquanto Embalo obteve os 38,50%. Região de Cacheu comporta maior confluência em termos das misturas étnicas. Além dos Manjacos, reside nessa região os Felupes, Brames, Balanta Mane, além de uma enorme concentração dos Mandingas e Balantas. Essa mistura se reflecte nos posicionamentos eleitorais. Pode ser lido como elemento delimitador que provoca diferenças subtis nos resultados eleitorais.

Ao analisar os dados supra, praticamente, as duas regiões, Bafatá e Gabú, selaram o resultado eleitoral, devido diferença em termos percentuais e pelo expressivo número de eleitores. Não é um facto actual, desde primeiras eleições, os factores étnicos e regionais constituem elementos indispensáveis nas eleições guineenses. Sendo que o povoamento

territorial comporta certa divisão em termos étnicos. Durante o período eleitoral, é fácil encontrar esse desdobramento em termos de votação. Como Yala fazia valer a sua força étnica e o seu pertencimento à região de Oio. Os eleitores perdidos pelo Yala, muitos que tinham votado nele na eleição de 1999/2000 almejaram nele a mudança do regime, ao desfraldar essa esperança, os eleitores que não tinham com ele compromisso ideológico retiraram, mas Yala já tinha lançado a sua base ideológica o que lhe permitia sempre ascender às segundas voltas. Vieira e Carlos Gomes Jr. valiam do Biombo, para selar as suas vitórias eleitorais, Embalo teve o mesmo percurso, valendo-se da região de Bafatá e Gabú, povoado sensivelmente pelas pessoas pertencentes a sua religião, etnia e região. Na região de Biombo, Simões Pereira obteve a maioria dos votos. Portanto, a etnicidade, religião e regionalismo actuam decisivamente nas eleições guineense. SANGREMAN (2008. p. 09)

Se utilizarmos a comparação entre os resultados eleitorais por região e a distribuição geográfica das etnias. Detecta-se para as legislativas de 1999, uma clara correlação entre as regiões de maior presença de população balanta e o voto no PRS. Se olharmos para os resultados das presidenciais vemos que em 1994, Yalá ganha contra Vieira em todas as regiões onde a maioria é balanta excepto em Quinara; Faustino Imbali (2005) também balanta, faz uma análise da acção de Yalá na campanha de 1994 afirmando: Ele fez apelo ao sentimento de solidariedade dos balantas, enaltecendo o sofrimento ligado a episódios violentos que marcaram a história do país, e designando à vindicta um grupo de pessoas.

Na eleição presidencial de 2009, nenhum candidato conseguiu fazer valer a sua força étnica na região de Quinara, Tombali e Oio, justamente pela confluência étnica em termos de povoamento. Os dois candidatos, Yala e Sanha pertencem as etnias que habitam essas regiões, por isso, o resultado teve ligeira diferença em termos dos números. Mesmo sendo que região de Oio não é habitada pelos Beafadas, etnia de Sanha, a proximidade em termos culturais e religioso entre Beafadas e Mandingas permitiu-lhe angariar os votos no espaço que outrora era considerado de bastião de Yala. Um dos factos que também contribuiu pela queda do voto de Yala foi o desgaste que a sua figura acumulou nas constantes crises políticas. Ainda na eleição presidencial de 2009, vimos a esmagadora vitória de Sanha na região de Bafatá e Gabú, o facto prende-se com afinidade do PAIGC com a região mesmo sendo que Yala havia se convertido ao islamismo.

Podemos também tomar em conta a eleição presidencia de 2014. Sendo José Mário Vaz e Nuno Nabiam os dois candidatos na segunda volta, o primeiro apoiado pelo PAIGC e o segundo pelo ex-presidente Yala. Se pegarmos região de Cacheu, mesmo com toda sua msitura étnica em termos de povoamento, consegue-se reparar o facto de Vaz alcançar uma cifra tão elevada dos votos, 48.893 votos contra 25.351 votos do seu opositor Nabiam. O facto prende-se com o perticimento, não somente pela questão da região, mas principalmente por ser da etnia

Manjaca, uma das etnias mais numerosas da região. Podemos perceber que de modo contrário, nas regiões de Tombali e Oio, com predominância da etnia de Nabiam houve ligeira ascensão deste em termos dos votos. Mas podemos considerar essa eleição, uma das que menos se deu tanta divisão em termos de votos étnicos, pelo facto de os dois candidatos não terem explorado tanto o tema, também pela fraca experiência dos candidatos em termos de aparições públicas. Foi uma das eleições em que se jogou mais o papel dos apoios recebidos pelos candidatos. Nabiam foi literalmente carregado pela movimentação das massas proporcionada pela figura de Yala que era um dos pilares do seu apoio, enquanto Vaz recebia todo louro do apoio popular do PAIGC. Esses factos fizeram com que as diferenças fossem subtis nas regiões pertencentes aos dois candidatos e no resto do país.

Também, podemos pegar como amostra dessa correlação dos votos étnicos a segunda volta da eleição presidencial de 2005. Se olharmos para o volume dos votos no Biombo, nota-se uma disparidade em termos dos números do voto entre os dois candidatos. Vieira, pertencente a região de Biombo, obteve 24.043 votos e Sanha 3.014. Isso demonstra claramente a ligação com o voto étnico. Também, podemos notar as vantagens de Sanha na região de Oio e Quinara. Como a questão religiosa ainda não tinha sido explorado como actualmente não permitiu que o Sanha obtivesse grande vantagem nas regiões de Bafatá e Gabu.

4.2. A ineficiência do Estado e o sentimento étnico

A prática recorrente de qualquer acto proibitivo ou permissivo transforma em normativo. As reivindicações ou sua proibição são aceites a medida que vem se tornando no elemento histórico dessa sociedade. A Guiné-Bissau, por ser um país resultante de vários anos de ocupação colonial, governado até abertura democrática por um partido/Estado e, por um PR que governava sufocando as reivindicações, foi incutida na sociedade as normas únicas de obedecer, uma **sociedade de sim senhor**. Esse processo construído durante dezoito anos figura como modelo. Mas, o mais forte não é nunca assaz forte para ser sempre o senhor, se não transforma essa força em direito e a obediência em dever. Ceder a força, é na maioria dos casos um ato coercivo e obrigatório, aceita-se tanto por medo ou represália, bem como, pela estratégia de burlar ou desqualificar essa força, constitui um ato de necessidade ou prudência, não de vontade (ROUSSEAU, 2002. p. 14).

Para ser considerado cidadão é necessário pertencer a um Estado, ser portador de algumas regalias, por exemplo, o registo de nascimento, porém a questão da cidadania requer ter alguns deveres e direitos que a constituição desse Estado e o direito Universal garantem. Mas, no caso do estado guineense, cobra dos cidadãos os deveres sem lhes atribuir os seus direitos, daí aparece Cidadãos excluídos de cidadania plena. Para VIANA (2003. p. 54), a compreensão das mudanças na política institucional passa pela necessidade de compreender o processo de

desenvolvimento da cidadania e das ideologias que se inspiram nela. Referindo aos direitos que a cidadania aporta, hoje se concorda que estes direitos são: civis, que se refere à liberdade individual – o de ir e vir, etc., sociais, refere-se ao bem-estar físico e mental e, que desembocamos - direitos a saúde, educação, habitação etc. -, e por fim, políticos, referem-se – o direito de votar e ser votado.

A questão da cidadania na vertente africana, sobretudo, na Guiné-Bissau, comporta de forma diferente da visão ocidental, desvincula do pertencimento a um Estado/país para grupos étnicos. “Na presença de uma forte heterogeneidade étnica, as autoridades tradicionais gozam de grande legitimidade, o que dificulta a força das autoridades estatais formais” FAVARATO (2018. p. 99-101). Os grupos étnicos, de tabanca etc. procuram solucionar as suas demandas, porque o Estado é incapaz de suprimi-las. A maioria das pessoas refere-se à autoridade local e não ao Estado. O Estado é frágil e carece de legitimação entre as pessoas, especialmente no meio rural. A capacidade do Estado é limitada às cidades e as autoridades comunitárias controlam a sociedade rural. Apesar da soberania do Estado sobre todo o território guineense, a força das autoridades locais e tradicionais é grande em todos os grupos étnicos. A legitimidade dos líderes locais deve-se provavelmente ao seu papel político e/ou religioso. Dessa forma, o poder urbano carregava consigo as aspirações da sociedade civil e dos direitos dos cidadãos, enquanto o poder rural carregava consigo a linguagem da comunidade e da cultura, BIJAGÓ (2017. p. 228). Sendo que fora da capital e das pequenas aldeias na sua periferia, a presença do Estado é pequena e a autoridade é exercida pelo Poder local, GONÇALVES (2011. p. 79). Também se manterão ou agravarão outro tipo de acções de substituição do Estado, estas da parte de populações de muitas localidades, por exemplo, cotizando-se para pagar aos professores para que não haja greves. Essas mesmas populações vivendo em vilas/aldeias/tabancas percebem que há um nível de caos que se instalou e para cuja solução a nível local tem de ser elas próprias a contribuírem, SANGREMAN et al (2019. p. 31).

Devido a fragilidade do Estado, torna-o cada vez menos credível aos nacionais. Transformando a questão cidadania cada vez mais voltada à agregação étnica e comunitária. E esse facto reflecte nas decisões conjuntas das comunidades nas eleições. A redução do sentimento nacional para étnico ainda é patrocinada por todos partidos. Basta constatar desde elaboração das listas dos candidatos ao deputado, a deslocação dos membros dos partidos encarregues de realizar campanhas eleitorais em diferentes localidades. O que reforça o sentimento étnico e reduz a escolha dos candidatos em apoio étnico. Ainda, existem outras modernas armadilhas sociais, económica e escolar, que reduzem a escolha do eleitor. Com o alargamento dos níveis escolar e emancipação dos poderes económicos, podem sucumbir facilmente as outras interferências nas eleições. A recusa de Estado em oferecer mínima condição aos seus cidadãos tornou-se seu “calcanhar do Aquiles”.

4.3. Do poder Civil, Militar e a Sociedade Civil na democracia guineense

De acordo com CARVALHO (2010. p. 53), o sector de defesa e segurança, as Forças Armadas, é associado, por vários sectores da sociedade, à instabilidade e às próprias causas da insegurança. Na base da instabilidade estão as complexas relações de poder no interior da FARP, as suas ligações ao poder político, e os conflitos internos por acesso a recursos e, em particular, os recursos provenientes do narcotráfico. Segundo O'REGAN & THOMPSON (2013. p. 06), no passado, a FARP e o exército foram amplamente respeitados pela população. Foram muitas vezes celebradas como libertadoras de um povo oprimido. Esta popularidade criou raízes, gerou um crescente sentimento de poder. Por essa lógica, os seus comandantes ainda se sentem responsáveis por toda agenda governativa do país, imiscuindo impondo suas vontades, esquecendo que a democracia veio para restringir esse poder outrora ostentado. A atuação da FARP face a democracia não deixa de ser medição de força com a classe política.

Os militares sempre partilharam poder político na Guiné-Bissau, desde os primeiros anos da independência nos moldes de “Partido-Estado”. Ocuparam funções relevantes nos poderes Legislativo e Executivo como deputados, Ministros, PM e PR, GOMES (2010. p. 04). Após guerra civil de 1998, era necessário trabalhar na questão da redefinição do sistema democrático, libertá-lo dos vícios do sistema monocrático e autoritário de modo que as instituições possam encarregar das tarefas a elas atribuídas. Portanto, uma das acções imperativas deveria ser a desmilitarização do aparato de segurança e redefinição dos modos de atuação, restringindo o seu poder obrigando-o a concertação permanente com outras instituições, ou seja, reforma profunda.

A constituição da Guiné-Bissau, no seu artigo 20º e 21º, descreveu as funções dos militares. Ver anexo

De todas as disposições constitucionais, o que mais sofre com a ilegalidade por parte da FARP é o ARTIGO 21º na sua alínea 1. Os militares moldam interesse nacional para o deles. Obrigam mudanças de forma prática, dobrando o poder civil. As quebras das regras democráticas e sua fragilização encontram no poder militar a sua total consumação. Portanto, as disposições legais não passam de letras mortas quando confrontadas com os interesses militar.

A classe política – com auxílio dos militares – escolheu no regime de barbárie: golpes militares, assassinatos, derrube dos governos como forma de resolver as diferenças políticas, abandonando de vez em quando as regras democráticas. De 1994 a 2020, todos os governos eleitos foram derrubados pelos PR – salvo o governo do mandato de Sanha – e estes também sofreram golpes militares e assassinato, somente o PR Vaz conseguiu cumprir seu mandato, mas impedindo o governo de cumprir a sua parte, tendo nomeado durante seu mandato oito PM num

período de cinco anos. Contrariamente ao que tinha prometido em campanha que jamais demitiria um governo da sua cor partidária, alegando “corrupção e o nepotismo”, (embora não tenha voltado a referir tais acusações e tenha afirmado à Comissão parlamentar de inquérito não se lembrar de as ter proferido) SANGREMAN et al (2019. p. 14-15).

O PR Vaz, abriu e mantém um conflito que não permite a estabilidade que a população deseja, SANGREMAN et al (2019. p. 27). Para HELD (1987. p. 01), quase todos hoje em dia dizem que são democratas, não importando se adotam uma visão de esquerda, de centro ou de direita. Contudo, os discursos e ações de cada um destes regimes são radicalmente diferentes dos demais. A Guiné-Bissau não fugiu a essas falácias por ter instituído um modelo híbrido transitando entre a “democracia e autoritarismo”. A classe política guineense foi sempre constituída por democratas de ocasião e circunstância, quando seus interesses se perfilarem com os valores democráticos, tornam-se fervorosos na defesa desses atos isolados. Rejeitam a democracia quando esta lhes faz frente. “Existe uma preocupação por parte dos detentores de Poder político na Guiné-Bissau em mobilizar os militares para ficarem do seu lado, pois a imprevisibilidade de um Golpe de Estado é muito elevada”, GONÇALVES (2011. p. 82). Pode-se constatar a insubordinação dos militares ao poder político, inclusive há falta de coesão entre ambos e dentro das duas classes a hierarquia é pulverizada sempre que não condizer com interesses entre os grupos ou pessoas. Desde sempre, poder civil e militar divergiu, na Luta de libertação com relatos de abusos provocou o congresso de Cassacá, traduziu-se depois no assassinato de Cabral. Após guerra civil de 1998 os dois se separam pela questão da legitimidade do exercício do poder, em que os militares renunciaram a submissão ao poder civil.

Os militares, após guerra civil, tentaram colocar constitucionalmente como elementos decisores do poder. Segundo RUDEBECK (2001. p. 33) a campanha atingiu o seu auge em meados de Novembro, altura em que um documento com o título de “Magna Carta” com origem clara da Junta começou a circular em Bissau. Esta era uma proposta avançada de institucionalizar constitucionalmente a Junta. Segundo o projecto, a junta deveria manter-se durante dez anos com forte posição de poder em relação ao PR. O PR seria obrigado a consultar a Junta, mas não a ANP, se o governo numa situação de crise tivesse de ser deposto. Já que as suas pretensões foram negadas para figurar constitucionalmente, optaram pela manutenção dos mesmos desígnios a revelia. A confluência política entre poder civil e militar estava longe de terminar, mesmo depois das eleições, o líder da junta se colocava como co-presidente e o ministro da defesa era militar no ativo. Na tentativa de suavizar o ambiente hostil, Yala, nomeou o Mané como conselheiro com regalias de ministro, recusado por este e, numa outra tentativa nomeou a cúpula de Junta Militar formalmente como ministros de Estado, Ver RUDEBECK (2001. p. 77).

Apenas duas semanas após o confronto militar final em 21 de Maio de 1999, um tratado constitucional “pacto de transição política” para um regime civil e democrático havia sido assinado. Por um lado, o objetivo definido do pacto era “a condução do país a normalidade constitucional em condições de estabilidade institucional e política”. Por outro lado, dava-se ao comandante supremo da Junta um lugar muito central neste documento. Segundo este, o PM deveria manter o PR e o comandante da Junta informados das suas ações (artigo 4) e para além disso, o PR só poderia exercer algumas das suas competências com autorização expressa do comandante da junta Militar (artigo 6.2). Tratava-se aqui de competências tais como nomear ou depor o PM, membros do governo, o comandante supremo das forças militares, o Procurador Geral da República e embaixadores (artigo 6.1) (RUDEBECK 2001. p. 31-32).

Foi justamente a partir da guerra civil, talvez reforçado pelo “Pacto da transição política”, desacreditou definitivamente o poder civil, invertendo a hierarquia em que o poder civil é meramente figurativo. Embora se pensasse que o pacto serviria somente no período da transição e, o presidente eleito voltaria a acumular singularmente o poder que a constituição lhe garantia. Não foi o caso, o assassinato do Ansumane Mane em 30 de Novembro do ano 2000 foi resultado do ambiente poluído em que o poder civil e militar se encontravam. Um infortúnio que teve seus dois primeiros sucessores. Seabra, assassinado numa revolta em 2004. O General Na Wai ascendeu à chefia da FARP. A escolha de Na Wai, determinada em grande medida pelas chefias militares, e não pelo governo civil, foi mais um sinal da elevadíssima conflitualidade existente na cúpula das FARP, O'REGAN, & THOMPSON (2013. p. 09). Na atribuição das patentes, em que o então Comandante Supremo da Junta não concordou com a condecoração dos oficiais militar levado a cabo pelo então PR Yala, Mané ordenou restringir as patentes e suspender algumas atribuições, obrigando os condecorados a devolver as patentes. Mas as ameaças e imiscuição do Mané no assunto político veio antes das eleições de 1999, no dia 1 de Novembro, com os partidos e respetivos candidatos, foi ainda mais explícito. Há notícia de que fez aviso aos políticos para não usarem de ameaças e mentiras. A Junta manteria os olhos abertos se o vencedor das eleições não satisfizer as aspirações do povo, tomaremos medidas para por as coisas nos seus lugares, RUDEBECK (2001. p. 33). A aspiração e resposta a situação que Mané havia planejado saiu-lhe contrário. A situação voltou a agudizar com o golpe militar de 14 de Setembro de 2003 data que depôs Yala. Os militares usurparam e consolidaram o poder distorcendo-o e sufocando qualquer um que for contra os seus status quo. De acordo com O'REGAN, & THOMPSON (2013. p. 10), após golpe militar de 2012, embora um governo civil de transição tenha assumido o poder de imediato, Indjai continuou a ser o indivíduo mais poderoso do país e a ter capacidade para definir o xadrez político e civil. Para SANGREMAN et al (2019. p. 09) “Abril 2012 - Abril 2014- Golpe de Estado com Governo indicado pelos militares”. Embora esse efeito foi visto pelos autores como uma tendência iniciada com o

General Mané e que persiste até hoje, diríamos que foi remota, iniciada com Vieira após golpe militar de 1980, Mané foi quem o exacerbou.

Numa altura em que o conceito de RSS estava a ganhar importância na agenda internacional, a Guiné-Bissau foi vista como um local privilegiado para testar a nova abordagem dado o seu tamanho e a percepção de que o conflito era menos complexo do que na realidade era. Sendo teste piloto de uma nova abordagem da UE no domínio da cooperação externa e por ter sido primeiro projeto de RSS em África CARVALHO (2010. p. 50), paradoxalmente, foi o caso do levantamento militar de 01 de Abril de 2010, no qual o PM e Chefe de Estado-maior foram presos. Uma das principais consequências imediatas deste levantamento foi a suspensão da missão da EU no apoio ao processo da RSS, BARROS & RIVERA (2015. p. 612). Ainda, a RSS tem por objetivo alterar relações de poder, daí que qualquer interferência nesta área pode desestabilizar equilíbrios políticos e societais frágeis. Assim, as intervenções externas neste domínio, mesmo que alinhadas com as políticas nacionais, têm de ser planeadas com muito cuidado, senão corre o risco de perturbar o equilíbrio e de ter impactos indesejáveis, CARVALHO (2010. p. 51). Um dos objetivos da RSS, por exemplo, era de diminuir os efetivos de defesa e segurança e modernizar a FARP, o que provoca desconfiança, pois vêm na RSS uma ameaça: desde logo, diminuição de efetivos significa um grande número de “perdedores”, o que muito pode contribuir para a instabilidade. A RSS tenha acabado por espoletar a nova ronda de instabilidade e de violência. A retirada do apoio internacional poderá ainda piorar a situação contribuindo para o fortalecimento das fações que no interior das FARP não aderem à reforma, favorecendo os grupos que não permitem o normal funcionamento das instituições democráticas e levar ao aumento do tráfico de droga, CARVALHO (2010. p. 62, 63)⁴⁵. Autora coloca ainda a questão da imiscuição dos líderes políticos com as chefias militar.

Segundo um estudo realizado em 2008, mais de metade dos militares tem idade superior a 40 anos, e 45% de todos os efetivos no ativo somam mais de 20 anos de serviço. As tropas estão extremamente concentradas na capital, com 70% aquarteladas. O número de oficiais da FARP corresponde ao dobro do número de soldados. Em vez de serem uma instituição eficiente e dedicada à missão de servir o Estado, a PARP é um clube elitista de indivíduos mais velhos que age geralmente em prol de interesses pessoais, O'REGAN, & THOMPSON (2013. p. 07). Ver quadro 04.

⁴⁵ - As principais intervenções externas, no âmbito da cooperação, iniciaram-se após conflito (de 1998), com o estabelecimento da UNOGBIS e de programas como o de Desarmamento, Desmobilização, e Reintegração dos Antigos Combatentes (PDRRI), apoiado pelo BM, BAD, Suécia, Holanda e CE, com mais de 20 milhões de euros. Carvalho (2010. p. 54).

O MNSCPDD precisa mais de que nunca comprovar a sua força para o bem da própria sociedade. Não é necessário uso da força alicerçada em violência. Ademais, violência e força são duas coisas bem diferentes; a estratégia da ação não violenta pode demonstrar muita força. A desobediência civil não é sinónima de incivilidade, embora seja assim considerada por aqueles que a desaprovam. Thoreau, inspirador de Gandhi e Martin Luther King provaram à história que a desobediência civil pode ser pacífica, não violenta e servir como reforço da própria sociedade civil BALLESTRIN (2015. p. 148). Na maioria das democracias liberais, o *soft power* das massas têm ocupado gradualmente o espaço que outrora pertencia ao *hard power*. Essa mutação não foi agraciada pelo desejo daqueles que detinham poder, ela foi o resultado das constantes lutas e reivindicações sociais. O poder maciço que repousava na coerção psíquica sofreu revés, com as constantes participações sociais nos atos pró-democracia, os papéis foram invertidos, o poder silencioso e macio das massas passou a figurar como o real poder. Como afirma NAIM (2013. p. 7), o poder está passando daqueles que têm mais força bruta para os que têm mais conhecimentos, dos ditadores aferrados para o povo que protesta nas praças e nas ruas, e em alguns países começamos a ver até como o poder passa dos homens para as mulheres e dos mais velhos para os mais jovens. No século XXI, o poder é mais fácil de obter, mais difícil de utilizar e mais fácil de perder.

4.4. Os políticos ativos: técnicos versus populares

Como WEBER (1981) demonstrou no texto "Política como vocação" que a política pressupõe liderança. Carisma, popularidade e construção de imagem do líder nos média são elementos essenciais. Não basta somente ser versado em diferentes campos de conhecimento científico para tornar-se um bom líder, é preciso carisma, mas não se deve confundir carisma com manipulação, porque o primeiro é espontâneo e é elo entre o líder e os liderados e, o segundo é o resultado de mentiras e falsidades. É visível na Guiné uma forma de manipulação, a maioria usa simplesmente a compra de votos através das distribuições de bens económicos e produtos da primeira necessidade. Embora, para ARENDT (2014. p. 283) "Jamais alguém pôs em dúvida que verdade e política não se dão muito bem uma com a outra..." Mas, a prática da política requer ética e moral para balizar os comportamentos, na Guiné-Bissau, a luta política, no seu íntimo, apresenta na maioria dos políticos a busca pelo poder económico, usando de honra e poder político como meio ou fator cumulativo para alcance económico.

Além do tecnicismo e populismo (oratória usada pelos dois tipos de políticos guineenses), FAVARATO (2018. p. 104, 105, 106) afirma que, a nível nacional, o capital simbólico dos políticos assenta em valores, mitos e crenças animistas tradicionais. Ainda, como alternativa eficaz à legitimação burocrático-racional, o capital simbólico fornece uma base geralmente válida para legitimar o poder político nacional. O poder simbólico não se baseia

necessariamente em factos provados, nem em verdades factuais. Preferencialmente, depende da manipulação da realidade de acordo com a visão e opinião da pessoa. E a opinião é uma das bases indispensáveis do poder. Outra forma de manipulação assenta-se no apelo étnico. Geralmente, os partidos apelam com diferentes atores ligados a comunidade. Para CARVALHO (2014, p. 76-77), Sem os suspeitos do costume, cabo-verdianos e portugueses, o debate *pretu-nok* versus *burmedju* é um tema recorrente no passado recente do país. Ele voltou à ribalta com a liberalização política, marcada por várias tentativas de instrumentalização das pertenças étnico-raciais.

O governo deve ser confiado a uma minoria de pessoas qualificadas em razão de seu conhecimento, ou seja, é a aplicação da ideia platónica sobre a “guardiania” DAHL (2012. p. 77). Ainda, como a guardiania assenta a legitimidade de governar, num processo de formação e preparação, a sociedade guineense recorre as formações académicas para distinguir os políticos capazes e incapazes. Sublinho que, dos mais destacados políticos guineenses – na dificuldade de realizar uma divisão quantitativa – muitos são desprovidos ou gozam de pouca formação académica e, os mesmos gozam de legitimidade populista. Tanto os académicos assim como populistas usam dos mesmos modos de funcionamento, o que não distingue por completo a diferença existente entre as duas classes. Principalmente quando se relaciona com o cumprimento das normas constitucionais e regras democráticas. Vejamos como elemento exemplificador o ocorrido no momento da transição democrática.

Nino Vieira acumulava dupla função – PR e do PAIGC – mesmo sendo contra a constituição, pois o cargo de PR exclui imediatamente a cumulação de outros cargos. Mas Vieira insistia em exercer os dois postos concomitantemente, resultado da prática dos anos em que o país era governado no regime de partido único. As normas tinham sido alteradas, mas as práticas lhe faziam frente. Além desse facto, os anteriores hábitos ainda se faziam ecoar, existia problema da nomeação do novo PM. Esse facto recorrente da democracia guineense veio desde primeira eleição legislativa, em que Nino Vieira teimava em nomear a pessoa da sua confiança, o Eng^a: Carlos Correia; posição que deveria ser ocupado por Manuel Saturnino da Costa, pois o estatuto do PAIGC, vencedor da legislativa, previa para esse cargo a figura de secretário-geral do partido. Depois da nomeação do Costa. Na primeira oportunidade, após a queda do governo, Vieira nomeou a figura da sua confiança, usurpando assim a regra. A questão de nomeação do PM ainda continuou a encontrar entraves, não só no cumprimento dos estatutos dos partidos, mas, no respeito a normas constitucionais, sendo que a nomeação dessa figura deve ser da escolha do partido vencedor do escrutínio legislativo, mas os PR insistem em nomear figuras de sua confiança, como fizeram por várias ocasiões os ex-PR eleitos, Yala, JOMAV e Embalo, os três beberam da fonte do Vieira, praticando os mesmos atos. Portanto, com formação ou sem, os atos dos políticos guineenses são similares. Foi desenvolvida aos poucos a cultura de

impunidade sobre a liderança política o que acabou por consubstanciar nos atos menos abonatórios. Usam dos mesmos atos porque a sociedade, mesmo reprovando-os não provocam quaisquer mecanismos para sua mudança. Nas eleições as mesmas figuras e partidos continuam a receber votos. Por esse facto, não existe interesse em adequar os atos aos valores democráticos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da democracia em qualquer sociedade passa pela vontade de participação popular sem qualquer empecilho ou restrição da liberdade e direitos consagrados na constituição para discutir os seus problemas. E não pelo uso de força ou aliciamento condicionando a participação em troca de favores e ganhos económicos.

As persistentes crises política faz compreender a fragilidade democrática guineense. Escancara a polarização existente dentro das classes políticas e com reflexo directo na sociedade. Sendo a trivialidade eleita pelos políticos, sociedade civil, classe militar, em suma, as instituições no seu todo, como norma a ser seguida, transportaram as constantes musculações para esfera mais rasteira possível. O sistema democrático corroeu a unidade nacional outrora vivida na Guiné-Bissau, os partidos aproveitaram da fragilidade da sociedade para implantar ou maximizar as discórdias. Deturparam por completo os objetivos eleitorais, em vez de significarem métodos priorizado para escolha dos governantes, tornaram-se em elemento de separação, de incessantes lutas pelo poder. Portanto, não se pode e nem se deve continuar atribuir cegamente os partidos políticos os destinos da sociedade. Na maioria dos países do sistema democrático liberal, as organizações sociais têm vindo a efetuar constantes pressões para obter mudanças significativas na qualidade de vida populacional, Na Guiné-Bissau acredita-se que essa é a tarefa dos partidos e sociedade civil. Como mostramos durante toda pesquisa, os partidos não passam de oligarquias interessados na defesa do interesse do grupo e pessoal, a massa social serve exclusivamente do trampolim, portanto, não se deve continuar a esperar que deles pode advir mudanças, essa crença é ilusória.

Não existe nenhuma democracia poliarquica no sentido de Dahl que não está assentada na Sociedade Civil. Toda dinâmica política, benéfica ou maléfica, precisa da sociedade, sem a qual, não teria resultado. Não é difícil compreender a necessidade dos partidos políticos na sociedade. São capazes de provocar marchas nas suas agendas porque encontram uma certa legitimidade social, sem a qual seria uma mera ideia. As cobranças e reivindicações, são os meios mais eficazes para promoção do desenvolvimento e alargamento dos tentáculos democráticos. Não existe em toda história da humanidade um só regime que não se sensibiliza ou fraqueja perante constantes reivindicações sociais. A História da luta de libertação serve de exemplo. Sem a massiva aderência social, iria ser um mero sonho impossível de Amílcar Cabral

e seus companheiros. No corpus da pesquisa, demos exemplo de Gandhi e Luther King, de que a desobediência civil não significa necessariamente criar balburdia, mas tem carácter de provocar mudanças positivas pelo bem do país. Não se pode continuar confinar a democracia a um período específico. A democracia não significa exclusivamente o ato de depósito dos votos, ela apresenta um carácter atemporal e constante, em outras palavras, a sociedade precisa marcar presença todos os dias do ano. Somente assim, será capaz de fazer curvar os poderes políticos perante as demandas sociais. E se é verdade que “a voz do povo é a voz do Deus” então está na hora de ser ouvida, para tal, as organizações da Sociedade Civil, precisam sair do anonimato, da coma profunda ou do colo dos partidos, dissipando assim a fumaça que dificulta perceber em que lado da situação figuram. Por um lado, devem mudar as formas de atuação, partir para ações concretas, desvincular-se parcialmente de atitude cómodas sob véu de conferências de imprensas, notas ou comunicados. Por outro lado, cada cidadão tem por obrigação de saber e reconhecer que os governantes são responsáveis designados para os servir, efetuando o serviço de “lava-pés”. Os desmandos e a instabilidade são resultados da apatia social, portanto, quanto menos os cidadãos estiverem dispostos a lutar em prol de seus direitos, maior é a probabilidade dos governantes os desrespeitem.

De forma sucinta, podemos concluir que, a Guiné-Bissau precisa investir mais no sector da Educação. Somente assim, terá uma sociedade civil forte, eleitor consciente, políticos capacitados/democratas, instituições sólidas, forças armadas mais preparadas, e uma democracia estável.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, B. Comunidades imaginadas Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDT, H. Entre o passado e o futuro. Trad. Mauro W. Barbosa. São Paulo. Perspectiva, 2014.

ARENDT, H. Origens do totalitarismo: trad. Roberto Raposo. — São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BERLIN, I. Quatro Ensaios sobre a Liberdade. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

BOBBIO, N. Estado, Governo, Sociedade: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro; Paz e Terra; 1987.

BOBBIO, N. O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo. Trad. Marco Aurélio Nogueira, 6ª Edição. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOBBIO, N. Liberalismo e Democracia. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

DAHL, R. Poliarquia: Participação e Oposição. Trad. Celso Mauro Paciornik – 1. Ed. — São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo; 2015. — (Clássicos: 9).

DAHL, R. A democracia e seus críticos. Trad. Patrícia de Freitas Ribeiro. — São Paulo; Editora WMF Martins Fontes; 2012.

DAVIDSON, B. A libertação da Guiné: Aspectos de uma revolução africana. Trad. António Neves-Pedro. — Lisboa: Sá da Costa, 1975.

DONEUX, J. L & ROUGÉ, J-L. *En apprenant le creole a Bissau ou Ziguinchor*. Paris: L'Harmattan. 1988

DUVERGER, M. Los partidos políticos. Trad. de Julieta Campos y Enrique González Pedrero. Fondo de cultura económica. México, 1957.

EMBALÓ, F. Breve resenha sobre a literatura da Guiné-Bissau. In. www.didinho.org. 2004.

FANON, F. Os condenados da terra. E ed. Trad. José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 1968.

FRANCO Jr, H. História, literatura e imaginário: um jogo especular. O exemplo medieval da Cocanha. In: IANNONE, C. A. ET alii. Sobre as naus de iniciação. Araraquara: Ed. UNESP, 1997.

HELD, D & MCGREW, A. Prós e Contras da globalização. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

HELD, D. Modelos de democracia. Trad. Alexandre Sobreira Martins. Belo Horizonte, paidéia, 1987.

KEANE, J. Violence and Democracy. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

KIHM, A. *Kriyol syntax: the Portuguese-based Creole language of Guinea-Bissau*. Amsterdam, the Netherlands: John Benjamins. 1994.

LIMA, R. L de. John Stuart Mill e o cultivo da individualidade [recurso electrónico] / Rafael Lucas de Lima. – Natal, RN :EDUFRN, 2014.

LOPES, A, S. Os média na Guiné-Bissau. Edições Corubal. 2015.

MACPHERSON, C. B. A Democracia Liberal. Origens e Evolução. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

MANIN, B. O princípio da distinção. Do original “The principle of distinction”, publicado como o terceiro capítulo do livro *The principles of representative government*. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 4. Brasília, Julho Dezembro de 2010.

MARSHALL, T. H. Cidadania, Classe Social e Status. Trad. Meton Porto Gadelha. – Rio de Janeiro; Zahar; 1967.

MARX, K. & ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. Rio de Janeiro/São Paulo, Contraponto/Perseu Abramo, 1988.

MICHELS, R. Sociologia dos partidos políticos. Trad. De Arthur Chaudon, Brasília. Editora Universidade de Brasília. 1982.

MILL, J. Considerations on Representative Government. In: On Liberty and Other Essays. Edição e notas de J. Gray. Oxford: Oxford University Press. 2008.

MONTESQUIEU, C-L de S. O espírito das leis. Apresentação: Renato Janine ribeiro; Trad. Cristina Murachco. – São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MOTA, A. T da. 1946. A descoberta da Guiné – I – Evolução do Problema. Boletim Cultural da Guiné Portuguesa I – Nº 001-004, Vol 1, p. 15-68. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt>. Acesso em: 02/01/2012.

NAÍM, M. O fim do poder. Trad. Luis Reyes Gil. – São Paulo: LeYa, 2013.

PATEMAN, C. Participação E Teoria Democrática. Trad. Luiz Paulo Rouanet. – Rio de Janeiro; Paz e Terra; 1992.

ROMÃO, J. E. & GADOTTI, M. Paulo Freire e Amílcar Cabral: A descolonização das mentes. São Paulo. Editora e livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

ROUSSEAU, J. J. Do contrato Social. Trad. Rolando Roque da Silva. www.jahr.org. 2002.

ROUSSEAU, J. J. Discurso sobre a origem da desigualdade (1754). Trad. Maria Lacerda de Moura. www.jahr.org 2001.

RUDEBECK, L. Colapso e reconstrução política na Guiné-Bissau 1998-2000, um estudo de democratização difícil. Trad. António e Maria Lourenço. printed in Sweden by university printers, upsala 2001. the Nordic Africa institute.

SANGREMAN, C; PROENÇA, F, MARTINS, L, V, DJAU, M, A, MENDES, P, R, SEMEDO, R, J. Guiné-Bissau, notas sobre o presente e o futuro. CEaA – Centro de estudo sobre Africa, Asia e America Latina. Lisboa, 2019.

SARTORI, G. Parties and party System. Colchester: ECPR press, 2005.

SILVA, A, E. D. A independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa. Porto: Afrontamento. 1997.

SCHUMPETER, J. A. Capitalismo, Socialismo e Democracia. (Editado por George Allen e Unwin Ltd., traduzido por Ruy Jungmann). — Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

THOMPSON, J. B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. Trad. Wagner de Oliveira Brandão; revisão da tradução Leonardo Avritzer, — Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TOCQUEVILLE, A. de. Leis e Costumes. Vol. I. Trad. Eduardo Brandão. — São Paulo; Martins Fontes; 2005.

TOCQUEVILLE, A. A Democracia na América: Sentimentos e Opiniões, Vol. II. Trad. Eduardo Brandão. — São Paulo; Martins Fontes; 2004.

VIANA, N. Estado, Democracia e Cidadania. A Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo. — Rio de Janeiro, Achiamé, 2003.

WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. — São Paulo; Companhia das Letras; 2004.

WEBER, M. Ciência e política: duas vocações/Max weber; Trad. E notas: Marco Antônio Cassanova. São Paulo: Martin Claret, 2015.

WEBER, M. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn - Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WEFFORT, F. C. Os Clássicos da política. São Paulo: Ática. 2000.

Artigos de referência

ANDERSEN, D. The State in Democratic Breakdowns: Who, How, and Why. Paper to be presented at DPSA 2015.

AUGEL, J. Guiné-Bissau: Os meios de comunicação como prisma da história do país. Lopes, António Soares (Tony Tcheka). Os média na Guiné-Bissau: Corubal, 2015. Afro-Ásia, núm. 56, pp. 211-218 Universidade Federal da Bahia Salvador, Brasil, 2017.

BALLESTRIN, L. M. de A. Sociedade Civil, Democracia e Violência. Revista brasileira de ciências sociais - Vol. 30 N° 87 /2015.

BARRETO, M. A. O papel das organizações da sociedade civil na educação e na formação: o caso de Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique. Apresentação de um projeto de investigação a decorrer de 20010 a 2013., Lisboa. ISCTE-IUL/CEA, 2013.

BARROS, M de & Oscar, R. A (re) construção do Estado no contexto dos Estados frágeis: o caso da Guiné-Bissau. II Congresso Internacional “África – Occidente”. África Briefing,109. 2015.

BIJAGÓO, V. G. PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO NA ÁFRICA: A DIFÍCIL TRANSIÇÃO NA GUINÉ-BISSAU. Rev. Cadernos de Campo | Araraquara | n. 23 | p. 217-243 | jul./dez. 2017.

BRAGA, M. do S. S. Democracia e organização nos partidos políticos: Revisitando os microfundamentos de Michels - Sociol. Polít., Curitiba, v. 20, n. 44, p. 83-95, nov. 2012

BRATTON, M. Wide but shallow: popular support for democracy in Africa. Afrobarometer Paper No. 19, 2002.

BRATTON, M. & Mattes, R. Support for Democracy in Africa: Intrinsic or Instrumental? Afrobarometer Paper No1, 2000.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Transição e consolidação democrática e revolução capitalista. Fundação Getúlio Vargas – FGV. São Paulo, 2011.

CARDOSO, C. A transição democrática na Guiné-Bissau, um parto difícil. In: Lusotopie, nº2, 1995

CARDOSO, C. A formação da elite política na Guiné-Bissau. CEA - Centro de Estudos Africanos – ISCTE. Lisboa. 2002.

CARVALHO, A. L. Intervenções externas no sector da segurança na Guiné-Bissau. Lusíada. Política Internacional e Segurança, n.º 4, 2010

CASTALDO, A. A crise da democracia Uma revisão seletiva do debate académico actual. O fim da terceira vaga de democratização? Relações internacionais, n. 59, 2018.

CORREIA, A. POLÍTICA-SEGURANÇA-DESENVOLVIMENTO NA GUINÉ BISSAU. Lusíada. Política Internacional e Segurança, n.º 1, 2008.

DIAS, A. Sobre «desconsolidação» e retrocesso democrático. A crise da democracia. Relações Internacionais n. 52, 2016.

FAYEMI, A. K. Towards an African Theory of Democracy. Thought and Practice, 101-126. (2009).

FAVARATO, C. "A religião tradicional na cultura política da Guiné-Bissau". JANUS.NET e-journal of International Relations, Vol. 9, N.º 2, Novembro 2018-Abril 2019.

GOMES, A. R. O poder militar e a desedificação do estado de direito e da democracia na Guiné-Bissau. CIEA7 #34: OS ENTRAVES À CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO A GUINÉBISSAU. 7º CONGRESSO IBÉRICO DE ESTUDOS AFRICANOS. LISBOA 2010.

GOMES, P. G. A Mulher guineense como sujeito e objecto do debate histórico contemporâneo: Excertos da história de vida de Teodora Inácia Gomes. Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África, 2017. Africa Development, Volume XLI, No. 3, 2016, pp. 71-95

Guiné - Bissau Relatório Final Eleição da Assembleia Nacional Popular 16 Novembro 2008. União Europeia: Missão de Observação Eleitoral.

KOHL, C. Construindo a nação na África pós-colonial: o exemplo de Guiné-Bissau. In WORLD TENSIONS. 2011.

LIPSET, S. M. Alguns requisitos sociais da democracia: desenvolvimento económico e legitimidade política. Trad. Marcelo Henrique P. Marques & Carolina Requena. Primeiros Estudos, São Paulo, n. 2, 2012.

LIPSET, S. M. Sistemas partidários e a representação de grupos sociais. Trad. Anna Maria Sant'Anna, Rev. Dir. Públ. e Ciência Política - Rio de Janeiro - Vol. IV, nº 2, 1961.

LOPES, N. C. Os entraves à construção e consolidação do Estado a Guiné-Bissau. CIEA7 #34: Congresso Ibérico de estudos Africanos. ACSEL, Universidade Lusófona de Lisboa. Lisboa 2010.

MAINWARING, S, & TORCAL, M. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. In: Opinião Pública, Campinas, Vol. XI, nº 2, Outubro, 2005.

ONG'AYO, A. O. Political instability in Africa Where the problem lies and alternative perspectives. The African Diaspora Policy Centre, Amsterdam. Presented at the Symposium "Afrika: een continent op drift". Wageningen, 2008.

O'REGAN, D, & Thompson. P. Promover a Estabilidade e a Reconciliação na Guiné-Bissau: Lições do Primeiro Narco-Estado de África. Relatório Especial do CEEA Nº 2. Centro de Estudos Estratégicos de África Washington, D.C. 2013

PORTELA JR, A. Florestan Fernandes e o conceito de patrimonialismo na compreensão do Brasil. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.19.2, 2012.

PRZEWORSKI, A, CHEIBUB, J. A, LIMONGI, F. Democracia e cultura: uma visão não culturalista Lua Nova. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea São Paulo, n. 58, 2003.

PRZEWORSKI, A. Capitalismo, desenvolvimento e democracia.. Em busca do novo. Yoshaki Nakano, Jose Marcio Rego e Lilian Forquim, orgs, Rio de Janeiro: editora FGV, 387.408, 2004.

SANGREMAN, C, SOUSA JR, Fernando, ZEVEIRINO, G. R, BARROS, M. J de. Guiné-Bissau (1994-2005). Um estudo social das motivações eleitorais num estado frágil: in: Lusotopie; XV(1) | 2008.

SANGREMAN, C, SOUSA JR, Fernando, ZEVEIRINO, G. R, BARROS, M. J de. A evolução política recente na Guiné-Bissau: -As eleições presidenciais de 2005 -Os conflitos - O desenvolvimento - A sociedade civil. CESA, ISCTE. Colecção Documentos de Trabalho nº 70. Lisboa, 2006.

SCHEDLER, A. Expected stability: defining and measuring democratic consolidation. (Reihe Politikwissenschaft / Institut für Höhere Studien, Abt. Politikwissenschaft, 50). Wien: Institut für Höhere Studien (IHS), Wien. 1997.

TEIXEIRA, R. A dimensão social e cultural da guerra colonial em África: Angola, Guiné-Bissau E Moçambique (1961-1974). -Consciência nacional, democratização e conflito político: semelhanças e diferenças entre Guiné-Bissau e Moçambique. CIEA7 #19: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). 7.º Congresso Ibérico de Estudos Africanos. Lisboa 2010.

VITULLO, G. E. As teorias da democratização frente às democracias latino-americanas realmente existentes. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 12, nº 12, 2006.

Teses

CARVALHO, C. dos S. P de. Guiné-Bissau: A instabilidade como regra. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Ciência Política Cidadania e Governação no Curso de Mestrado em Ciência Política Cidadania e Governação, conferida pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2014.

FERREIRA, P. M. “Estados Frágeis” Em África. A Intervenção externa nos Processos de construção do Estado (Statebuilding) e da paz (Peacebuilding). Dissertação para obtenção do título de doutora em Estudo Africanos conferido pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE). Lisboa, 2014.

GONÇALVES, S. J. O Estado Falhado enquanto Espaço de Edificação do Crime Organizado Transnacional – o Caso da Guiné-Bissau. Dissertação para a obtenção de Grau de Mestre em Estratégia. Universidade Técnica de Lisboa – Instituto de Superior Ciências Sociais e Políticas. Lisboa 2011

MENDES, L. F. Democracia na Guiné-Bissau: Por uma mudança de mentalidades. Dissertação de Mestrado em Sociologia, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2010

MENDES, H. A. A sub-representação feminina e os critérios de recrutamento político na Guiné-Bissau: os casos do PAIGC e do PRS. Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas. ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Dissertação

submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política. Lisboa, 2019.

QUEIROZ, T. de O. Trajectórias Democráticas e Estratégias de Liberalização: a Evolução da Democracia nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa no Pós-Guerra Fria. (UnB/IREL, Política Internacional e Comparada). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Instituto de Relações Internacionais. Brasília, 2017

SANTY, A. R. A. Avanços e impasses no processo de transição política na Guiné-Bissau (1993-2009). Monografia apresentada ao curso de ciências sociais da universidade federal de rio grande do sul para obtenção do título de bacharel. Porto Alegre, 2009.

TEIXEIRA, R. J. D. Sociedade civil e democratização na Guiné-Bissau, 1994-2006. Dissertação apresentada no curso de Pós-graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do título de Mestre em Sociologia. Recife, 2008.

Documentos

República da Guiné-Bissau, Assembleia Nacional Popular, Constituição da República 1996.

Lei n.º 11/2013 Lei do Recenseamento Eleitoral.

Lei n.º. 10/2013 Lei eleitoral para o Presidente da República e Assembleia Nacional Popular.

Lei n.º. 12/2013 Lei da Comissão Nacional das Eleições.

Lei n.º. 4/94 Lei da Observação Internacional Eleitoral.

Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça, 1945.

Sites (Internet)

www.cne.gw

ANEXO

ARTIGO 68º

a) Representar o Estado Guineense; d) Convocar extraordinariamente a Assembleia Nacional Popular sempre que razões imperiosas de interesse público o justifiquem; f) Fixar a data das eleições do Presidente da República, dos deputados a Assembleia Nacional Popular e dos titulares dos órgãos de poder local, nos termos da lei; g) Nomear e exonerar o Primeiro-Ministro, tendo em conta os resultados eleitorais e ouvidas as forças políticas representadas na Assembleia Nacional Popular; h) Empossar o Primeiro-Ministro; i) Nomear e exonerar os restantes membros do Governo, sob proposta do Primeiro-Ministro, e dar-lhes posse; j) Criar e extinguir Ministérios e Secretarias de Estado, sob proposta do Primeiro-Ministro; l) Presidir ao Conselho de Estado; m) Presidir ao Conselho de Ministros, quando entender; n) Empossar os juizes do Supremo Tribunal de Justiça; o) Nomear e exonerar, sob proposta do Governo, o Chefe do Estado Maior-General das Forças Armadas; p) Nomear e exonerar, ouvido o governo, o Procurador-Geral da República; q) Nomear e exonerar os embaixadores, ouvido Governo; s) Promulgar as leis, os decretos-lei e os decretos; v) Declarar o estado de sítio e de emergência, nos termos do artigo 85º, nº 1, alínea i), da Constituição.

ARTIGO 69º

a) Dissolver a ANP, em caso de grave crise política, ouvidos o Presidente da ANP e os partidos políticos nela representados e observados os limites impostos pela Constituição; b) Demitir o governo, nos termos do n.º 2 do artigo 104º da Constituição;

Lei eleitoral N.12/2013, capítulo I ARTIGO 1 aponta o seguinte, “a Comissão Nacional de Eleições, doravante designada por CNE, é um órgão independente e permanente que funciona junto da Assembleia Nacional Popular e tem por função a superintendência, organização e gestão do processo eleitoral e referendário. 2. A CNE é única para as Eleições Presidenciais, Legislativas e Autárquicas”

artigo 163º da lei eleitoral

Corrupção Eleitoral: Aquele que, para persuadir alguém a votar ou a deixar de votar em qualquer lista, Partido, Coligação de Partidos ou candidato, oferecer ou prometer e emprego público ou privado ou qualquer vantagem patrimonial a um ou, mais eleitores ou por acordo com uma outra interposta pessoa, mesmo que as coisas oferecidas ou prometidas forem dissimuladas a título de ajuda pecuniária para custear despesas de qualquer natureza, é punido com pena de prisão de dois a oito anos.

ARTIGO 2.0 da composição da CNE

2. Os candidatos a Presidente da CNE devem ser juizes Conselheiros, proposto pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial. 3. Os candidatos a Secretários Executivos da CNE devem ser Juizes Desembargadores, proposto pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial.

4. Os Candidatos a Secretários executivos Adjuntos devem ser Juizes de Direito, proposto pelo Conselho Superior de Magistrados Judicial.

Artigos da lei eleitoral

ARTIGO 43.º Falsificação do Cartão do Eleitor: Todo aquele que modificar ou substituir o cartão do eleitor é punido com pena de prisão de seis meses a dois anos ou pena de multa.

ARTIGO 47.º Denúncia Caluniosa: Aquele que dolosamente, imputar a outrem, sem fundamento, a prática de qualquer infracção relativa ao recenseamento eleitoral é punido com pena de prisão de três meses a dois anos ou pena de multa.

Artigo ARTIGO 20º da constituição

1 - As Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), instrumento de libertação nacional ao serviço do povo, são a instituição primordial de defesa da Nação. Incumbe-lhes defender a independência, a soberania e a integridade territorial e colaborar estreitamente com os serviços nacionais e específicos na garantia e manutenção da segurança interna e da ordem pública.

3 - As FARP obedecem aos órgãos de soberania competentes, nos termos da Constituição e da lei.

Ainda no ARTIGO 21º

1 — As forças de segurança têm por função defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos e são apartidárias, não podendo os seus elementos, no activo, exercer qualquer actividade política.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Guiné-Bissau		
Ano	IDH	Posição no Ranking
2019	0,461	178
2018	0,455	177
2017	0,455	177
2016	0,453	175
2015	0,449	245

Quadro – 01

Fonte: ONU

Posição da Guiné-Bissau e sua respectiva pontuação no ranking da democracia

A no	Posi ção	Pontuaçã o	Processo eleitoral e pluralismo	Funcionam ento de governo	Participaçã o política	Cultur a política	Liberdade s civis
019 ²	148	2.63	4.92	0.00	2.78	3.13	2.35

018 ²	157	1.98	1.67	0.00	2.78	3.13	2.35
017 ²	157	1.98	1.67	0.00	2.78	3.13	2.35
016 ²	157	1.98	1.67	0.00	2.78	3.13	2.35
015 ²	160	1.93	1.67	0.00	2.78	3.13	2.06

Quadro – 02

Fonte: democracy index, revista The Economist

Candidatos	1994	1999	2005	2009	2014	2019
	Tombali – Nalús e Balantas					
João B. Vieira	9 510	N	14 091	N	N	N
Malam B: Sanha	N	7 710	11 045	9 856	N	N
Koumba yala	12 570	16 671	N	11 208	N	N
Jose M: Vaz	N	N	N	N	14 994	N
Nuno G. Nabiam	N	N	N	N	19 777	N
Umaro S. Embalo	N	N	N	N	N	18 371
Domingos S. Pereira	N	N	N	N	N	10 069

Candidatos	1994	1999	2005	2009	2014	2019
	Quinara – Balantas e Beafadas					
João B. Vieira	8 490	N	6 608	N	N	N
Malam B. Sanha	N	7 529	10 437	9 795	N	N
Koumba yala	6 067	8 059	N	5 858	N	N
Jose M. Vaz	N	N	N	N	14 165	N
Nuno G. Nabiam	N	N	N	N	10 960	N
Umaro S. Embalo	N	N	N	N	N	13 111
Domingos S. Pereira	N	N	N	N	N	9 749
Candidatos	1994	1999	2005	2009	2014	2019
	Oio – Mandingas e Balantas					
João B. Vieira	19 565	N	27 432	N	N	N
Malam B. Sanha	N	20 772	31 570	29 888	N	N
Koumba yala	31 843	40 665	N	28 380	N	N
Jose M: Vaz	N	N	N	N	41 062	N
Nuno G. Nabiam	N	N	N	N	48 555	N
Umaro S. Embalo	N	N	N	N	N	43 299
Domingos S. Pereira	N	N	N	N	N	34 905

Candidatos	1994	1999	2005	2009	2014	2019
	Biombo – Papeis					
João B. Vieira	14 261	N	24 043	N	N	N
Malam B. Sanha	N	1 559	3 014	10 605	N	N
Koumba yala	4 771	17 859	N	8 169	N	N
Jose M. Vaz	N	N	N	N	27 671	N
Nuno G. Nabiam	N	N	N	N	11 254	N
Umaro S. Embalo	N	N	N	N	N	14 313
Domingos S. Pereira	N	N	N	N	N	22 868

Candidatos	1994	1999	2005	2009	2014	2019
------------	------	------	------	------	------	------

	Bolama – Bijagós					
João B. Vieira	9 925	N	7 901	N	N	N
Malam B. Sanha	N	2 376	3 641	5 863	N	N
Koumba yala	878	5 191	N	1 261	N	N
Jose M. Vaz	N	N	N	N	9 134	N
Nuno G. Nabiam	N	N	N	N	2 125	N
Umaro S. Emabalo	N	N	N	N	N	3 135
Domingos S. Pereira	N	N	N	N	N	8 935

Candidatos	1994	1999	2005	2009	2014	2019
	Bafatá – Fulas e Mandingas					
João B. Vieira	24 985	N	28 189	N	N	N
Malam B. Sanha	N	17 751	28 601	31 476	N	N
Koumba yala	16 740	30 143	N	15 076	N	N
Jose M. Vaz	N	N	N	N	45 053	N
Nuno G. Nabiam	N	N	N	N	26 994	N
Umaro S. Embalo	N	N	N	N	N	51 857
Domingos S. Pereira	N	N	N	N	N	23 086

Candidatos	1994	1999	2005	2009	2014	2019
	Gabú – Fulas					
João B. Vieira	24 265	N	29 920	N	N	N
Malam B. Sanha	N	12 235	28 166	35 716	N	N
Koumba yala	14 236	29 273	N	12 362	N	N
Jose M. Vaz	N	N	N	N	34 002	N
Nuno G. Nabiam	N	N	N	N	29 179	N
Umaro S. Embalo	N	N	N	N	N	48 094
Domingos S. Pereira	N	N	N	N	N	23 163

Candidatos	1994	1999	2005	2009	2014	2019
	Cacheu – Manjacos					
João B. Vieira	13 710	N	19 510	N	N	N
Malam B. Sanha	N	6 402	21 467	21 671	N	N
Koumba yala	20 207	36 334	N	16 628	N	N
Jose M. Vaz	N	N	N	N	48 893	N
Nuno G. Nabiam	N	N	N	N	25 351	N
Umaro S. Emabalo	N	N	N	N	N	35 570
Domingos S. Pereira	N	N	N	N	N	23 380

Candidatos	1994	1999	2005	2009	2014	2019
	Bissau – Todas as etnias					
João B. Vieira	36 372	N	58 482	N	N	N
Malam B. Sanha	N	21 336	58 818	69 389	N	N
Koumba yala	41 352	66 998	N	31 031	N	N
Jose M. Vaz	N	N	N	N	119 564	N
Nuno G. Nabiam	N	N	N	N	47 667	N
Umaro S. Embalo	N	N	N	N	N	62 652
Domingos S. Pereira	N	N	N	N	N	93 478

Quadro – 03 Fonte: Sangreman, in: a distribuição étnica (Nóbrega 2005). República da Guiné-Bissau, CNE, Resultados eleitorais.

Quadro 1. Composição demográfica das Forças Armadas da Guiné-Bissau		
		Proporção do total (%)
Patente	Oficiais	42%
	Sargentos e Cabos	38%
	Soldados rasos	20%
Ramos	Exército	86%
	Força Aérea	4%
	Marinha	10%
Faixa etária	20 anos ou menos	0.1%
	De 20 a 40 anos	44%
	De 40 a 60 anos	51%
	Mais de 60 anos	5%
Tempo de serviço	Menos de 5 anos	33%
	De 5 a 20 anos	23%
	De 20 a 30 anos	20%
	Mais de 30 anos	25%

Quadro – 04

Fonte: O’regan, & Thompson 2013.

Lista dos partidos políticos da Guiné-Bissau

Nome	Sigla	Fundaçã o	Ideologia	Fundador
Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo-Verde	PAIGC	1956	Socialismo-Democrático/Nacionalismo de esquerda	Amílcar Lopes Cabral
União Para Mudança	UM	X	X	Amine Michel Saad
Partido da Convergência democrática	PCD	X	X	Victor Mandinga
Partido de Renovação Social	PRS	1991	Social-Democrática	Koumba Yala
Movimento Democrático Guineense	MDG	2003	X	Silvestre Alves
Frente Democrática Social	FDS	X	X	Rafael Barbosa
Frente democrática	FD	X	X	Aristides Menezes

Partido da Nova Democracia	PND	2006	X	Iaia Djalo
Fórum Cívico Guineense-Social Democracia	F.C.G-S.D	1991	Social-Democrática	Antonieta Rosa Gomes
Frente para Salvação Nacional	FREPAS NA	2018	X	Baciro Dja
Aliança de Povo Unido	APU-PDGB	2016	X	Nuno Na Biam
Movimento para Alternância democrática	MADEM-G15	2018	X	Braima Camara
Centro Democrático	CD	2006/2007	X	Paulino Emposa Ie
Resistência da Guiné-Bissau: Movimento Bafata	RGB	1989	X	Domingos Gomes Fernandes
Frente de libertação nacional de Guine	FLING	1962	X	François Kankoila Mendy
Frente Patriótica	FP	X	X	X
Partido Democrático para Desenvolvimento	PDD	2013	Social-democracia	Policiano Pereira
Partido Republicano para a Independência e Desenvolvimento	PRID	2007	X	Aristides Gomes
Partido Democrático Socialista	PDS	X	X	X
Partido do Manifesto do Povo	PMP	X	X	X
Partido para a democracia Desenvolvimento e Cidadania	PADEC	2005	X	Francisco Fadul
Partido Popular Guineense	PPG	X	X	X
Partido Socialista da Guiné-Bissau	PS- GB	2004	X	Cirilo Oliveira Rodrigues
Partido dos Trabalhadores	PT	2004	X	Arregado Mantenque Té
Partido Unido Social-democrata	PUSD	1992	Social-democrática	Victor Saúde Maria
União Eleitoral	EU	X	X	X
União Nacional para a Democracia e o Progresso	UNDP	1998	X	Abubacar Baldé Filinto vaz Martins
Aliança Popular Unida	APU	1989	Social-democracia	X
Movimento Patriótico Guineense	MPG	2013	X	José Paulo Semedo
Partido Popular	PP	2004	X	Ibrahim Sow
Movimento Guineense para	MGD	2018	Social-democracia	Umaro Djau

Desenvolvimento				
Partido Jovem	PJ	X	X	X
União Patriótica Guineense	UPG	2004	X	Francisca Vaz
Partido da Reconciliação Nacional	PRN	2004	X	Alamara Nhasse
Partido da Solidariedade e do Trabalho	PST	X	X	Iancuba Indjai
Partido para Justiça, Reconciliação e Trabalho	PJRT-PFD	X	X	Malam Nanco
Liga Guineense para a Protecção Ecológica	LIPE	1993	X	Rachid Bubacar Djaló
Partido Social Democrata	PSD	1995	X	Joaquim Baldé
Partido Democrático Guineense	PDG	2007	X	Eusébio Sabastião da Silva
Partido Popular Democrático	PPD	2007	X	Braima Corca Embaló
Partido Democrático Social	PDS	2007	X	João Seco Mamadú Mané
Partido Popular Democrático	PPD	X	X	X
Partido Africano para Liberdade, Organização e Progresso	PALOP	X	X	X
Partido de Unidade Nacional	PUN	X	X	Idrissa Djalo
Movimento para unidade e democracia	MUDE	X	X	X
Aliança Socialista Guineense	A.S.G	2000	X	Fernando Gomes
Partido Democrático do Progresso.	PDP	X	X	Amine Saad
Partido para Renovação e Desenvolvimento.	PRD	1992	X	João da Costa

Fonte do autor

Distribuição dos mandatos nas eleições legislativas

Ano	Partidos e coligacao	Numero de cadeiras	Total
1994	PAIGC		100
	RGB		
	PRS		
1999/2000	PRS	38	102
	RGB	29	
	PAIGC	24	

	UM	03	
	PSD	03	
	AD (PCD, FD)	03	
	FDS	01	
	UNDP	01	
2004	PAIGC	45	100
	PRS	35	
	PUSD	17	
	EU	02	
	APU	01	
2008	PAIGC	67	100
	PRS	28	
	PRID	03	
	PND	01	
	AD	01	
2014	PAIGC	57	102
	PRS	41	
	PCD	02	
	PND	01	
	UM	01	
2019	PAIGC	47	102
	MADEM-G15	27	
	PRS	21	
	APU-PDGB	05	
	PND	01	
	UM	01	

Fonte: próprio

Cronologia dos primeiros-ministros da Guiné-Bissau

Ordem	Mandato		Nome
1	24 De Setembro de 1978	7 De Julho de 1978	Francisco Mendes
2	7 De Julho de 1978	28 De Setembro de 1978	Constantino Teixeira
3	28 De Setembro de 1978	14 De Novembro de 1980	João Bernardo Vieira
4	14 De Novembro de 1980	14 De Maio de 1982	Vacante
5	14 De Maio de 1982	10 De Março de 1984	Victor Saúde Maria
6	10 De Março de 1984	27 De Dezembro de 1991	Cargo extinto
7	27 De Dezembro de 1991	26 De Outubro de 1994	Carlos Correia
8	26 De Outubro de 1994	6 De Junho de 1997	Manuel Saturnino da Costa
9	6 De Junho de 1997	3 De Dezembro de 1998	Carlos Correia
10	3 De Dezembro de 1998	19 De Fevereiro de 2000	Francisco Fadul
11	19 De Fevereiro de 2000	19 De Março de 2001	Caetano N'Tchama
12	21 De Março de 2001	9 De Dezembro de 2001	Faustino Imbali
13	9 De Dezembro de 2001	17 De Novembro de 2002	Alamara Nhassé
14	17 De Novembro de 2002	14 De Setembro de 2003	Mário Pires
15	28 De Setembro de 2003	10 De Maio de 2004	Artur Sanha

16	10 De Maio de 2004	2 De Novembro de 2005	Carlos Gomes Jr.
17	2 De Novembro de 2005	13 De Abril de 2007	Aristides Gomes
18	13 De Abril de 2007	5 De agosto de 2008	Martinho Ndafo Kabi
19	5 De agosto de 2008	2 De Janeiro de 2009	Carlos Correia
20	2 De Janeiro de 2009	10 De Fevereiro de 2012	Carlos Gomes Jr.
21	10 De Fevereiro de 2012	12 De Abril de 2012	Adiato Djalo Nandigna
22	16 De Maio de 2012	3 De Julho de 2014	Rui Duarte de Barros
23	3 De Julho de 2014	20 De agosto de 2015	Domingos Simões Pereira
24	20 De agosto de 2015	17 De Setembro de 2015	Baciro Djá
25	17 De Setembro de 2015	27 De Maio de 2016	Carlos Correia
26	27 De Maio de 2016	18 De Novembro de 2016	Baciro Djá
27	18 De Novembro de 2016	30 De Janeiro de 2018	Umaro Sissoko Embalo
28	30 De Janeiro de 2018	16 De Abril 2018	Artur Silva
29	16 De Abril de 2018	25 de Junho de 2019	Aristides Gomes
30	29 De Outubro de 2019		Faustino Imbali
31	25 De Junho de 2019	28 De Fevereiro de 2020	Aristides Gomes
32	28 de Fevereiro de 2020	24 De Maio de 2022	Nuno Gomes Na Biam
33	24 De Maio de 2022		Nuno Gomes Na Biam

Fonte: próprio

Cronologia dos presidentes da Guiné-Bissau

Ordem	Mandato		Nome
1	24 de Setembro de 1973	14 de Novembro de 1980	Luís de Almeida Cabral
2	14 de Novembro de 1980	14 de Maio de 1984	João Bernardo Vieira
3	14 de Maio de 1984	16 de Maio de 1984	Carmen Pereira
4	16 de Maio 1984	29 de Setembro de 1994	João Bernardo Vieira
5	29 de Setembro de 1994	7 de Maio de 1999	João Bernardo Vieira
6	7 de Maio de 1999	14 de Maio de 1999	Ansumane Mane
7	14 de Maio de 1999	17 de Fevereiro de 2000	Malam Bacai Sanha
8	17 de Fevereiro de 2000	14 de Setembro de 2003	Koumba Yala
9	14 de Setembro de 2003	28 de Setembro de 2003	Verissimo Correia Seabra
10	28 de Setembro de 2003	1 de Outubro de 2005	Henrique Pereira Rosa
11	1 de Outubro de 2005	2 de Março de 2009	João Bernardo Vieira
12	2 de Março de 2009	8 de Setembro de 2009	Raimundo Pereira
13	8 de Setembro de 2009	9 de Janeiro de 2012	Malam Bacai Sanha
14	9 de Janeiro de 2012	12 de Abril de 2012	Raimundo Pereira
15	12 de Abril de 2012	11 de Maio de 2012	Mamadu Ture Kuruma
16	11 de Maio de 2012	22 de Junho de 2014	Manuel Serifo Nhamadjo
17	23 de Junho de 2014	27 de Novembro de 2020	José Mário Vaz
18	27 de Novembro de 2020		Umaro Sissoco Embalo

Fonte: próprio